

12^º ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA UFAL

1^º ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA UFAL

GENOCÍDIOS NA HISTÓRIA:

PASSADOS, PRESENTES, FUTUROS



8, 9 E 10

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

SETEMBRO 2021

MACEIÓ, ALAGOAS



AO VIVO NO CANAL DO CPDHIS-UFAL

INSCRIÇÕES:

[HTTPS://WWW.EVENT3.COM.BR/12ENHUFAL2021/](https://www.event3.com.br/12enhuFal2021/)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS



PPGH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - UFAL



CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

**XII Encontro Nacional de História da Ufal
I Encontro Internacional de História:**

Genocídios na História: passados, presentes e futuros

CADERNO DE RESUMOS

08 a 10 de setembro de 2021
UFAL – Maceió/Campus A.C. Simões

APRESENTAÇÃO

O 12º Encontro Nacional de História e 1º Encontro Internacional de História da UFAL ocorrerá entre os dias 8 e 10 de setembro de 2021, e traz a temática "Genocídios na História: passados, presentes e futuros".

A desafiante temática foi engendrada a partir do difícil contexto vivenciado no mundo atualmente. A pandemia da Covid-19 nos transporta para a análise dos genocídios na História, a exemplo daquele sofrido pelas populações originárias no Brasil. Sobre elas, é possível compreendermos que o horizonte de expectativas naquele contexto/processo não era o mesmo para as diversas comunidades indígenas, nem para os europeus que aqui chegaram. São "futuros" muito distintos. Da mesma forma para a questão dos povos africanos trazidos compulsoriamente para as Américas, o genocídio Armênio (1915-1918), o Nazismo e a "solução final", como também outros casos reconhecidos recentemente, a exemplo do que ocorreu na Namíbia no início do século XX, no qual cerca de 70 mil namibianos das etnias hereros e namas tiveram suas vidas ceifadas pelo Império Alemão.

No Brasil, além dos já bem pesquisados e documentados assassinatos em massa ocorridos nos períodos conhecidos como Colônia e Império, recentemente têm surgido pesquisas que abordam o período da Primeira República e os subsequentes. Alguns dos exemplos mais notórios foram as mortes sob responsabilidade do Estado dos flagelados das secas que ocorreram sequencialmente no Nordeste na primeira metade do século XX e o emblemático "holocausto brasileiro", assim conceituado por Daniela Arbex, responsável por trazer ao público o genocídio de mais de 60 mil pessoas que passaram pela "Colônia" de Barbacena, em Minas Gerais, especialmente entre as décadas de 1960-1980, não por coincidência, período que estivemos sob Ditadura Militar.

Nos dias atuais, Genocídio e suas derivações – como conceito, adjetivo ou acontecimento – voltou com destaque ao vocabulário acadêmico e às conversas cotidianas. E, claro, isso não é um bom sinal. Como apresentamos no parágrafo inicial desse texto, a pandemia que já ceifou mais de 500 mil pessoas no Brasil tem sido a principal responsável por trazê-lo de volta à arena política, logo social. Como nos demais exemplos expostos até aqui, as responsabilidades do Estado e seus

agentes estão nas reflexões atuais que invadem as conversas daqueles e daquelas que de forma direta ou indireta estão a sofrer com o luto pela perda de parentes, amigos, conhecidos. Como a História deve enfrentar esse tema tão difícil, quer seja de passados mais remotos ou de passados-presentes?

Entendemos, obviamente com base em toda uma historiografia bem conhecida em nosso campo, a exemplo de Reinhart Koselleck, Philippe Ariès, Paul Ricœur, Norbert Elias, Fernand Braudel, Laura de Mello e Souza e Ciro Flamarion Cardoso, que não há apenas uma possibilidade de passado, presente e futuro, mas distintas e plurais. Como sabemos, o futuro que se tornará presente será aquele resultado de várias correlações de forças no presente, que será passado. Nesse sentido, queremos contribuir para as reflexões que permitirão termos uma consciência histórica melhor embasada a respeito de tais fenômenos e suas conexões temporais, culturais, políticas e socioeconômicas, sem perder de vista – no presente e no futuro – as investigações acadêmicas sobre as responsabilidades dos agentes do Estado brasileiro nas múltiplas temporalidades.

Maceió, setembro/2021
Comissão Organizadora

PROGRAMAÇÃO

08 de setembro de 2021 (quarta-feira)

14h00 - Mesa de abertura

15h00 – Conferência de Abertura: “Capitalismo e produção da morte: o genocídio como forma de controle social”.

Mediação: Profa. Dra. Ana Paula Palamartchuk (UFAL)

Prof. Dr. Cláudio Tomás (Universidade Agostinho Neto/Angola)

Prof. Dr. Muryatan Barbosa (UFABC)

Profa. Dra. Renata Meirelles (UNIRIO)

Local: Canal do CPDHis-UFAL no Youtube

18h00 - Lançamento de livros

19h30 - Simpósios Temáticos

09 de setembro de 2021 (quinta-feira)

14h00 – Simpósios Temáticos – Salas do Google Meet

19h00 – Mesa-Redonda: “Etnocídio e Ecocídio”

Mediação: Cássio Xucuru Kariri (SEDUC-AL)

Edson Kayapó (IFBA)

Aline Rochedo Pachamama (Churiah Puri)

Braulina Baniwa (PPGAS/UNB)

Local: Canal do CPDHis-UFAL no Youtube

10 de setembro de 2021 (sexta-feira)

14h00 – Simpósios Temáticos – Salas do Google Meet

19h00 – Mesa de Encerramento: “Epistemocídio e o silenciamento do passado: combatendo o racismo historiográfico”

Mediação: Prof. Dr. Danilo Luiz Marques (UFAL)

Prof. Dr. Álvaro Nascimento (UFRRJ)

Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes (UFRJ)

Profa. Dra. Ynaê Lopes dos Santos (UFF)

Local: Canal do CPDHis-UFAL no Youtube

RESUMOS

Os Resumos estão organizados na ordem de apresentação encaminhada pelos coordenadores dos STs

ST01 – Escravidão e Pós-Abolição	07
ST02 – Histórias de África, Histórias da Diáspora: Diálogos, Abordagens e Conexões	20
ST03 – História da Educação: Objetos de estudo, Teorias, Fontes e Metodologias de Pesquisa.....	32
ST04 – O Brasil Republicano: Histórias, Memórias, Historiografia.....	42
ST05 – História e Marxismo.....	58
ST06 – Combates pelo Ensino de História: teoria e prática em tempos de negacionismo histórico	67
ST07 – Formação Inicial e Continuada: a Educação Histórica como forma de construir a Consciência Histórica de Estudantes e Professores (as) do Estado de Alagoas.....	77
ST08 – Mulheres, raça e classe: história e abordagens intelectuais, luta por direitos e organizações sociais	84
ST09 – Territórios e Saberes Históricos: embates/debates	97
ST10 – Narrativas Dissidentes: historiografia, gênero, interdisciplinaridade e interseccionalidade	113
ST11 – Dinâmicas Religiosas na História.....	131

ST 01 – Escravidão e Pós-Abolição*Danilo Luiz Marques. – História/UFAL**Gian Carlo de Melo – História/UFAL**Luana Teixeira – História/UFAL****Vicus Juda: redes de comércio judaico na Villa de Penedo Neerlandês (1637 A 1646)***

Robson Williams Barbosa (Mestre em História pela UFAL - barbosarobsonwilliams@gmail.com)

A presença judaica na região de Penedo, atual cidade do estado de Alagoas, faz-nos associar essa presença à questão da tolerância religiosa, que foi uma das primeiras resoluções políticas no período da Pax Nassoviana (1637-1644) ou ao tribunal de Inquisição em Alagoas, mas nunca do ponto de vista econômico desenvolvido pelos judeus sefarditas nas vilas de Alagoas. Tomamos em questão aqui a Vila de São Francisco de Penedo, que no período da dominação flamenga teve o comércio de mercadorias coloniais dinamizadas pelos judeus, fazendo pensar que o intenso comércio na região do São Francisco era judaico. Isso nos mostra que os judeus não ficaram restritos apenas ao Recife e que essas personagens controlavam um intenso comércio de açúcar, escravos, retalhos e de produtos usuais da terra (fumo, salitre, cachaça, âmbar, pau-brasil, farinha, de mandioca, etc.), além da criação de gado naquelas cercanias. Dos engenhos que ali constavam, quatro pertenciam a judeus sefarditas que em terras brasílicas se movimentavam numa diversidade de atividades econômicas. A Vila de Penedo teve como catalisador econômico a fleuma comercial judaica que lá se estabeleceu e dominou toda a região do São Francisco. Em Penedo, temos a figura do rabino Samuel Israel, da esnoga da vila, situada aos pés do Forte Maurício — apesar de não haver mais a sua edificação física, podemos recorrer às iconografias dos pintores neerlandeses Frans Post (1612-1680) e Jacob van Meurs (1620-1680), bem como aos relatórios que os funcionários da WIC para Amsterdã como registro durante a ocupação flamenga. Samuel Israel era um médio

comerciante, que fazia o trânsito de diversos produtos com outros judeus que viviam tanto em Penedo quanto em Porto Calvo. Alguns desses comerciantes negociavam escravos trazidos de Angola e da Guiné através dos navios da WIC, como é o caso de João Nunes Velho, Jacob Franco Mendes, David Shalom, Jacob Bueno e Isaac Baru. Levando-se em conta o que foi observado, o controle do intenso comércio que havia na Vila de São Francisco de Penedo, por judeus, com outras vilas e regiões, permite-nos fazer uma reflexão sobre a mentalidade comercial de Penedo, não através da óptica neerlandesa, e sim a sefardita.

“E que se alegrem de lhes multiplicar servos e servas”: algumas notas sobre a família de escravizados africanos e a reprodução natural em Pernambuco (século XVIII)

Filipe Matheus Marinho de Melo (UFRPE - filipemarinho@gmail.com)

O trabalho em questão objetiva discutir resultados parciais de um estudo mais amplo acerca das experiências de escravizados africanos no Pernambuco colonial da segunda metade do século XVIII. Tendo como principais fontes para discussão os inventários post-mortem deixados por pequenos e médios proprietários, foi possível observar que já nos Setecentos havia, entre eles, o estímulo às práticas de reprodução natural no cativo, algo destacado em demasia pelos estudiosos do século XIX. Versar sobre essas questões, não só confirma a existência dessas famílias, como possibilita pensar nas relações desenvolvidas entre senhores e escravizados.

A presença de escravizados nas fontes - século XVI – XIX

João Vitor Romão de Castro (Licenciatura em História pela UFAL - vitor_castro92@hotmail.com)

O presente trabalho tem como objetivo investigar as fontes que citam a presença de escravizados em Alagoas, catalogar os documentos por tipo e origem, transcrever paleograficamente as

fontes com referências aos escravizados e analisar a presença de cativos em Alagoas desde o século XVI. Desta maneira apresentando o cativo como agente histórico ativo dentro da historiografia. Ademais, a referente apresentação tem como fundamento exibir os desafios dentro da pesquisa sobre escravidão em Alagoas, dando ênfase nas dificuldades decorridas por conta da pandemia de covid-19.

Aqueles que descem aos sertões: o processo de escravização das populações nativas amazônicas durante o século XVIII

Nathália Moro (Universidade Estadual de Maringá / UEM - nathaliamor@hotmail.com)

Durante o século XVIII, a colonização portuguesa da floresta amazônica esteve voltada para a exploração das drogas do sertão. Muitas populações nativas foram utilizadas como mão de obra escrava. Aproximadamente, um terço dos homens indígenas das reduções e aldeamentos era utilizado especificamente nas viagens de coleta das drogas. Nosso objetivo aqui é analisar de que forma estas estruturas colonizatórias estavam impostas e de que maneira as populações indígenas da Amazônia setecentista foram exploradas e escravizadas em prol de uma colonização portuguesa.

As justificativas da Igreja Católica para o escravagismo no Brasil Colônia

Lediane Pereira Ramos (UFR - RONDONÓPOLIS - leidianemaisa@hotmail.com)

Esta pesquisa vem debater acerca da relação direta da Igreja Católica Apostólica Romana do período do Brasil Colônia com o regime escravocrata de negros africanos, onde sua forte aliança com a Coroa portuguesa teve um papel primordial, para que o processo de colonização pudesse alcançar os mais longínquos povos, momento em que houve o início do tráfico negreiro e a chegada desses primeiros escravos africanos em solo brasileiro. Este trabalho de cunho bibliográfico vem mostrar quais as justificativas bíblicas dadas pelos religiosos a frente da Igreja para que houvesse a permissão, o apoio e o incentivo por parte da mesma,

enquanto maior instituição religiosa daquele período no Brasil, as suas ações no que se referem o uso particular da mão de obra escrava africana, e quais foram as suas contribuições para que o regime de escravidão alcançasse patamares nunca antes vistos ou relatados no que se referiu ao contexto de escravização de homens, mulheres e crianças, e como a religião católica impôs o cristianismo nessas culturas, o colocando como único possível meio de salvação e redenção divinas.

Mulato ou homem de cor: atuação política dos negros livres (1833)

Ana Paula Caetano da Silva (Graduação- Universidade Estadual de Londrina - anacaetano133@gmail.com)

A imprensa do século XIX possui um papel importante, à vista disso, exerceu uma relevante atribuição diante das disputas políticas ocorridas no período regencial (1831-1840). Foi neste cenário que os pasquins se disseminaram um exemplo disso, é o impresso Mulato ou Homem de Cor (1833), nosso objeto de estudo. Temos por objetivo expor e analisar a atuação política dos negros livres, bem como o papel exercido pela imprensa. Por fim, compreendemos a imprensa como uma ferramenta para a atuação política dos negros livres, sendo o pasquim Mulato ou Homem de Cor o início da imprensa negra no Brasil.

Revisitando o recenseamento de 1872: considerações sobre cor, raça, escravidão e trabalho na Província de Alagoas

Fabianne Nayra Santos Alves (PGH Universidade Federal Rural de Pernambuco - fabianneyra88@gmail.com)

Esta comunicação tem como objetivo apresentar alguns apontamentos sobre a população de cor, livre e cativa, da Província de Alagoas a partir dos dados presentes no Recenseamento de 1872 analisando os índices sobre trabalho das duas principais cidades alagoanas no período, Maceió e Penedo. Busco aprofundar essas informações para as localidades com o objetivo de compreender

como estavam estruturadas as relações de trabalho e poder no período em que a instituição da escravidão caminhava para seu ponto final.

As formações familiares em Alagoas no século XIX

Monyck Evelyn Santos Oliveira (Graduanda em História pela UFAL - monyckevelyn@gmail.com)

O projeto tem como enfoque analisar as organizações familiares em Alagoas com ênfase em (Santa Luzia do Norte) atual Marechal Deodoro no século XIX, suas demais movimentações e transformações, através das relações entre a Igreja e a população daquela região. Analisando os atestados de batismos encontrados na Cúria Metropolitana de Alagoas com o intuito de compreender as necessidades de adequação e cotidiano dos indivíduos naquele período.

Reformar as cidades, disciplinar os indivíduos: as políticas higienistas na Maceió oitocentista e o discurso das “classes perigosas” no espaço urbano escravista (1835-1870)

Oseas Batista Figueira Junior (Mestre em História pela UFAL - oseashistoria@gmail.com)

Nas cidades brasileiras no período oitocentista, as formas de trabalho escravo variavam bastante. É nesse cotidiano que se encontravam carregadores, barbeiros, cocheiros, pedreiros, sapateiros, cozinheiros e outras especializações que o meio urbano necessitava. (MACHADO, 2004.p. 59 –99). Tais ofícios eram destinados aos escravos de ganho, ou seja, aqueles que trabalham nas ruas para promover o seu sustento e de seu amo, havendo uma quantia predeterminada que o cativo deveria levar ao seu senhor no final do dia ou da semana (SILVA, 1998, p.88.). Esses escravos praticavam formas de trabalhos diferentes dos padrões da “civilização do açúcar”, pois estavam inseridos nos trabalhos domésticos, ora como pedreiros a construir casas, ora como

ferreiros a forjar machados e foices (MARQUES, 2011, p.11.). Assim, é importante ressaltar também, que apesar de gozarem de certa autonomia, havia um rigoroso controle social no século XIX sobre tais grupos, onde os ganhadores eram apontados como ameaças não só a saúde, mas a moral da sociedade portanto, o objetivo era excluí-los do convívio com os outros cidadãos. Desta forma, o poder público procurou controlar, constranger e disciplinar e no limite, expulsar das cidades os ganhadores, e isso fazia parte de um projeto político maior, que contemplava diversas leis, e buscava controlar tais indivíduos no espaço público. (REIS, 2019. p.16). Centrado então nessas questões, o objetivo desta comunicação é investigar o papel do discurso higienista na construção do mito das “classes perigosas” através da análise de instrumentos jurídicos do Estado Imperial na cidade de Maceió, tendo como foco, abordar o controle e a criminalização dos escravos ganhadores no espaço urbano da cidade a partir da análise das normas impostas pelo Código de Posturas Municipais. Com isto, identificaremos como tal prática criminalizou tais indivíduos e impôs sobre eles um poder disciplinar. Para conseguir os objetivos aqui elencados, nos apropriaremos dos estudos de (CHALHOUB, 1996), (COIMBRA, 2001) e (GUIMARÃES, 2008) sobre a origem da expressão “classes perigosas” demonstrando como o conceito se aplica em nossa abordagem, a partir das fontes historiográficas utilizadas no trabalho.

“Audaciosos Laráprios”: os ladrões de cavalos e os prejuízos à lavoura (Província de Alagoas, 1870-1880)

Daniilo Luiz Marques (Professor de História do Brasil e Ensino de História da UFAL – daniilo.marques@ichca.ufal.br)

Indivíduos e grupos de escravizados, libertos e livres pobres que se deslocavam geograficamente em busca de inserções sociais menos opressivas foram traduzidos, por fazendeiros e autoridades, como um entrave à ordem senhorial. Não apenas por conta da suposta eclosão de violências descontroladas, como também pela perda de controle da disciplina inerente ao mundo dos senhores. A

valorização da mobilidade geográfica por essa população estava ligada a uma ideia de liberdade, que distinguia esses sujeitos da condição de cativos. A mobilidade espacial é ponto essencial nas experiências de liberdade do período escravista. Nesse contexto de desintegração da ordem escravista, os ladrões de cavalos atuaram no nordeste brasileiro em fins do século XIX. A condição social em que se encontravam era reflexo direto da recusa ao trabalho nos moldes de exploração senhorial, os saques a fazendas desafiavam todo o sistema de propriedade vigente. Práticas transgressivas como furtos de cavalos eram um contraponto importante à ordem social escravista, e foram bastante comuns na província de Alagoas no final do século XIX. Os bandos de ladrões de cavalos que atuaram em Alagoas resistiram tenazmente às forças que queriam capturá-los e, desse modo, podem ser caracterizados como integrantes de um projeto alternativo de absorção e afastamento da sociedade dominante. Esses sujeitos se retiravam dela, para viver às suas margens, haja vista que a aquisição da liberdade também se fazia num longo e complexo processo de busca de autonomia. Personagens como Cabo Duro e Cabo Preto, com suas práticas de transgressão da ordem instituída, representavam para a população pobre e do campo uma força que poderia sair daquele meio, e isso não souou muito bem para senhores e autoridades, que tentavam contê-los por meio das forças repressivas, mas nem sempre conseguiam êxito. Os furtos de gado cavalares se perpetuaram por décadas, era um negócio vantajoso, e para isso teceram uma rede de comércio ilegal que muitas vezes envolvia os próprios proprietários que em algum momento já haviam tido algum agravo pelo crime de roubar cavalos.

Trajetória historiográfica e experiências dos negros muçulmanos em Alagoas

Eudson Silva dos Santos (Mestrando em História pela UFAL - eudsondossantos@gmail.com)

A respeito da nova historiografia sobre a presença negra muçulmana no espaço alagoano, podemos destacar o debate

entorno da revolta malê que aconteceria em 1815 e de africanos malês viventes na vila do Penedo. Nesse sentido, o objetivo desta proposta de trabalho se concentra em analisar tal historiografia, bem como alguns documentos, a exemplo de declaração de exportação de escravizados da década de 1870, como também testamentos de africanos que professavam a fé em Maomé.

Os debates em torno da escravidão no Brasil na segunda metade do século XIX

Lara de Sousa Lutife (Comunidade externa. Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - laralutife13@gmail.com)

A presente pesquisa propõe analisar o regime escravocrata na sociedade brasileira durante a segunda metade do século XIX. Naquele contexto, após séculos de escravidão no país começaram a se estabelecer debates e Leis emancipacionistas que fizeram parte dos sucessivos acontecimentos que culminaram na decadência do sistema escravista no Brasil. Nessas condições, tentar-se-á observar como os debates acerca do sujeito escravo e do regime escravocrata estavam sendo debatidos nos diversos segmentos da conjuntura imperial, sendo expressos em jornais, na Literatura e também nas sessões parlamentares.

O poema “A Canção do Africano” de Castro Alves: uma abordagem histórica na educação de jovens de Ensino Médio

Clara Silva Santos, Juliana Da Silva Guedes e Patrícia Cristina de Aragão (UEPB - claraclara8silvasantos@gmail.com)

No contexto histórico e social brasileiro, a resistência negra se fez presente, desde a diáspora até a chegada no Brasil perpassando o pós-abolição. As experiências históricas das populações negras apontam nos vestígios e fontes como este grupo étnico-racial, desenvolveu diferentes estratégias de luta frente o racismo, a discriminação, o preconceito, a violência física e emocional frente a opressão. O objetivo deste artigo é fazer uma análise crítica e

histórica, a partir do poema, a canção do africano de Castro Alves escrita em 1863. Este poema é importante de ser problematizado como recurso didático na sala de aula nas turmas de ensino médio na construção e em uma visão crítica acerca da temática afro-brasileira, ressaltando suas raízes históricas. Nossa proposta é abordar o poema como uma linguagem importante de ser trabalhada na prática de ensino de história a respeito da escravidão e pós-abolição no Brasil, focalizando a trajetória das populações negras, buscamos com estas discussões problematizar a história da população negra para formação histórica, social, étnica e religiosa do nosso país, salientando a importância deste debate a partir da sala de aula na educação das juventudes de forma teórica. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, cuja fonte utilizada é o poema e o livro didático de história relativo a esta modalidade de ensino na abordagem desta temática. Através deste estudo procuramos mostrar uma outra perspectiva de abordagem do ensino de história no ensino médio, através de uma prática interdisciplinar, dialogando com outros saberes, ligado à arte e permitindo o desenvolvimento da sensibilidade dos alunos à questão estudada, conscientizando a respeito da construção do racismo estrutural enraizado na história do Brasil por meio de uma educação antirracista. Além disso, proporcionar com que os alunos possam se sentir sujeitos do processo histórico e que consigam fazer a diferença na sociedade contemporânea através do processo educacional.

Quem Delle/Della Souber: cotidiano e vestuário dos escravizados por meio da sessão fugidas de escravos do *Diário de Pernambuco*

Dionisio Tito de Barros Neto (Mestrando em História pela UFAL - dionisiobarros@yahoo.com.br)

O presente trabalho tem como objetivo explicar na sessão Fugidas de Escravos do jornal do Diário de Pernambuco, entre os anos de 1825 e 1827, algumas possibilidades de análise sobre o cotidiano dos escravizados. Compreendendo o contexto do surgimento

desse veículo, a que se propunha, e como pode ser útil para os estudos acerca da escravidão na contemporaneidade, principalmente com foco no vestuário dos escravizados e como a fuga é interpretada pela historiografia.

Entre a Filantropia e a Civilização: os debates sobre a escravidão nos periódicos de Alagoas (1850 – 1888)

Vanieire dos Santos Oliveira (UFAL - vanieire1988@gmail.com)

A partir de 1850 é possível perceber os embates acerca da questão da escravidão na imprensa de Alagoas resultantes, especialmente das transformações políticas e econômicas que ocorreram entre segunda metade do século XVIII e primeira metade do XIX. As mudanças no cenário mundial implicaram em ações que desencadearam o fim do tráfico de escravos e a abolição da escravidão no Brasil. Logo, o presente trabalho tem por intuito buscar refletir os discursos dos agentes da imprensa sobre a escravidão em Alagoas entre os anos 1850 a 1888. Para o desenvolvimento da pesquisa foram consultados como principais fontes os jornais disponibilizados no site da Hemeroteca Digital para Alagoas no referido período. Através da análise dos periódicos alagoanos do período estudado é possível perceber as diferentes posturas que revelam as primeiras demonstrações contrárias ao trabalho escravo e se que detém a mencionar a necessidade do fim da escravidão no Brasil, ora relacionando o trabalho escravo à barbárie, ora colocando a abolição da escravidão como um ato filantrópico.

Pela prensa do escravismo: representações do abolicionismo cearense no jornal *Diário do Brasil* (1883-1885)

Francisco Paulo de Oliveira Mesquita (Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Ceará - francisco.mesquita@aluno.uecc.br)

Este estudo analisa as representações divulgadas sobre o movimento abolicionista cearense, pelo jornal antiabolicionista

fluminense Diário do Brazil, entre 1883 e 1885. Por meio da metodologia da análise dialógica do discurso e da história da imprensa, foram examinadas tanto notícias publicadas pelo Diário do Brazil, quanto pelo Correio Paulistano, Baependyano e Diário de Pernambuco. Além de ter permitido enxergar como esse jornal assumiu a liderança da propaganda antiabolicionista no Brasil, esse estudo permitiu acompanhar o que os grupos escravistas pensavam sobre o abolicionismo cearense.

Pega fujão! O perfil dos escravizados fugitivos nos jornais Gazetas de Ouro Preto - MG (1850 a 1888)

Gabriel da Silva dos Santos
(gabrielsantosifsp@gmail.com)

Esta comunicação tem como objetivo traçar um perfil dos escravizados fugitivos entre os anos 1850 a 1888, em Ouro Preto/MG. Como meio de luta entre os escravizados, existiram variados métodos de resistência contra o sistema escravagista. Dentre estas formas de resistência destacam-se as fugas. Estas foram a unidade básica de resistência entre os escravizados. Este trabalho irá analisar os anúncios de fugas publicados nos jornais de época. Os anúncios de fuga trazem informações características físicas que serão utilizados como referências para traçar o perfil dos escravizados fugitivos.

“Reprimir vadios e contê-los na desregrada vida que levam”: cenas do Pós-abolição em Maceió (1880-1910)

*Kedimo Barbosa da Paixão (Mestrando em História da UFAL-
kedimopaixao@gmail.com)*

Este trabalho visa abordar a identidade negra alagoana, no final do séc. XIX e início do séc. XX, período de miséria e crise escravista, em que o negro era tido como vadio e suas práticas eram reprimidas, a exemplo da Quebra de Xangô. Para melhor

compreendê-la, é necessário revisar a construção histórica do país e analisar suas abordagens legislativas. Utilizaremos, para isso, periódicos como O Orbe, a Constituição e o Decreto n.º 847/1890. Entendemos, assim, que a cidadania dada constitucionalmente ao negro gerou apenas aparente igualdade formal, pois a sociedade continuou a inferiorizá-lo.

“Scenas” do pós-abolição em Alagoas: igualdade, cidadania e questão racial

Ricardo Alves da Silva Santos (Doutorando em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - riko.alves28@gmail.com)

O “13 de Maio” tornou-se dia memorável no Brasil do início do século XX. A data representava a dádiva da liberdade. A princesa imperial regente, os parlamentares, os abolicionistas e até ex-senhores eram celebrados como promotores daquele ato sublime. Aos libertos restaram alertas para que usassem liberdade com sabedoria e se ocupassem num trabalho útil. A desigualdade social que os acompanhou os fez marginais não somente na nova sociedade que se formava mas também na historiografia. Este estudo busca compreender a construção do racismo a partir do desmonte do cativo negro e da acomodação dos africanos e seus descendentes em novas hierarquias sociais.

Trabalhadoras Invisíveis: uma análise sobre os trabalhos Informais após a abolição em Belém no século XIX

Erika Fabiola Ribeiro Dias (Esmac- ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR MADRE CELESTE - ef5062654@gmail.com)

O presente artigo tem como objetivo, analisar as novas relações de trabalho assalariado feminino em Belém após a abolição da escravatura. Para isso, a investigação histórica começou a ser realizada a partir do início da escravidão até as novas configurações trabalhistas que surgem com fim do sistema escravista. Eventualmente, e válido ressaltar que durante muito

tempo a principal economia brasileira foi baseada no regime escravocrata, No entanto, isso mudou a partir do fim da escravidão em 1888, as então trabalhadoras livres encontraram nos trabalhos informais uma forma de conseguir seu sustento, nesse processo de transição de mão de obra escrava para mão de obra livre as configurações políticas, economia e sócias do estado do Grão-Pará mudaram drasticamente. Já que essas alterações influenciam diretamente no cotidiano das mulheres negras. Por esse motivo realizei essa pesquisa, para entender e discutir sobre a inserção das mulheres escravizadas em uma nova configuração de trabalho. Ao realizar os levantamento bibliográficos sobre escravidão e mulheres negras, notou-se uma certa carência e generalizações, a respeito do tema, por esses motivos, compreendesse que é fundamental aprofundada os debates sobre os trabalhos exercidos por mulheres africanas e afro brasileira no estado paraense. Dessa forma, compreender as dimensões sociais políticas e ideológicas que essa mulher foi inserida, nos permite discutir as dinâmicas identitárias de relação social, além de entender a mulher negra história-cultura elitista que estabelecia as relações.

Criminalizações e silêncios: a construção de uma representação do medo branco em torno do escravo Lucas da Feira, 1890-1910

Lázaro de Souza Barbosa (Universidade Estadual de Feira de Santana - lazzosza@gmail.com)

Este trabalho examina a relação entre representação e escravidão em Feira de Santana-BA, buscando refletir sobre o processo de elaboração de um conjunto de escritos de pretensão científica entre os anos de 1880-1910, que acabaram por efetivar a criminalização das memórias a respeito do escravizado Lucas da Feira, insurgente no contexto de uma sociedade policultora e escravista na primeira metade do século XIX. Os objetivos dessa investigação buscaram entender até que ponto a existência desses escritos fortaleceu construções de silêncios e disputas em torno das memórias sobre este sujeito.

**ST 02 – Histórias de África, Histórias da Diáspora: Diálogos,
Abordagens e Conexões**

Flávia Maria de Carvalho – História/ UFAL

Jéssica Evelyn Pereira dos Santos – PPGHistória/ UFRJ

"Da conservação do Reino de Angola depende todo o Estado do Brasil": a política violenta dos governadores de Angola e o comércio no Atlântico Sul (1648-1666)

Ana Maria Soares de Araújo (Universidade Federal de Alagoas - anams.araujo@outlook.com)

Com Angola restaurada das mãos dos holandeses em 1648, era hora de retomar o que foi perdido da jurisdição portuguesa. Os governos que se seguiram buscaram expandir as rotas comerciais nos sertões e reabrir o comércio com o Brasil, por meio de gestões violentas e marcadas por expedições punitivas no hinterland angolano. Angola estava estreitamente conectada ao Brasil através do comércio atlântico e as ações adotadas por esses governadores só podem ser analisadas considerando essa ligação, observando como esses agentes viam na economia atlântica um meio de enriquecimento pessoal.

Os sobados de Kisama: resistências e estratégias contra as conquistas portuguesas (séculos XVII e XVIII)

Flávia Maria de Carvalho (Universidade Federal de Alagoas - flamariacarvalho@gmail.com)

Os sobas da região de Kisama, localizados em territórios ao sul do rio Kwanza, se destacam na História da conquista e da colonização de Angola por terem resistido aos ataques das tropas lusas e dessa forma manterem sua autonomia até finais do século XIX. Nossa pesquisa analisa as estratégias adotadas por esses chefes e as relações de poder que fortaleceram esses grupos e que se

configuraram como refúgio de escravos fugitivos que buscavam alternativas para o embarque forçado para o mercado atlântico.

A trajetória do degredado Alexandre José Botelho de Vasconcelos em Angola (1768-1789)

Juliana Diogo Abrahão (PUC-Rio - juliana.abrahao92@gmail.com)

"Em 1768, Alexandre José Botelho de Vasconcelos foi entregue em Luanda como "degredado" por um capitão de uma charrua ao governador de Angola, Francisco Inocêncio de Souza Coutinho. Em 1789, Vasconcelos tornara-se governador da capitania de Benguela. Nestes 21 anos, portanto, o degredado, um filho de mar em fora, expressão utilizada no Reino de Angola, não raro com conotações pejorativas, tornou-se um filho da terra, expressão de status em geral empregada às elites locais no Reino de Angola (Luanda e Benguela). Como isso foi possível? Nos documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa (AHU) foram encontrados 57 documentos, entre cartas, ofícios e nomeações, que fazem referência ao degredado Alexandre José Botelho de Vasconcelos, que se tornou governador de Benguela, a primeira vez em 20 de junho de 1789 e a segunda vez em 25 de maio de 1796. Mas, foi no cruzamento de fontes documentais oficiais que localizamos a entrega de Alexandre José como degredado, em Angola, no ano de 1768. É bem provável, que devido as estratégias sociais estabelecidas por ele, somente na correspondência do Arquivo Histórico de Angola, inicialmente, ocorreu menção de degredado. Na documentação do AHU, não houve menção do degredo, inicialmente, ele apenas teria assentado praça em Angola. Dessa forma, é possível levantar a hipótese de que, para não diminuir a autoridade dos cargos que Alexandre José receberia em Angola, o documento foi manipulado, de acordo com estratégias, interesses pessoais e políticos. Omitir a condição de degredado em Portugal respaldava a autoridade do personagem na viagem até

Angola, uma vez que viajava acompanhado de subalternos militares, oficiais mecânicos e outros degredados. Vasconcelos, apesar de degredado, gozava de um status considerável em Portugal.

Nesta comunicação, pretendemos apresentar as relações sociais, familiares, política e até econômicas do degredado em Angola. Vamos destacar as patentes militares alcançadas, as mercês e entender como os serviços militares (como por exemplo, as viagens ao sertão) lhes auxiliaram a receber as mercês, soldos e patentes militares. Assim, destacar sua inserção social em Angola, na segunda metade do século XVIII.

O protagonismo dos senhores da guerra nas relações políticas e comerciais na África Centro-Occidental (segunda metade do século XVIII)

Leonardo Oliveira Amaral (Universidade Federal de Alagoas - leonardo.amaral.18@outlook.com)

Não somente os portugueses, mas também alguns senhores da guerra africanos tinham seus interesses calcados pelo comércio atlântico de escravos na segunda metade do século XVIII. Analisando os documentos da administração portuguesa ao longo deste período, consideramos as inclinações de Cassange – um sobado poderoso que teve sua ascensão no século XVII – em dominar o comércio ao redor do Cuango, tornando-se assim, intermediário entre chefes de áreas mais distantes do litoral e europeus que vinham negociar com o poderoso jaga, bem como as ferramentas que usou para se manter nesta posição.

Um filho com cinco pais: redescobrimo o Descobrimento das Ilhas de Cabo Verde

Wanderlei de Oliveira Menezes (wanderlei.menezes@outlook.com)

O Descobrimento das Ilhas de Cabo Verde, ocorrido no início da segunda metade do século XV, foi fundamental para ulteriores descobrimentos de rotas portuguesas pelo Atlântico e Índico. Há dúvidas de quando e quem descobriu essas ilhas atlânticas. As hipóteses mais aceitas dão conta que ocorreu entre 1456 e 1462, provavelmente pelos navegadores Antonio Noli, Alvise Cadamosto, Diogo Gomes, Diogo Afonso e Vicente Dias. A nossa proposta é realizar um debate historiográfico baseado nos testemunhos e estudos históricos acerca desse acontecimento relevante para a expansão ultramarina em África.

Notas para o estudo da Imprensa angolana oitocentista

Eduardo Antonio Estevam Santos (*Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira* - eduardoestevame@unilab.edu.br)

O primeiro periódico publicado nesta região foi o Boletim do Governo Geral da Província de Angola, em 1845. Em todo o século XIX foram publicados 52 periódicos. No geral, esses impressos, tiveram uma curta duração e, eram, mais opinativo e ideológico, que de notícias, mas sobretudo, um fórum de discussão, um órgão de opinião pública. Contudo, para uma interpretação histórica desses materiais, apresentaremos um balanço do estado da arte, às metodologias empregadas, às dinâmicas e particularidades deste tipo de imprensa, assim como, uma análise das circunstâncias do seu lugar de inserção, suas ligações com diferentes poderes, recepção e audiência no âmbito do império colonial português.

Notas sobre os Serviços de Saúde na Província de Angola: sujeitos, instituições e práticas (1845-1880).

Idalina Maria Almeida de Freitas (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - idaestevam@gmail.com)

Este estudo pretende analisar o papel que a medicina e a assistência desempenharam no processo de (re)colonização de Angola, na segunda metade do século XIX. Destaque especial para a atuação de médicos angolenses na estrutura dos Serviços de Saúde, suas ambivalências como agentes da colonização em face as atuações políticas e sociais. As principais fontes pesquisadas são o Boletim Oficial da Província de Angola, Annaes do Conselho Ultramarino, Relatório dos Serviços de Saúde das Províncias, dentre outros. Buscamos seguir a chave de interpretação de que a identidade africana e o componente racial influenciaram nos desdobramentos das ações desses sujeitos.

Conhecimento Antropológico e Colonialismo em Angola (1926-1961)

Jéssica Evelyn Pereira dos Santos (Doutoranda - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense - jessicasantoshistoria@gmail.com)

De modo a contribuir com a compreensão dos contextos e implicações da produção de conhecimento antropológico para as experiências coloniais africanas, iremos discutir, neste trabalho, as condições de produção das publicações de caráter antropológico em Angola ao longo da vigência do indigenato, de 1926 a 1961. Ao mapearmos as narrativas sobre as populações locais, buscaremos traçar as afiliações sociais e institucionais e dos sujeitos que conduziam essas investigações e seus significados para a trajetória histórica das sociedades locais.

Intérpretes africanos da administração colonial francesa e a produção da história: entre retratos, silêncios, arquivos e hiperlinks (décadas de 1880 e 1890)

Rafaél Antônio Nascimento Cruz (Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História Social da USP - rafael.antonio.cruz@usp.br)

Nesta comunicação objetiva-se pensar como os retratos de africanos que atuaram na condição de intérpretes formais ou ocasionais a serviço da administração francesa na África do Oeste nos convidam a questionar os silêncios das narrativas e repensá-las, lançando luz sobre ações e iniciativas de agentes africanos para além de chaves analíticas dicotômicas (que os reduzem a resistentes ou colaboradores). Para tanto, recorreremos a fotografias oriundas de diferentes acervos digitais de instituições de guarda documental; procura-se com isso estabelecer uma reflexão sobre a produção da história.

Kakombola: A guerra que arrancou tudo. Guerra e genocídio no sul de Angola, 1940- 1941

Rafael Coca de Campos (Unicamp - rufosa2014@gmail.com)

A região sul/sudoeste de Angola foi colonizada por uma miríade de agentes portugueses a partir de meados do século XIX. As sociedades pastoris herero desta região, assim como os herero do norte da Namíbia, foram objeto de uma política genocidária que resultou no extermínio de 40% da população, bem como na instituição de campos de concentração e de deportações de prisioneiros sob um sistema de trabalho forçado. Esta proposta de comunicação tem como objetivo apresentar e discutir, em primeiro lugar, as condições de possibilidade, políticas, culturais, linguísticas do genocídio da população mucubal (herero) no sul de

Angola. Em segundo lugar, tecer uma relação entre os genocídios herero no Sudoeste Africano (atual Namíbia) e em Angola, com ênfase em um debate que incorpora as recentes pesquisas dos *Genocide Studies* e de acadêmicos interessados em genocídios em contextos africanos, como Mahmood Mamdani. Tais temas serão discutidos a partir da análise de uma documentação coletada em arquivos do Rio de Janeiro, Lisboa, Luanda e Windhoek.

O reino de Ginga: conflitos e resistências no interior angolano (sécs. XVIII e XIX)

Aline Emanuelle De Biase Albuquerque (IFSertãoPE / UFPE - alinedbiase@gmail.com)

Este trabalho trata de um dos muitos povos e nações que resistiram aos invasores portugueses na região de Angola: o reino de Ginga. Nas fontes portuguesas do século XVIII e XIX, o reino de Matamba, na Baixa de Cassanje, passou progressivamente a ser mencionado como “reino Ginga”, “reino de Ginga” ou “Estados da Ginga”. O nome era uma referência aos soberanos desse reino, em sua maioria rainhas, que adotaram o termo Ginga como título e como herança da força e influência da famosa Nzinga Mbandi. Neste trabalho, analisaremos as fluidas relações entre o reino Ginga e os portugueses, com o objetivo de investigar os conflitos no interior angolano nos séculos XVIII e XIX, em um período de aumento da escravização forçada de pessoas destinadas ao tráfico transatlântico. A partir do diálogo com a historiografia e com fontes do Arquivo Histórico Ultramarino, destacaremos a atuação política e comercial dos gingas e os limites impostos por eles às pretensões lusas de dominação do território e dos povos dessa região. Por fim, adotaremos os termos “reino de Ginga” ou “reino Ginga” para enfatizar a permanência das ações da rainha Ginga do século XVII na política desse Estado, que manteve sua autonomia e impôs um cenário de resistência nos sertões de Angola.

Batizados e Catecismos: Significados das Conversões dos Chefes Africanos ao Catolicismo

Manuela da Silva Batista (Universidade Federal de Alagoas - manuth.mb@gmail.com)

O presente trabalho tem por objetivo analisar os discursos e ferramentas utilizadas pelos missionários jesuítas portugueses nos sertões da África Centro Ocidental em seus projetos de conquista e conversão partindo de fontes produzidas por esses religiosos identificamos que é possível compreender o funcionamento das dinâmicas sociais, política e cultural dos sobados e a relação entre o poder político, religioso e econômico. Outro objetivo é analisar os significados dos sacramentos utilizados para justificativa de cativos, a expansão e dominação do centro-africanos e as ações missionarias.

As territorialidades e os centauros culturais: atravessadores de negros, índios remeiros, ciganos e as identidades diaspóricas no comércio entre a Baía da Guanabara Transatlântica e as Minas Gerais, século XVIII

Philippe Moreira (Universidade Federal Fluminense - prof.philippehistoria@yahoo.com.br)

Esse trabalho tem como objetivo apresentar dados a partir da trajetória de indivíduos que eram responsáveis pelo traslado de escravizados e mercadorias entre a cidade do Rio de Janeiro e seu Recôncavo e as Minas Gerais denominados “atravessadores de negros”, que eram inclusive africanos. A ação de tais agentes foi detectada a partir de uma solicitação do ano de 1748 feita por comerciantes e fazendeiros da capitania fluminense com o objetivo de proibir tal prática, por conta do aumento dos custos de

transporte e o preço dos africanos escravizados necessários aos engenhos e à mineração.

O governo das matas e a construção naval: administração e poder na Comarca das Alagoas (1750-1798).

Felipe dos Santos Silva (Mestrando - PPGH Universidade Federal de Alagoas - flafelipe@gmail.com)

A presente comunicação tem como objetivo geral apresentar o processo de monopolização das florestas da Comarca das Alagoas durante a segunda metade do século XVIII realizado pela Coroa portuguesa e seus agentes ultramarinos. Para isso pretendo abordar os documentos produzidos pela administração régia afim de compreender os mecanismos utilizados pelo poder régio para engendrar suas ações de controle das florestas. Por último e não menos importante, busco demonstrar as atuações dos sujeitos anônimos, especificamente os agricultores pobres e os madeireiros ligados a construção naval privada, na disputa pelo acesso aos espaços florestais.

Novas Possibilidades para o Ensino de História: Gênero e Antirracismos

Silvano Fidelis de Lira; Joab Barbosa Aguiar (silvanohistoria@gmail.com)

Nossa proposta com este texto é apresentar algumas reflexões sobre a prática docente e o ensino de História. Ao mesmo tempo, buscamos entrelaçar essa reflexão com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Tailândia, 1990) que coloca em realce os quatro conteúdos básicos de aprendizagem: valores, atitudes, conhecimentos e habilidades. Dúvida não pode haver, portanto, sobre o inmensurável impacto da educação no que diz respeito, por exemplo, à formação de valores e atitudes das nossas crianças e jovens. Essa assertiva põe em questão o fato de que a ideia de

política educacional igualitária não se assenta somente em conteúdos e práticas pedagógicas, mas depende também em grande medida do papel exemplar desempenhado por professores, funcionários, gestores, familiares e comunidades do entorno das instituições de educação infantil. À evidência, esse assunto não se circunscreve à formação inicial ou continuada, legislação educacional, determinação institucional ou política educacional – depende da sensibilização, do engajamento e do comprometimento de todos e de cada um com o respeito à diversidade e a ação educacional racialmente igualitária.

A Filosofia Africana e a Afroperspectiva dos Povos Bantu no Chão da Escola: Passados, presentes e futuros, potencializar o Artigo 26 A é preciso.

Wudson Guilherme de Oliveira - Mestrando (PPGEDUC/UFRRJ - wudafrica@gmail.com)

Este trabalho pretende apresentar as dinâmicas amparadas na implementação da Lei Federal no 10.639 de 2003, que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) na educação através do artigo 26-A, avançando e conquistando resultados reivindicados pelos movimentos negros, onde torna obrigatório a inclusão de temáticas da História da África e Cultura Afro-brasileira, bem como da Lei Federal 11.645 de 2008, que determina também o ensino das Culturas dos Povos Indígenas, ambas propostas se apresentam como mecanismo possíveis para propor mudanças estruturais no sistema educacional brasileiro, em todos os currículos escolares da Educação Básica. Assim, com base na lei, o objetivo deste trabalho é apresentar reflexões da filosofia africana acerca da ancestralidade, da história, cultura e língua dos Povos Bantu e a necessidade de implementação dessas leis, bem como do compromisso para que se consolide a sua efetivação no Ensino de

Filosofia. Para o sucesso desta proposta, trabalhamos os valores morais e norteadores da Ética e as questões ligadas ao Respeito com uma turma do 1º Ano do Ensino Médio, composta por alunados de jovens negros (as), pardos (as) e brancos (as) inseridos em uma instituição privada de educação na cidade do Rio de Janeiro, onde evidenciamos uma pedagogia antirracista e decolonial a partir das pesquisas de filósofos e filosofas afro-americanos, africanos e afro-brasileiros, que produziram pensamentos filosóficos amparados na afroperspectiva. A metodologia utilizada foi gerada a partir de oficinas, Rodas de Diálogos, Exposições de Livros de Literaturas Africanas, Indígenas e Afro-Brasileiros, apresentações sensibilizadoras de vídeos, textos e slides afrocentrados, onde serviram de subsídio para propor as discussões na luta contra o racismo. De modo democrático, os alunados se organizaram em grupos para descolonizarem os olhares eurocêntricos, racistas, xenofóbicos, machistas, homofóbicos entre outros, em relação aos direitos humanos e a disseminação do respeito ao próximo. Os resultados alcançados, foram os surgimentos de pesquisas a partir de promoções de rodas de debates, onde os educandos entenderam sobre os problemas das violações dos direitos humanos, entre outras questões que também estavam sendo suprimidas, em especial o racismo e os olhares estereotipados aos grupos afrodescendentes. Graças a estas dinâmicas, foi possível aumentar a estima de alunos negros, proporcionar outros a reconhecerem a sua ancestralidade negra, ouvir a legitimidade de discente. Consideramos ser, de suma importância descolonizar os pensamentos baseados em moldes eurocêntricos, para que possamos revisar as correntes hegemônicas presentes em nossa sociedade e em especial nos currículos utilizados no chão da escola, que se articulam na disciplina de filosofia. Nesse sentido, este artigo levanta uma discussão acerca de uma educação étnico-racial, combatendo as

reversões dos preconceitos, das discriminações nos espaços educacionais, traçando e construindo estratégias sólidas para a contribuição da valorização e a construção das identidades negras em prol da redução do racismo.

**ST 03 – História da Educação: Objetos de estudo, Teorias,
Fontes e Metodologias de Pesquisa.**

Andréa Giordanna Araújo da Silva – CEDU/UFAL

Ivanildo Gomes dos Santos – UFPB

“Sujeitos revolucionários: trabalhadores/as rurais como fonte de conhecimento histórico escolar”

*Adriana Mastrangelo Ebecken (Professora da rede estadual do Rio de Janeiro e mestranda em Ensino de História-ProfHistória pela UFF-
dri.mastrangelo@gmail.com)*

Discutir a invisibilidade dada aos trabalhadores/as e movimentos sociais rurais no ensino de História na educação básica. A importância desses sujeitos na construção de um conhecimento histórico escolar a partir da interseccionalidade entre classe/raça/gênero possibilitando a compreensão da estrutura social no Brasil. Parte da noção de que a colonização se deu pela codificação das diferenças entre conquistadores/conquistados na ideia de raça, associadas às hierarquias/papéis sociais. Compreende que a invisibilidade reforça um sistema de relações de força simbólica e, logo, de força material.

SECADI (2001-2019): vestígios materiais de uma breve política afirmativa indutora da educação antirracista

*Aldilene do Nascimento Alves (UFAL -
aldilenenascimento@outlook.com)*

O trabalho apresenta o levantamento e a análise da estrutura organizacional e a importância política da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (2001-2019). Tendo como objetivo observá-la como uma das políticas afirmativas de âmbito federal indutora de formações e produções pedagógicas que possibilitaram o desenvolvimento de práticas de

ensino de perspectiva antirracista no interior da escola brasileira, especialmente as instituições de ensino público. De natureza documental e tendo como fontes de análise diversos documentos e materiais pedagógicos originais produzidos pelo aparelho público, a pesquisa delinea um conjunto de textos pedagógicos que podem ser utilizados como recursos para formação inicial e continuada de professores e professoras.

Ensino de História local nos estados brasileiros: um mapeamento legislativo (1990-2019)

Gabriel Costa de Souza (gabrielcts000@gmail.com)

Esta comunicação tem como objetivo central compreender o processo de (des)territorialização experienciado nos últimos trinta anos no aprendizado de História Local no Brasil. A pesquisa adota a metodologia estatística e a análise de conteúdo como ferramentas de investigação das legislações educacionais que normatizam o ensino de História Local nos estados brasileiros. Deste modo, insere-se esta pesquisa no âmbito da História da Educação, procurando compreender as estruturas pedagógicas e legislativas que fundamentam a normatização da História Local e a sua relação com o aprendizado.

A implantação do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente em Alagoas (1990-1996)

Gabriela Twyza Leite Bessa Guedes (UFAL- bessa.vida@gmail.com.br)

O estudo apresenta o processo de implantação dos Centros de Atenção à Criança e ao Adolescente em Alagoas, mas especificamente o CAIC/UFAL. A pesquisa, de caráter documental (GIL, 2002; LARA, 2008; SAVIANI, 2006), teve como fontes de análise documentos institucionais e relatos orais, produzidos a partir da metodologia e perspectiva historiográfica de Thompson (1992). A investigação foi desenvolvida com recursos do Programa

Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC da Universidade Federal de Alagoas – UFAL (2017-2019). Para análise dos documentos de pesquisa e construção do objeto, utilizou-se como aporte teórico os estudos de: Freire, (1981, 2003), Neves (1995), Sobrinho e Parente (1995), Kaiuca (2004), Lopes, Goes (2005), Delgado (2006), Hermida (2006), Nigelski e Rodrigues (2006), Mészáros (2008), Saviani (2006, 2008, 2012, 2013b), Gadotti (2009), Manacorda (2010), Marques et al (2011), Silva e Silva (2012), Pena (2015), SILVA, (2016), Correia (2017), Coutinho (2012, 2013), Fragella (2018) e Ribeiro (2018). Investigou-se os processos institucionais e políticos governamentais e as condições econômicas em que foram implantados os CAICs em Alagoas e a estrutura organizacional e de funcionamento do CAIC UFAL (1990-1996). Os CAICs podem ser considerados parte da memória de luta política dos movimentos sociais e das associações e sindicatos de professores por melhores condições educacionais e assistencial social, que induziu o governo federal a formular um programa de atenção integral às crianças e aos adolescentes pobres. No cenário estadual, promoveu provocações que mobilizou politicamente a UFAL a estabelecer parcerias com outras instituições públicas com o objetivo de atender as demandas de formação e assistência social das comunidades periféricas e pobres de Maceió. O CAIC/UFAL guarda a memória do movimento de criação de um Colégio de Aplicação em Alagoas e primeira experiência de ensino de tempo integral ofertada pelo governo federal em âmbito nacional.

Educação escolar na Aldeia Xukuru-Kariri Mata da Cafurna: elementos do processo de construção de educação escolar diferenciada

José Kleiton Vieira de Lima Ferreira (Faculdade Raimundo Marinho - kleitonvieiradlf@gmail.com)

A proposta desta comunicação é apresentar a educação escolar indígena em um processo de elaboração a partir do qual atores

sociais indígenas conferem a ela sentidos particulares. Os dados apresentados aqui foram construídos a partir de um trabalho de campo intermitente entre os meses de novembro de 2019 e maio de 2020, para a produção de minha dissertação de mestrado pelo PPGAS/UFAL, e na ocasião foram obtidas narrativas a partir de conversas e entrevistas com roteiros elaborados previamente. O trabalho foi desenvolvido com a interlocução de professores, coordenadores e lideranças indígenas da Escola Estadual Indígena Mata da Cafurna localizada na Aldeia Xukuru-Kariri Mata da Cafurna em Palmeira dos Índios-AL. O objetivo específico é destacar alguns elementos deste processo de elaboração de uma educação diferenciada indígena dando ênfase à valorização da escolarização para a promoção da autonomia e do protagonismo indígena destacando algumas narrativas que evidenciam a importância da escolarização para a formação de lideranças indígenas.

O Ensino de História da educação local: formação profissional e identitária de professores

Andréa Giordanna Araujo da Silva (Professora do PPGH/UFAL e do centro de Educação da UFPB - agiordanna@hotmail.com)

Uma das questões fundamentais da educação superior é conhecer como ocorre o processo de aprendizagem e como os conhecimentos experienciados e as habilidades desenvolvidas, a partir dos estudos teóricos e das vivências pedagógicas, colaboram para a vida social e profissional após o término do curso de graduação. Por conseguinte, o objetivo do estudo foi verificar como uma disciplina eletiva, com conteúdo de História Local, pode contribuir com a formação profissional e identitária do pedagogo e da pedagoga. A pesquisa documental teve como documentos de análises os relatos de experiência elaborados pelos estudantes do Curso de Pedagogia, cursistas da disciplina Tópicos da História da Educação em Alagoas (2018 – 2019). As fontes analisadas na

pesquisa foram documentos produzidos na disciplina ofertada a três turmas dos turnos matutino, vespertino e noturno (2018) e duas turmas dos turnos vespertino e noturno (2019). Para identificação dos documentos, os Relatos de Aprendizagem (RA) foram enumerados em ordem crescente e deles foram extraídos trechos para composição do corpus de análise que possibilitam identificar os sentidos e significados atribuídos a História Local na formação dos professores e das professoras que irão atuar nos anos iniciais do ensino fundamental. Para compreensão da relação entre memória e identidade realizou-se a interpretação dos escritos de Pollak (1992, 1989) e Nora (1993). Como aporte teórico para entender as possíveis relações estabelecidas entre a construção da memória nacional e o currículo escolar consideramos os estudos de: Bittencourt (1993), Fonseca (2004), Nadai (1993) e Arroyo (2013, 2019). Observou-se que o estudo da história da educação local possibilita entender os processos políticos e culturais constitutivos da memória coletiva e dos sistemas de ensino, como fenômenos históricos. Colabora, ainda, com o reconhecimento da necessidade de preservação e guarda dos patrimônios históricos e culturais locais, mais especificamente os documentos históricos alocados em espaços oficiais de memória (arquivos públicos e privados, museus e institutos de pesquisa) ou disponíveis nas instituições de ensino escolar. Observou-se que o estudo da história local é um recurso para o reconhecimento das práticas e resistências pedagógicas e políticas inventadas por professores e estudantes no cotidiano escolar e, também, apresenta-se como lugar de inclusão dos sujeitos marginais (negros, mulheres, indígenas e operários) nos estudos históricos.

O Almanaque do Ensino como fonte para a História das instituições escolares em Alagoas

Marcondes dos Santos Lima (Universidade Federal do Rio de Janeiro - marcondeslima12@gmail.com)

O escopo do texto é apresentar, sumariamente, uma análise acerca do Almanaque do Ensino do Estado de Alagoas, publicado em 1939. Em seu conteúdo é apresentado um conjunto de dados de instituições alagoanas que até o momento não foram eleitas objeto de estudo. Na análise me servi das orientações metodológicas de Luca (2008), que nos alerta para a observação da materialidade dos impressos. Os resultados apontaram que o Almanaque do Ensino se comporta como uma potencial fonte para o desenvolvimento de estudos acerca da historicidade de instituições alagoanas circunscritas na década de 1930.

A Reforma Carneiro Leão de 1928 e o escolanovismo em Pernambuco

Márjorie Maria Carneiro Pires (Universidade Federal de Pernambuco - marjorie-pires@hotmail.com)

O contexto educacional em Pernambuco na Primeira República caracterizava-se pela predominância de escolas confessionais direcionadas aos filhos da elite do estado. Com o Crash de 1929 e o fomento à industrialização houve a necessidade de formar uma mão de obra qualificada para o trabalho industrial, reverberando no crescimento dos Grupos Escolares e do movimento escolanovista no país. Em Pernambuco, Antônio Carneiro Leão foi o responsável por dar início a uma série de medidas educacionais correlacionadas as ideias da Escola Nova, sintetizadas na Reforma Carneiro Leão de 1928.

Instruções Pedagógicas para o trabalho da professora primária veiculadas pela Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1930)

Monalisa Lopes dos Santos Coelho (Universidade Federal de Uberlândia - monalisalopes.coelho@gmail.com)

Esta pesquisa objetiva analisar os discursos da Revista do Ensino dirigidos às professoras primárias, compreender a feminização do magistério e analisar o papel da mulher como cidadã e professora. Como metodologia realizou-se a análise documental dos 52 números da Revista do Ensino (1925-1930), a partir da Nova História Cultural respaldando-se em Bakhtin (1975) para a análise dos discursos publicados. Os resultados demonstraram uma feminização do magistério primário em Minas Gerais, e que essa revista aliou o discurso cristão à Escola Nova para instruir o trabalho das professoras primárias.

A epistemicida no processo de educação formal indígena no Brasil

Sandra de Moraes Santos Bomfim (Universidade Federal de Sergipe - sandrabomfim28@gmail.com)

O presente artigo utiliza-se de fontes bibliográfica para analisar educação formal indígena no Brasil e na Ilha de São Pedro/SE. A educação formal dos originários inicia com a chegada dos missionários no processo de colonização através da catequização, com massacre, violência e muito sangue, custando a vida de muitos indígenas que recusavam esse processo educacional, que resistiam à aniquilação da cultura, dos costumes, das crenças e da língua materna. A educação formal junto aos povos originários brasileiros foi implantada forçadamente pelos missionários.

A imprensa escrita como fonte na pesquisa histórica

Sheila Cristina Ferreira Gabriel (Universidade Federal de Mato Grosso - sheilagabr@gmail.com)

Este texto aborda sobre fontes históricas escrita. A pesquisa histórica é uma prática que possibilita descobertas valiosas, as

vezes se aproximando da arqueologia, em que vasculhamos e garimpamos arquivos e acervos, até encontrar as fontes que nos forneçam indícios para análise, reflexão, escritura e divulgação dos resultados. Além da delimitação temporal, a existência de fontes é imprescindível para a concretização de uma pesquisa histórica, sejam escritas ou não. Nesse aspecto o jornal se torna uma possibilidade, aceito por uns e desacreditado por outros. Assim, cientes desta problemática metodológica, buscamos autores que nos dessem condições de compreender o jornal como fonte histórica. E para alcançar esse objetivo determinamos em: a) evidenciar a história da escrita histórica; b) apontar as possibilidades e limitações das fontes impressas; c) analisar os jornais como possibilidade de fontes históricas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, em que os resultados evidenciaram a fonte jornal como uma possibilidade válida para a construção da pesquisa histórica, desde que as ações do pesquisador sejam orientadas por métodos que sistematizem o processo e deem condições da concretização do discurso histórico.

Professor Cônego Valente e as configurações para o ensino da História do Brasil Colonial no Liceu Alagoano (1929-1952)

Ivanildo Gomes dos Santos (Universidade Federal de Alagoas - ivanildoeduc@hotmail.com)

Esta comunicação tem por objetivo analisar os conteúdos de história colonial veiculados nas disciplinas História do Brasil e História da Civilização, ministradas no Liceu Alagoano, pelo professor cônego Antônio José de Cerqueira Valente. A *Dissertação sobre os pontos controvertidos da historia do Brasil*, defendida pelo referido sacerdote quando candidato ao cargo de docente da instituição, nos fornece pistas sobre a cultura literária e escolar da época, as preferências teóricas do autor, e os saberes que

circulavam na formação discente no Liceu Alagoano da primeira metade do século XX.

Educação Escolar Indígena em Alagoas: História, processos e perspectiva

Gilberto Geraldo Ferreira (SEDUC-AL; SEMD Maceió - gilbertogeraldo2@gmail.com)

O texto discute a história da educação escolar indígena em Alagoas, considerando os anos finais do século XIX, quando, oficialmente extinguiram os aldeamentos e, no século XX, iniciou a implementação de políticas educacionais indigenistas propostas pelo estado brasileiro, estas, chegando aos dias atuais, sempre refletindo os processos educacionais e suas tensões na formação dos povos indígenas alagoanos. O objetivo central do texto é apresentar mudanças e permanências na postura das políticas da educação escolar destinadas aos povos indígenas de Alagoas. Para elaboração, utilizamos prioritariamente documentos oficiais e disponíveis na forma digital e um referencial bibliográfico específico. Foi possível revelar que as políticas educacionais para as escolas indígenas em Alagoas, vezes discursão e praticam projetos assimilacionistas e, outras surgem como transformadoras de realidades associadas aos interesses dos povos próprios povos indígenas.

Os concursos realizados pela revista infantil *O Tico-Tico* e a formação das crianças

Ângela Maria dos Santos (PPGE/UFPB - m.angela19@gmail.com)

Este artigo objetiva tecer reflexões acerca dos concursos realizados pela revista infantil *O Tico-Tico* e a relação com a formação das crianças leitoras da revista supracitada, e tem como recorte temporal as publicações no periódico entre as décadas de 1920/30.

A pesquisa de natureza documental foi realizada na Hemeroteca Digital Brasileira. As fontes consultadas foram as revistas O Malho e O Tico-Tico. A revista O Tico-Tico foi criada em 1905 para o consumo infantil com fitos na preparação moral e cívica, bem como no ensino da história voltado para o patriotismo.

**ST 04 – O Brasil Republicano: Histórias, Memórias,
Historiografia**

Anderson da Silva Almeida – História/UFAL

José Vieira da Cruz – História/UFS

Michelle Reis de Macedo – História/UFAL

David Caldas: um republicano histórico

*Dayane Sampaio dos Santos (Universidade Federal do Piauí -
dayanesampaiodossantos@gmail.com)*

O presente trabalho se propõe a analisar a importância do jornalista, político, professor e intelectual piauiense David Moreira Caldas (1836-1877) para a construção do imaginário republicano na província do Piauí em um recorte temporal estabelecido entre os anos de 1868 a 1874, que correspondem aos anos de circulação de seus principais jornais- O Amigo do Povo e Oitenta e Nove- ambos periódicos políticos que tinham como ideia central a crítica ferrenha ao Império brasileiro (principalmente a figura de Pedro II e sua família) e a propagação da ideologia republicana, apontando a República como a solução dos problemas que assolavam o Brasil.

**A expansão industrial têxtil no limiar republicano em Alagoas
(1888-1895)**

*Ivo dos Santos Farias (Universidade Estadual Paulista -
Unesp/Marília - fariasivo85@gmail.com)*

*Marcelo Góes Tavares (Universidade Estadual de Alagoas - Uneal)
marce_goes@hotmail.com*

Tendo em vista a modernização de fins do século XIX, buscamos compreender os fatores internos e externos que culminaram na fundação de quatro companhias têxteis em Alagoas entre 1888 e 1895, somando-se à Companhia União Mercantil fundada em 1857,

em Fernão Velho (Maceió-AL). Consideraremos a historiografia alagoana e nacional de modo a situar algumas interpretações que ajudem a elucidar o período e suas transformações, além de utilizarmos o Indicador Geral do Estado de Alagoas, de 1902, relatórios de fábricas, descrições geográficas e econômicas do período e documentos governamentais.

Jornal do Penedo: o papel do periódico nas eleições presidenciais como órgão do Partido Republicano Conservador na região do Baixo São Francisco alagoano (1912-1914).

Gustavo Pereira Santos (UFS); Vanessa Catarina Alves de Lima (UNEAL); Ayrton Matheus da Silva Nascimento (UFS) E-mail: gus.ps.1995@gmail.com

O presente trabalho visa a compreensão dos motivos que levaram o Jornal do Penedo, periódico que circulou na década de 1920 como órgão do Partido Republicano Conservador no baixo São Francisco alagoano, a fazer a defesa explícita e fervorosa da candidatura do senador da república José Pinheiro Machado nas eleições presidenciais de 1914. Observando as edições do jornal entre 1912 e 1914, buscamos perceber se a defesa feita pelo jornal resultou necessariamente em retorno político ao Partido e, em especial, ao senador José Pinheiro Machado.

Epidemia de varíola, medo e devoção a São Roque no município de Campo do Brito / Sergipe (1910 – 1915)

Maria Cleide L. A. Calderaro (Secretaria de Estado da Educação de Sergipe - cleidecalderaro@yahoo.com.br)

Sergipe vinha sendo afetado por frequentes epidemias, principalmente pela epidemia de varíola. Nos anos de 1911 a 1912, o Estado sofreu com este terrível mal, sendo vários de seus municípios atingidos, provocando assim na população, um estado de insegurança e medo do contágio, pois não havia por parte do governo, mais especificamente da Inspetoria de Higiene uma

política sanitária preventiva. Os problemas com a saúde pública no Estado no início do século XX eram praticamente os mesmos do século XIX. Após 1912 a varíola aparece de forma isolada por todo o Estado, voltando nos anos de 1914 e 1915 a atingir de forma epidêmica, e nesse período o Município de Campo do Brito é atingido. Mesmo tendo sido usadas várias formas de combate, como envio dos doentes para lazaretos, desinfecção de pessoas e objetos e vacinação, a população não sentia segurança nessas medidas, indo buscar formas alternativas para livrar-se de tão maléfica doença. A crença na cura promovida por um Santo da Igreja Católica, São Roque, que é considerado patrono da peste e muito requisitado quando as pessoas estão com alguma enfermidade ou em época de epidemias, foi uma alternativa para a população de Campo do Brito se proteger e livrar-se da varíola. Utilizando o ponto de vista da similaridade de Jean Delumeau, podemos concluir que a devoção a São Roque, em Campo do Brito, está relacionada com esta lei que predomina no universo do imaginário, a lei da similaridade, ou seja, este santo fora acometido pela peste e conseguiu se salvar. Sendo assim, a população se via diante da epidemia, onde o medo da morte e do contágio era frequente, e como forma de salvação, apegava-se a imagem desse santo que havia vivido uma situação semelhante.

Anarquismo e sindicalismo revolucionário em Alagoas (1906-1920)

Igor Ribeiro dos Santos (Mestrando PPGH/UFAL - igor34r.s@gmail.com)

O objetivo da comunicação é analisar a militância dos anarquistas em Alagoas e a utilização da estratégia do sindicalismo revolucionário entre 1906 e 1920. Buscamos identificar como se deu o processo de articulação do anarquismo em Alagoas e os meios utilizados pelos militantes anarquistas em sua atuação no movimento operário alagoano. Diferente do que sugere a historiografia sobre o anarquismo em Alagoas identificamos três períodos de atuação dos anarquistas nos limites temporais trabalhado aqui: o primeiro, que vai de 1906 a 1912, se dá no

contexto de atuação dos militantes na União Operaria Alagoana (UOA) em Maceió e de realização do I Congresso Operário Brasileiro, em 1906, no qual foi aprovada a construção da Confederação Operária Brasileira (COB), uma organização pautada no sindicalismo revolucionário. Trabalhamos com a hipótese de que é neste momento que o anarquismo passa a penetrar com mais influência, embora seja incipiente, em Alagoas a partir da atuação dos seus militantes na COB. Neste contexto temos greves, fundação de sindicatos, bem como outras atividades. No segundo momento, entre 1913 e 1915, em meio à rearticulação da COB temos a fundação da Federação Operária de Alagoas (FOA), organização que se filiou à COB e aderiu ao sindicalismo revolucionário, há uma importante participação dos anarquistas. Por fim, o terceiro momento, entre 1916 e 1920. Com a desarticulação da FOA novas experiências foram implementadas, entre elas as publicações dos jornais anarquistas *A Tribuna do Povo* e *A Semana Social*, dirigidos pelo tipógrafo Antonio Bernardo Canellas; a formação do Comitê de Defesa Proletária na luta contra a carestia de vida; a tentativa de construção de outras organizações libertárias; e a retomada das lutas pelos trabalhadores nos sindicatos, nas quais participaram os anarquistas. É marcante, também, nesse período, uma onda de repressão ao movimento operário, sobretudo aos anarquistas em Maceió. E identificamos, ainda no início da década de 20, uma inclinação à ação direta por parte dos trabalhadores alagoanos, onde constam nomes de anarquistas como Rosalvo Guedes e Olímpio Santana. Utilizamos como fonte principal para esta pesquisa órgãos da imprensa operária, jornais produzidos pelos trabalhadores, tanto em Alagoas como em outras partes do país, como Recife e Rio de Janeiro.

A ameaça do inimigo interno: Aracaju no tempo da Batalha do Atlântico (1942-1945)

Luiz Antônio Pinto Cruz (SEDUC/SE - historiasdomar@gmail.com)

Após os sucessivos ataques navais do submarino alemão U-507, as autoridades políticas do Estado Novo procuraram inimigos dentro da sociedade brasileira. Na cidade de Aracaju, por exemplo, foi instaurado um inquérito policial com o intuito de identificar possíveis comparsas dos submarinistas ítalo-germânicos. A ameaça do inimigo interno gerou um clima de insegurança com o outro e várias histórias dramáticas. Em diferentes documentos da época, era comum se referir às sutilezas do quinta-colunismo e ao estilo camaleônico da espionagem. O olhar de desconfiança recaiu sobre cinquenta e sete pessoas. Estas foram, então, interrogadas e divididas em três grupos: 1 - os estrangeiros tachados de súditos do eixo (alemães, italianos, japoneses, portugueses e espanhóis); 2 - os seguidores do sigma, que eram os integralistas fervorosos (sergipanos e brasileiros de outros estados); e por fim, o 3 - os simpatizantes da Alemanha (comerciantes portuários de Aracaju). Portanto, foi no pós-torpedeamento dos navios que tramas dramáticas foram tecidas no cotidiano urbano, a exemplo de quebra-quebra de casas de suspeitos, de saque de lojas e da prisão generalizada de pessoas, algumas até inocentes. A guerra submarina potencializou, na verdade, um estado de coisas que já existia no Brasil antes mesmo da Segunda Guerra Mundial, mas precisamente, na conjuntura de instauração do Estado Novo em 1937.

O Impeachment do governador trabalhista Muniz Falcão: notícias e representações na imprensa nacional (1957-1958)

Marcelo Góes Tavares; Harrison Oliveira Franco; Maria Marcella Leandro da Silva (UNEAL) – harrsson@alunos.uneal.edu.br

Esse trabalho tem por objetivo investigar o impeachment do governador trabalhista Sebastião Muniz Falcão na década de 1950. As lutas políticas em torno de seu governo envolviam embates entre projetos de sociedade e de modernização para Alagoas e para

o país. Esse governador, embora fosse trabalhista, não era do PTB. Percebemos, desse modo, indícios de que os trabalhistas não formavam um grupo homogêneo. Em Alagoas passaram a expressar diferentes legendas partidárias. Estudaremos o impeachment e seus desdobramentos a partir de notícias que circularam na imprensa nacional. Desse modo, pretendemos historicizar as lutas políticas em Alagoas e no Brasil, analisando as representações produzidas pelos jornais e considerando o trabalhismo e a cultura política à época. Iremos considerar nesse estudo, os periódicos de grande veiculação nacional, nesse caso os jornais Última Hora (RJ) e o Correio da Manhã (RJ). Esses jornais expressavam em suas matérias posicionamentos político-ideológicos de seu corpo editorial e interesses dos grupos sociais e de poder que representavam. As matérias jornalísticas abordavam questões referentes a situação que o Brasil, assim como Alagoas, vivenciava na década de 1950. Essas fontes documentais, no sentido historiográfico de testemunho (Ricouer, 2007) são relevantes para a compreensão histórica desse passado. Metodologicamente, investigaremos os próprios jornais em si, levando em consideração seus membros do corpo editorial, os seguimentos sociais e políticos os quais pertenciam, a diagramação e lugar que as notícias selecionadas para análise se encontravam na edição e as possíveis repercussões nas edições seguintes. E quanto aos acontecimentos noticiados, examinaremos as circunstâncias de lutas políticas nos quais se inseriram, historicizando-os. Entre os principais aportes historiográficos que nortearão as análises, destacam-se Gomes (2005), Ferreira (2013), Tenório (2007) e Tavares (2016), dialogando metodologicamente com Rémond (2003), Koselleck (2006), Ricouer (2007), Kuschnir e Carneiro (2009), Berteins (2009) e Certeau (2011).

História oral em experiências de lutas como (re) afirmação da identidade: de caboclos da caiçara aos os Xokó da Ilha de São Pedro, Porto da Folha, Sergipe.

Ivanilson Martins dos Santos (UFAL - ivanilsonmartins762@gmail.com)

Ao refletir sobre o processo de retomada Xokó a partir das narrativas orais; da memória histórica e dos sujeitos sociais no tempo presente, pretende-se identificar como os antigos Caboclos da Caiçara, (eram conhecidos) alcançaram no tempo e espaço em um processo de luta com personagens que detinham poder hegemônico se autoafirmarem indígena Xokó. Entra em questão como essa identidade é (re)afirmada em 2021. A diáspora é a década 1970 com o cercamento da Ilha de São Pedro, — antigo aldeamento —, até 1991, data da homologação pelo Decreto Federal n.º: 401 de 24/12/1991. À terra indígena Ilha/Caiçara fica localizada no município de Porto da Folha, Sergipe. Dialogamos com autores de base teórica sobre os conceitos de Cultura (T. Eagleton); Poder, hegemonia e resistência (P. Burke); Identidade Cultural e Diáspora, (Stuart Hall) dentre outros para compreensão da autoafirmação identitária Xokó. Essas análises são de partes da pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, da Universidade Federal de Alagoas. O propósito é entender a dinâmica e as transformações ao longo desse processo de memória diaspórica.

Protagonismo das mulheres indígenas em Alagoas (1989-2010)

Ana Valéria Dos Santos Silva (UFAL - valeria-2910@live.com)

A pesquisa é resultado da Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Procura analisar o protagonismo da mulher indígena em Alagoas e a sua participação política. Elas, passam a buscar autonomia através de organizações com objetivo de defender os seus direitos coletivos e suas

particularidades de gênero. Através da historiografia recente, oficinas, encontros e conferências, a pesquisa busca então a pensar os estudos recentes sobre as mulheres indígenas no Brasil analisando as primeiras organizações femininas no âmbito nacional até chegar em um recorte de Alagoas através da trajetória de Graciliana Wakanã e a sua atuação no COIMI.

Entre as bancas, baldes, latas e facas: mulheres de negócios da feira livre, Delmiro Gouveia, Alagoas, (2021).

Maele Moreira Sandes Cavalcanti (Mestranda PPGH/UFAL maele.cavalcanti@delmiro.ufal.br)

A invisibilidade feminina por muito tempo eclodiu construções sociais marginalizadas às nossas mulheres, o cenário de negócios informais não se tornou exceção, sejam étnicas, relações de poder, classe, fazem compreender as mulheres à frente dos negócios no espaço da feira livre em 2021 na cidade de Delmiro Gouveia, Alagoas. O recorte foi marcado por impactos sanitários e econômicos associados a pandemia COVID-19. Justifica estudos que versem suas participações na feira livre. A metodologia para a construção da pesquisa foi através de Survey (Google Forms) e anotações de campo ao entrevistar 50 mulheres permitindo a compreensão dos perfis.

A banda de música da Polícia Militar de Alagoas como meio de ascensão social para o músico e o seu papel frente à sociedade alagoana (1958-1964)

José Guido Dantas Lessa da Silva (PPGH-UFAL - jose.lessa@proex.ufal.br)

Esta apresentação tem por objetivo mostrar a importância que a Banda da Polícia Militar de Alagoas teve e ainda tem no movimento migratório dos músicos das cidades do interior que buscam não só a ascensão social, como também realizarem o sonho de viver da música de forma segura. Tomamos como exemplo um

músico da cidade de Coruripe que ingressou na vida militar como soldado, chegando ao posto de major ao final da vida militar. Analisaremos também o papel da Banda de Música da Polícia Militar de Alagoas como relações públicas da corporação, seu papel frente à sociedade alagoana; uma vez que sempre teve uma boa penetração e aceitação nos diversos níveis culturais e sociais, seja em recepções a autoridades, festas religiosas, inaugurações, momentos cívicos, dentre tantos eventos. Por ser uma banda militar, o seu papel muitas vezes não foi apenas do entretenimento, mas também o de representante do poder vigente. Este fato, em algumas oportunidades se fez mostrar, principalmente no período da ditadura, através do repertório escolhido para as apresentações, onde não era permitido à banda tocar certas músicas populares tidas pelo regime como censuráveis.

O Brasil republicano durante a ditadura militar e a infância pobre: entre a educação, a assistência e o controle em uma instituição escolar paraense (1964 – 1970).

Maria Lucirene Sousa Callou (UFPA - malu_callou19@hotmail.com)

Investigamos a política de assistência para a infância pobre na Ditadura Militar e sua relação com a educação em uma escola de Belém, onde crianças eram admitidas em regime de internato, entre 1964 e 1970. A análise das fontes pauta-se na história cultural de Roger Chartier, com o uso dos conceitos de práticas e representações presentes em Estatutos, Fichas de Admissão, Fotografias, Regimentos, Relatórios de Trabalho e Jornais. Durante a Ditadura Militar a FUNPAPA João XXIII, FUNABem, FUNABem-Pará e LBA estabeleceram relação direta com instituições específicas para admissão de crianças pobres.

Os posicionamentos políticos da imprensa Mato-Grossense: entre o golpe civil-militar e os processos de abertura da ditadura militar (1964-1978).

Rafael Adão (UFMT -fael.adao@hotmail.com)

Dentro das discussões que tratam da ditadura militar no Brasil, entre os anos de 1964 e 1985, as pesquisas acadêmicas evidenciam cada vez mais o papel da imprensa diante desse contexto histórico de rompimento das diretrizes democráticas. Mas essas discussões destacam, sobretudo, a caracterizada “grande imprensa” (periódicos de ressonância nacional e de grande circulação, compostos por um aparato técnico e financeiro significativo). Nesse sentido, compreende-se a necessidade em abranger as posições políticas e atuação da imprensa nacional transportando o olhar da historiografia para outras regiões do país, neste caso, para a imprensa do Estado de Mato Grosso. E, para essa tratativa, almeja-se trazer as análises iniciais sobre os posicionamentos políticos, durante parte da ditadura militar, de quatro publicações, sendo duas empresariais: Diário de Cuiabá, O Estado de Mato Grosso; e dois jornais políticos: Tribuna Liberal e O Social-Democrata, Órgão do Partido Social Democrático. Essa seleção privilegiou os periódicos que abrangeram integralmente ou parcialmente o recorte temporal desta pesquisa: entre os anos de 1964, ano do golpe civil e militar, e 1978, quando foi extinto o Ato Institucional n. 5 (AI-5), importante passo para os processos de abertura política do regime militar e de redução do cerceamento à imprensa. Ainda essa seleção priorizou a circulação dos jornais na porção norte do Estado de Mato Grosso, dividido em 1977. Este estudo objetiva, portanto, descentralizar o panorama da historiografia brasileira e diversificar seu olhar, destacando os aspectos que envolvem as alianças políticas e repressões sofridas pelos agentes da imprensa mato-grossense durante a ditadura militar. Portanto, esta apresentação, com auxílio teórico e metodológico da Nova História Política e da História do Tempo Presente, traz os estudos preliminares sobre as dinâmicas de

repressão, resistência e conciliação engendradas dentro e fora das redações da imprensa em Mato Grosso, em face da instauração e vigência da ditadura pós-1964.

A censura à Revista Adventista durante o governo Médici (1969-1974)

Moizés Sabóia da Silva (UFAL – feziosaboia01@gmail.com)

Este estudo se propõe a analisar como a Revista Adventista passou pelo crivo da censura aos periódicos durante a presidência do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Pretende-se discutir como a Revista perpassou a censura implementada pelos órgãos da comunidade de segurança e informação. O estudo da censura imposta aos meios de comunicação é um registro importante para compreensão tanto das estratégias de permanência do regime no poder quanto das tentativas de silenciar vozes contrárias. Em suma, neste estudo, através da Revista Adventista, busca-se evidenciar como uma revista do campo religioso foi matizada no referido regime pelo olhar da ideologia de segurança nacional em oposição a liberdade de expressão e a defesa da democracia.

A gente é trabalhador: a (in) existência do ferroviário na historiografia do Ceará republicano (1970-1997)

Jaciara Azevedo Rodrigues (Univ. Estadual Vale do Acaraú - jaciaraazevedorodrigues951@gmail.com)

O presente trabalho analisa as histórias e memórias dos ferroviários no Ceará, apontando como os mesmos estão inseridos na historiografia dita oficial, uma vez que contribuíram eminentemente para o desenvolvimento das cidades. Contudo, torna-se preciso afirmar que as histórias do cotidiano desses sujeitos estão invisibilizadas, em detrimento de uma história que destaca grandes figuras ilustres do espaço urbano. Na maioria das

vezes, essas elites nomeiam bairros e ruas da cidade. Para concretização da pesquisa, são utilizadas fontes orais produzidas pelos próprios sujeitos do estudo.

O Golpe civil-militar de 1964: a atuação do IPES em terras alagoanas

Hitallo Philippe Alves Viana (PPGH-UFAL - hitalloviana@gmail.com)

Iremos abordar no seguinte trabalho a atuação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) como centros políticos estratégicos que organizaram a campanha político ideológica que consumou no golpe de 1964. A ideia é compreender a atuação do IPES e IBAD em Alagoas durante o período do governo de Luiz Cavalcante (1961 - 1965), analisando suas atuações em dois momentos: as eleições gerais de 1962 e do período do presidencialismo de *João Goulart*.

Da guerrilha à prefeitura: a experiência política de José Correia no Sertão das Alagoas

Cicero Mayk Ferreira Bezerra de Oliveira (UFAL - mikeoliveira05@hotmail.com)

Na presente comunicação buscamos compreender a trajetória política de José Correia, ex-guerrilheiro e líder de movimento social que lutou contra ditadura brasileira cuja atuação aconteceu no território do sertão de Alagoas, problematizando as principais características e os destaques significativos das fontes que contribuam para construção do entendimento do quadro histórico que se configurou entre o período da ditadura militar e a redemocratização, através dos seus relatos históricos. Seu percurso de atuação política e social perpassa pelos atos de resistência ao regime ditatorial brasileiro acontecendo nas divisas entre os estados de Pernambuco e Alagoas no interior da terra indígena Jeripankó o que garantiu a ele e seu grupo

condições ao enfrentamento as decisões de cunho autoritário perpetradas pelo governo comandado por militares. Atou ainda em campos diverso que vão da criação de cooperativa, fundação de sindicato indo até à proposição do processo e organização de emancipação do então povoado de Pariconha no estado de Alagoas. Ao fim desse processo se observa o estabelecimento e efetivação da municipalização do povoado em cidade de Pariconha que ao ser desmembrado do território pertencente a cidade de Água Branca, Alagoas, inicia nova trajetória política administrava. A análise desse movimento de emancipação é importante pois é expressiva a criação de tantos municípios após a redemocratização baseadas nos artigos textuais presentes na constituição de 1998. Culminando assim a jornada desse sujeito como representante do processo de transição legal da cidade. Uma espécie de prefeito itinerário cuja as decisões incidia sobre a vida dos novos munícipes. Neste passo, investigaremos o movimento histórico do recorte regional e temporal, por entre suas nuances de transformação e tradição, marcadas pelo tempo, sobretudo em face da análise da ação das políticas sociais implementadoras da vida de sujeitos culturalmente plurais que desenvolveram sua autonomia e originalidade no cerne de lutas por democracia e reconhecimento.

Tensões na cúpula militar: o depoimento do general Hugo Abreu sobre a crise militar no Brasil da década de 1970

Carlos Henrique Moura Barbosa (IFCE - henriquemourabarbosa@gmail.com)

Muitos pesquisadores se dedicaram a compreender a ditadura civil-militar no Brasil e alguns desses estudiosos voltaram-se para as tensões internas, que ocorreram ao longo do regime, envolvendo os principais grupos militares. Em meados da década de 1970, devido a escolha do nome do General João Figueiredo para suceder na presidência o General Ernesto Geisel, uma profunda crise instalou-se na cúpula militar gerando uma série de posicionamentos públicos de oficiais-generais que participaram

ativamente do governo Ernesto Geisel. Dentre os militares “palacianos” que se manifestaram publicamente encontra-se o General Hugo Abreu que publicou dois livros de depoimentos – “O outro lado do poder” e “Tempos de crise”. As duas obras chegaram ao público no calor da hora e abordaram a crise militar, os interesses dos grupos políticos e os conflitos entre os líderes militares. Na presente comunicação, a partir do livro/depoimento “O outro lado do poder”, pretende-se fazer algumas reflexões sobre a perspectiva do General Abreu no que se refere ao governo do General Geisel e ao processo da crise militar brasileira.

O programa nacional de desestatização de empresas estatais no governo Figueiredo (1979-1985), seus entusiastas e opositores.

Valesca de Souza Almeida (Universidade Federal Fluminense e Colégio Pedro II - valmeida@id.uff.br)

Durante os anos de governo do general João Batista Figueiredo, teve início um processo de desestatização de empresas estatais. O objetivo deste trabalho é apresentar o programa que visava este fim, indicando seus atores, seus resultados (quais empresas foram desestatizadas e em quais condições) e a sua divulgação na imprensa (grande entusiasta e defensora do privatismo). Da mesma forma, pretende-se analisar as oposições ao processo, mapeando estratégias de resistência de trabalhadores, entidades organizadas e instituições que se colocavam contrárias à desestatização.

Sob o olhar do serviço nacional de informações: os movimentos sociais do campo, em Alagoas, 1984.

Aline Oliveira da Silva (PPGH-UFAL - allinneholiveira@gmail.com)

O presente estudo investiga os registros do Serviço Nacional de Informações (SNI) – localizados junto ao acervo digital do Arquivo Nacional –, acerca dos movimentos sociais do campo em Alagoas,

em 1984. No curso deste marco temporal, no contexto da ditadura civil-militar e concomitantemente ao movimento de redemocratização, data-se um dos primeiros relatórios produzidos pelo SNI, a respeito da organização dos(as) trabalhadores(as) rurais no Sertão de Alagoas, em defesa da reforma agrária e de justiça social. Articulações e mobilizações que abarcaram os movimentos do campo e da cidade.

O Anticomunismo nas páginas da Revista do Clube Militar (1995-2005)

Vitória Weber Vieira do Nascimento (Graduanda - vitoriaweber1@hotmail.com)

O objeto da pesquisa é o anticomunismo debatido nas páginas da Revista do Clube Militar. O recorte temporal escolhido compreende o período de 1995 a 2005. Trabalhamos com a hipótese segundo a qual a Revista do Clube Militar alimenta uma posição de combate ao que entende ser uma “conspiração comunista” no Brasil. Desse modo, a RCM atua como porta-voz dos militares e civis vinculados ao Clube Militar bem como a setores militares da ativa. A nossa fonte primária constitui-se pela Revista do Clube Militar na delimitação temporal de 1995-2005.

Fernando Collor de Mello e as charges do Jornal de Alagoas (1989-1992)

José Cláudio Lopes dos Santos Júnior (PPGH-UFAL - claudioall@gmail.com)

A comunicação pretende ser uma contribuição para a história política do tempo presente, tendo como objetivo central investigar como Fernando Collor de Mello - entre seu último ano de mandato como governador de Alagoas, em 1989, e a abertura do processo de impeachment já como presidente da República, em 1992 - foi retratado nas charges do “Jornal de Alagoas”. A problemática é

compreender como as charges veiculadas no periódico atuaram no desenvolvimento das narrativas jornalísticas, seja apresentando os governos de Fernando Collor e sua figura política como vitoriosa, seja construindo um personagem moderado e de forte influência no cenário estadual e nacional. Os principais autores que norteiam a análise proposta são René Rémond, Raoul Girardet e Rodrigo Patto Sá Motta.

“A verdade é dura, a rede globo apoiou a ditadura”: memórias do jornalismo brasileiro - entre o silenciamento e o reconhecimento

Carlos Alberto de Melo Silva Mota (UFPI - carlosalbertomota12@hotmail.com)

Este artigo aborda questões acerca da história e memória do jornalismo brasileiro. Analisamos sabatinas para as eleições presidenciais de 2018, onde o candidato Jair Bolsonaro foi entrevistado por jornalistas do Grupo Globo. Na ocasião, foram pontuadas versões sobre do regime instalado no Brasil após 1964. Buscamos problematizar aspectos ligados ao esquecimento e silenciamento de determinadas memórias e os usos políticos desse passado. Dialogamos com os seguintes autores Schmidt (2007), Pereira (2007), Meneses (1992), Kushnir (2012) e Rezende (2001).

ST 05 – História e Marxismo*Aruã Lima – PPGH/UFAL**Oswaldo Maciel – História/UFAL***“No rastro da esperança: crise permanente, pandemia e a aurora dos novos tempos”***Aruã Silva de Lima (UFAL - arualima@gmail.com)*

A história da vida humana em sociedade não é possível de ser contada sem que se considerem as relações com a natureza. Embora já tenha sido vista como mero pano de fundo para atuação humana, as forças da natureza são determinações ora restritivas ora expansivas para as possibilidades humanas. No âmbito da análise social, já não são poucos os trabalhos que caracterizam empiricamente como os processos históricos se entrelaçam com os agentes naturais. Aqui, pensa-se sobretudo em intempéries climáticas, hecatombes geológicas ou meteorológicas (terremotos, furações etc) e ocorrências patogênicas. Nesse texto, propõe-se uma interpretação de longo curso sobre os efeitos do contato que as sociedades estabeleceram com micróbios e, em particular, os impactos que tiveram, invariavelmente, na reorganização da vida social. Num segundo momento, além de um exercício de previsão e demarcação de tendências para possíveis desdobramentos da atual Pandemia causada pela COVID-19, será feita uma tentativa de prognóstico para o período pós-pandemia nas relações sociais e, em particular, a partir de quais novas condições o sistema do capital se reproduzirá.

“Os Instituto Liberal e o Escola Sem Partido”: a produção de sentidos da razão (ultra)liberal na educação brasileira*Francisco Alberto de Araújo Costa Júnior (professor da Educação Básica - franciscoalbertojunior3@gmail.com)*

O objetivo é analisar o discurso produzido pelo Instituto Mises Brasil (IMB) e o Instituto Liberal (IL) sobre o projeto Escola sem Partido. Ancorado no materialismo histórico-dialético como método de análise, na noção de signo linguístico de Bakhtin/Volochinov e nas categorias da Análise do Discurso (AD), analisaremos aqui os posicionamentos de setores liberais-conservadores sobre o projeto, de caráter persecutório contra professores. Veremos no decorrer deste artigo as raízes discursivas de defesa do projeto, calcados na oposição ferrenha a tudo o que diz respeito à educação pública e à defesa da liberdade de cátedra, calcados na defesa de um liberalismo de matriz conservadora no campo comportamental e do autoritarismo de mercado. Será desvelado o discurso desses *think tanks* liberais em atuação no Brasil sobre a educação, mais especificamente o Escola Sem Partido, projeto de lei que de extremamente marginal no debate público passou a ter influência social a partir de 2015. O artigo também pretende dialogar com a discussão que Pierre Dardot e Christian Laval (DARDOT; LAVAL, 2016) fazem sobre a nova razão neoliberal. Os autores abordam a construção de um novo sujeito a partir da consolidação do modelo neoliberal vigente. A sociabilidade neoliberal, segundo os autores, passa a contar com dispositivos que vão além da utopia do liberalismo clássico de defesa da autorregulação do mercado. O neoliberalismo não produz somente uma nova forma de governo a nível estatal, nem uma nova forma de gerir a economia, mas cria novos comportamentos, novas subjetividades centradas unicamente no indivíduo como supremo. Por meio da refundação do neoliberalismo, via o colóquio Walter Lippmann (1938) à Sociedade Mont-Pelerin (1947), começa-se a aprofundar questionamentos já existentes à noção do sufrágio universal e à própria noção de democracia, em favor do predomínio absoluto do mercado nas subjetividades. O material analisado serão artigos de opinião e/ou que refletem os valores dos institutos.

“A Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Brasil) e a Tennessee Valley Authority (EUA)”: O Capital da Energia no Nordeste brasileiro

Jamile Silva Silveira (Universidade de Coimbra, FLUC e CEIS20, Portugal. Universidade do Estado da Bahia, Campus VIII, Brasil - mileaps@gmail.com)

Analisar os laços entre as experiências da Tennessee Valley Authority (TVA) e da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), entre as décadas de 1930 e 1950, é o objetivo principal deste artigo. A TVA foi utilizada, pelo governo e diversos aparelhos privados de hegemonia dos EUA, para demonstrar que no capitalismo era possível garantir o bem-estar mínimo da população. A expansão destas ideias, nas relações entre Estados e organismos privados em todo o mundo, difundia uma proposta de desenvolvimento econômico e, especialmente, transformação das relações sociais e culturais locais adequando-as aos novos padrões da modernização em curso. Assim, apresentarei as ramificações destas ideias e sua possível concretização através da CHESF em Paulo Afonso – BA, que foi a primeira grande empresa pública de energia elétrica do Brasil, fruto de investimentos nacionais e internacionais. Busco compreender dialeticamente através de diferentes fontes, a relação entre a política imperialista e a CHESF no sertão brasileiro e seus desdobramentos, que produziram o apassivamento social e experiências de resistência das classes subalternizadas a este modelo.

“Genocídio político”: o extermínio da União Patriótica no marco do conflito armado em Colômbia

Felipe Garzón Serna (Mestrando do PPGH/UFAL - felipe.garzon.wlg@gmail.com)

A Corte Interamericana de Direitos Humanos CIDH tem aberta uma ação contra o Estado colombiano pelo assassinato e

desaparecimento forçado de aproximadamente 6.000 membros do Partido União Patriótica, movimento político criado em 1984 como uma convergência de forças políticas alternativas como parte dos acordos de paz entre o governo de Belisario Betancur e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia FARC. Esta apresentação visa propor a classificação de genocídio político ao processo de extermínio sistemático deste partido político com base nos processos de denúncia e visibilidade realizados pelas vítimas, familiares, sobreviventes e organizações de direitos humanos.

“A greve dos jornalistas alagoanos de 1979”: o “Novo Sindicalismo” em debate.

Alexander Moreira Campos (Mestrando do PPGH-UFAL - alexmorreira@gmail.com)

Iremos abordar no presente trabalho a greve dos jornalistas alagoanos de 1979, que em plena ditadura militar, com a lei antigreve em vigor, foi um marco importante para a reorganização do movimento sindical alagoano. Para compreender o grau de coesão da categoria dos jornalistas, iremos analisar a atuação do SINDJORNAL (Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Alagoas) a partir de 1978, ano em que o sindicato deixa de ser dirigido por interventores.

“O genocídio ucraniano na histórica guerra diplomática Rússia-Ucrânia”

Maurício da Silva Lima (UFPE - mauricio.silvalima@ufpe.br)

Da disputa de narrativas nacionalistas entre a Rússia e a Ucrânia após a anexação da Península da Crimeia em 2014 à Federação Russa, surge entre os argumentos do litígio um caso de Genocídio promovido pelo regime soviético no território ucraniano entre 1932 e 1933, posteriormente popularizado como Holodomor ou Grande

Fome Ucraniana, que se tornou pauta de defesa dos ucranianos em face do colonialismo russo que existiu desde os tempos imperiais e que marcou a história diplomática entre os dois Estados, sobretudo após a década de 1990 quando acontece a abertura dos arquivos soviéticos para pesquisadores do mundo todo e o consequente esclarecimento sobre a conjuntura a partir de pesquisas documentais e bibliográficas. O objetivo desse trabalho é apresentar as origens do Genocídio Ucraniano e, em termos de historiografia, contradizer a tese de que o governo soviético garantia a estabilidade alimentar de sua população e paz social após a crise financeira que afetou o mundo capitalista no início dos anos 1930. O regime stalinista promoveu na Ucrânia uma das grandes tragédias humanitárias que atingiu a Europa no século XX no auge dos regimes totalitários, chegando à cifra de 4,5 milhões de mortes, o que equivalia a 13% da população da República Popular da Ucrânia. O fator causal da mortalidade em massa foi a fome, pensada como arma política por Joseph Stalin como retaliação a insubordinação ucraniana após o plano de metas para a economia soviética de 1929. Nos mapeamentos das regiões que mais se enquadraram na repressão stalinista, é-se dado o nome de distritos de morte, em comparação percentual dos habitantes das vilas anteriores ao massacre e os índices de morte ao fim do caso. O período de grande fome teve como antecedente o forte sentimento anti-ucraniano surgido na década de 1920 quando a região, centro de grupos independentistas, não apoiou totalmente os bolcheviques na Guerra Civil Russa e alimentava a ideia de criar um autogoverno, aproveitando o fim do Império, o que representava um entrave para o plano de desenvolvimento do Estado soviético que dependia da produtividade dessa república para arrematar a revolução industrial russa. O campesinato era quem resguardava o bojo da cultura ucraniana, formada desde tempos medievais, já que as cidades se tornaram centros coloniais russos. O olhar repressor de Stalin se voltou necessariamente contra eles, os mais revoltosos por serem justamente os mais ucranianos. O plano quinquenal stalinista, após a morte de Lenin, previa a rápida industrialização do país e obrigou os agricultores a mudar as culturas cultivadas, passando para culturas mais

indicadas no apoio à indústria, comprometendo a segurança alimentar dos camponeses que também tiveram a perda de suas terras pela coletivização forçada e o confisco de produção agrícola. A fome em massa se deveu ao fato de Stalin manter a cota de arrecadação de dois terços de grãos em 1932 mesmo com a queda na produção agrícola, resultado da exaustão produtiva. O líder soviético agravou a situação de calamidade quando tomou a decisão de punir o Partido Comunista da Ucrânia se a cota mínima não fosse atingida, fazendo com que o confisco de alimento se intensificasse, tornando os militantes comunistas agentes fiscais que expropriavam os bens alimentícios mesmo sob a situação desregulada de carência. O fechamento das fronteiras da república ucraniana para não haver fuga para outras repúblicas soviéticas foi o que acentuou o morticínio e fez o caso como uma engenharia social que tornou a fome uma arma política para fins de controle social e totalitarismo.

“Questão Brasileira e Internacional Comunista”: reflexos na organização do Partido Comunista do Brasil (1929-1930)

Krystila Andressa Costa da Silva (Mestranda do PPGH/UFAL - krystilacosta@gmail.com)

A nova vertente do VI Congresso da Internacional Comunista, adotou a tática de “classe contra classe”, que excluía qualquer aliança com a burguesia. Essa questão atingiu diretamente às práticas do Partido Comunista do Brasil, que percebia na aliança com a pequena burguesia um espaço para ascender a revolução do proletariado. Em 1929, na cidade de Buenos Aires, ocorreu a I Conferência Comunista Latino-Americana, houve estreitamento dos laços com o Secretariado Sul-Americano por parte dos comunistas brasileiros, e muitas críticas por parte dos soviéticos. Uma das principais críticas era sobre a organização do partido e, o crescimento do Bloco Operário e Camponês, que não deveria secundarizar as ações do PCB. Essas discussões proporcionaram, o que ficou conhecida como “Questão Brasileira”, que foi debatida

em reuniões na sede da IC, em Moscou, no período de 22 de outubro de 1929 a 5 de novembro de 1929. O conteúdo desses debates está presente em documentações do Centro de Documentação e Memória (CEDEM), da UNESP e no Arquivo Edgard Leuenroth, na UNICAMP, através da análise dessas fontes, compreenderemos a extinção do BOC e a nova formação do PCB.

“A Revista Punto Final”: debates teórico-práticos sobre a construção do socialismo chileno durante o governo da Unidad Popular (1970-1973).

João Pedro Doria Rossi Barreira (UFRGS - jpdoria97@gmail.com)

A presente pesquisa visa analisar a Revista Punto Final, fundada em 15 de setembro 1965 e formada por intelectuais e militantes identificados com o projeto revolucionário no Chile, durante o governo de Salvador Allende (1970-1973). Nesta podem ser observadas diversas discussões teóricas do marxismo, assim como debates entre as principais organizações revolucionárias chilenas, como o Partido Comunista e o MIR. Sendo assim, buscamos compreender estas discussões e disputas sobre a construção do socialismo chileno e estabelecer uma relação com a prática revolucionária destas organizações.

“Marx, Engels e o esboço de um método crítico de análise das fontes n’A Ideologia Alemã”

Oswaldo Maciel (UFAL- osvaldo.maciel@ichca.ufal.br)

Tomando como base de análise os manuscritos d’A ideologia alemã, exploramos nesta comunicação: 1) que há uma formulação inicial de crítica aos documentos; 2) que essa crítica e essa caracterização articulam-se diretamente com uma teoria da história, seus fundamentos e as técnicas de pesquisa tipicamente reconhecidas como das ciências históricas; e 3) que estas reflexões realizadas por

Marx e Engels se estabelecem em um diálogo crítico com os historiadores e os filósofos da história contemporâneos. Abaixo apresentamos alguns pontos que nos levam a apresentar resultados parciais deste estudo. Inicialmente, cabe informar que vimos desenvolvendo, há cerca de dois anos, um projeto de Iniciação Científica em que analisamos *A Ideologia Alemã*, de Marx e Engels. Uma das preocupações de nossa análise é esboçarmos elementos de uma leitura que recupere as dimensões teóricas mais conhecidas desse escrito seminal em sua articulação com a crítica metodológica e historiográfica existentes no período de sua formulação. Diante dos primeiros achados de análise, achamos necessário sistematizar alguns pontos relativos à noção de fontes históricas neste texto que é reconhecido por muitos como um estudo que fundamenta a concepção materialista da história de Marx e Engels. Esta sistematização serve, entre outros motivos, para estabelecer um diálogo crítico com tendências contemporâneas da historiografia mundial e brasileira que teimam em desconsiderar os cuidados da análise marxista relativas ao caso, não obstante o exemplo oposto encontrado nesta rica tradição historiográfica. O fato de essa atenção ser despertada a partir da análise de um texto fundamental para entender esta tradição e, também, por ser uma obra notadamente de debate teórico e não de análise histórica concreta, como seria o caso d'*O 18º brumário* de Luis Bonaparte, é um elemento a mais a ser destacado. Posto que, aqui, em princípio, teríamos um estudo mais difícil para trabalhar o uso das fontes e o modo como os documentos históricos são concebidos pelos formuladores do materialismo-histórico. Apesar destes desafios, avaliamos que já temos material suficiente para realizarmos a proposta desta comunicação e a apresentamos aqui neste simpósio temático.

“Um debate metodológico sobre Aparelhos Privados de Hegemonia e sua utilização na pesquisa histórica”

Thaina Evellyn Martiniano Alexandre (Mestranda do PPGH/UFAL - thaynamartiliano@gmail.com)

Na presente proposta de trabalho temos como objetivo nos debruçar metodologicamente sobre o conceito gramsciano de Aparelho Privado de Hegemonia, seu significado e sua contribuição para a pesquisa histórica. Para isso, utilizaremos como fontes deste estudo autores estudiosos de Gramsci como Carlos Nelson Coutinho e Virginia Fontes, além de visitar a obra do próprio Gramsci.

“Considerações sobre a dominação da elite romana a partir da intermediação financeira e do endividamento na Roma tardo-republicana”

Ian Cartaxo Machado (UFRJ - iancartaxo3@gmail.com)

Esta comunicação pretende promover algumas considerações acerca da intermediação financeira e do endividamento no final da República Romana, mediante um estudo da defesa de Marco Túlio Cícero do equestre Caio Rabírio Postumo. Postumo foi acusado de peculato e extorsão enquanto atuava como intermediário financeiro junto ao rei Ptolomeu XII do Egito. O caso denota o uso das dívidas para manipular os interesses de Roma junto a povos aliados e províncias. Portanto, essa pesquisa visa utilizar Postumo como exemplo para discutir a função social dos intermediários naquela sociedade.

ST 06– Combates pelo Ensino de História: teoria e prática em tempos de negacionismo histórico*Antônio Alves Bezerra – História/UFAL**Wellington da Silva Medeiros – SEDUC-AL***Lágrimas, força e identidade: a cor e a resistência da nossa educação quilombola***Clara Suassuna Fernandes (História-UFAL- clara.fernandes@ichca.ufal.br)*

Depois de 18 anos de existência da lei 10.639/03 o que de fato podemos analisar e apontar como avanço e /ou as dificuldades que ainda temos em implementá-la nas escolas do ensino médio e fundamental? Pensar no racismo estrutural e institucional é um dos caminhos para entender as resistências para a educação quilombola e para as comunidades tradicionais. Essas dificuldades são sentidas pelos técnicos e profissionais em educação, que trabalham com a lei 10.639/03. Aplicabilidade da lei nas escolas quilombolas não fogem as dificuldades, talvez seja um cenário mais cruel devido ao processo de invisibilidade que as comunidades sofrem, seja pelos meios oficiais de governo e pela sociedade. Comunidade quilombola: A organização das comunidades quilombolas em terras brasileiras começou quando os primeiros africanos chegaram no Brasil na condição de escravizados, organizando os primeiros quilombos. No primeiro momento, essa organização se deu a partir da busca pela liberdade dos escravizados - uma forma de luta coletiva contra o trabalho escravo - a que essas pessoas estavam submetidas, formando assim, os primeiros mocambos. A reunião de vários mocambos em uma mesma área ou região forma um quilombo. Uma das características da organização quilombola nesta época era a luta contra o trabalho escravo. Como diz Laura Olivieiri Carneiro de Souza, definindo o Quilombo no período da vigência do Sistema Escravocrata no Brasil “lugar de memória da resistência negra”. A dinâmica do

sistema escravocrata criou, também, outras formas de organização da população negra, principalmente a população livre, que não foi absorvida pelo trabalho escravo, portanto, sem a guarida dos proprietários de terras e senhores de engenhos. Essa população criou uma organização própria; ora organizada na área das terras dos senhores de engenhos, como também fora dela. Parte dessa população vendia seus serviços na modalidade de troca, ou recebiam remuneração que não correspondiam ao serviço prestado. (Zezito de Araújo) Pensando na atualidade e na herança histórica que esses grupos étnicos solidificaram para a formação da identidade nacional, as lutas continuaram e continuam. Foi necessário o Brasil reconhecer o racismo estrutural e institucional no nosso país, para que ações públicas fossem consolidadas para as comunidades quilombolas e indígenas. A Constituição de 1988, contribuiu muito para mudanças fundamentais, assim como a Conferência de Durban, em 2001. Em decorrência desses primeiros passos veio a Lei 10639/03, que corresponde a uma demanda da LDB. Será o nosso debate central. Como está o ensino nas escolas quilombolas a partir das diretrizes curriculares?

O Ensino de História e da cultura afro-brasileira e indígena no contexto escolar

Dehon da Silva Cavalcante (SEDUC-AL - dehonc@hotmail.com)

Este artigo centra-se em refletir sobre o ensino da disciplina de História na Educação Básica no Município de Palmeira dos Índios – AL, com fito na cultura afro-brasileira e indígena, considerando este campo de conhecimento complexo, uma vez que coexistem elementos que interferem no processo de ensino e aprendizagem, especialmente quanto ao domínio teórico e metodológico que envolve a práxis pedagógica docente na contemporaneidade, bem como, a necessidade de discutir questões relevantes como a contextualização histórica desta disciplina no contexto escolar, a

diversificação metodologias de ensino com a ampliação das aulas de campo e a reflexão sobre o currículo oficial do ensino de História na atualidade. A metodologia utilizada será a pesquisa bibliográfica, utilizando-se de referenciais teóricos como Selva Guimarães e Zelinda Barros, entre outros, como também, a pesquisa de campo, sendo ouvidos professores de História da escola pública de Palmeira dos Índios. Neste trabalho procura-se desvelar algumas interfaces do histórico oficial da origem da disciplina de História nos currículos escolares brasileiros, buscando entender o diálogo da disciplina em questão nos primórdios da sua constituição, como também refletir sobre a importância diversificação de metodologias de ensino que venham ao encontro da autonomia docente.

Compromissus com os saberes ancestrais na sala de aula

Sueli do Nascimento (PPGE- Unesp - Campus de Marília - sueli.nascimento@unesp.br)

Este artigo é uma reflexão do ‘compromissus’ que vem do latim, o qual carece em tempos obscuros de pandemia Covid 19, discutir a ausência de uma promessa mútua com o outro, a partir da filosofia indígena e a importância dos saberes ancestrais. O intuito é repensar a prática docente numa perspectiva decolonial. A pesquisa, ainda em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, campus de Marília, seguem a linha da Filosofia e História da Educação. Nesta perspectiva, a metodologia envolve o espaço tridimensional entre a memória social, a memória coletiva e as vidas experienciadas/narradas.

**"Do ventre escuro de um porão, vou baixar no seu terreiro":
diáspora africana e a religiosidade afro-brasileira (re)contadas
através da música no Ensino de História**

Tácio Soares Ferreira Barros (UNEAL - tacio@alunos.uneal.edu.br)

A partir da Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as redes de ensino — do ensino fundamental ao médio —, vários novos recursos didáticos foram adotados, notadamente nas últimas duas décadas, para implementação da História da África como parte integrante dos Referenciais Curriculares Nacionais. Assim, o presente escrito apresenta a incursão didático-metodológica empreendida por um bolsista do Programa Residência Pedagógica/CAPES, atuante em uma escola da rede pública de ensino em Arapiraca/AL, para abordar a Diáspora Africana e os processos de desterritorialização e reterritorialização a partir da religiosidade afro-brasileira, tomando por recurso didático precípua o uso da música "Yayá Maseмба" (autoria do poeta Capinam e do músico-professor Roberto Mendes).

**As Oficinas de Quadrinhos no ensino de História: a
participação das mulheres na política e a conquista do voto
feminino no Brasil**

Tainá Angelo da Silva (Bolsista do PIBID-UFAL - tainaangel486@hotmail.com) Jennifer Thayná de Lima dos Santos (Bolsista do PIBID-UFAL)

Maria Laura Rosas Soares Silva (Bolsista do PIBID-UFAL)

Matheus Henrique Pereira Ayres Cândia (Bolsista do PIBID-UFAL)

Este relato se constrói a partir da experiência didática desenvolvida em duas turmas do 9º ano, do Ensino Fundamental II, da Escola Estadual Prof.^a M^a da Salete Gusmão de Araújo, no

bojo do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de História da Universidade Federal de Alagoas, referente ao ano letivo de 2020. Visando a prática de metodologias interessantes e que possam contribuir no processo de melhoria da educação básica, através da web-ferramenta *Pixton*, foi realizado a construção de Histórias em Quadrinhos (HQs) com o tema “A participação das mulheres na política e a construção da cidadania feminina na Era Vargas.

Os usos de jogos no ensino remoto de História no contexto da pandemia do covid-19: relatos de uma experiência na Escola Municipal Jaime Amorim Miranda

Joana D’Arc Sales Azevedo Bispo (SEMED-Macció - joanasales875@gmail.com)

Jonas Felipe Chicuta da Silva (Bolsista do PIBID-UFAL)

José Roberto Silva de Lima Júnior (Bolsista do PIBID-UFAL)

O surgimento da pandemia de Covid-19 no início de 2020 transformou globalmente a sociedade, Como não poderia deixar de ser a educação e o ensino de História também passaram por diversas transformações como o ensino remoto, o uso de aplicativos, o distanciamento presencial de professores e alunos, dentre outros. Nesta comunicação apresentamos como a utilização dos jogos do aplicativo Woldwall que disponibiliza modelos interativos de atividades como caça palavras, combinação, pares correspondentes, entre outros, combinados com o conteúdo de História transformaram o ensino aprendizagem na disciplina no sentido de as aulas assumirem um caráter mais lúdico, interativo e dinâmico. Este relato de experiência insere no contexto do programa PIBID do curso de História da UFAL, na Escola Municipal Jaime Amorim Miranda realizado de modo remoto usando ao plataformas *WhatsApp* e *Google Meet*, particularmente nas turmas dos sextos anos A, B e C, ano letivo 2021. As reflexões de

José Manoel Moran e Jörn Rüsen são importantes nesta exposição. José Manoel Moran docente de novas tecnologias, pesquisador e grande incentivador de metodologias ativas, modelos híbridos e tendências da educação. Jörn Rüsen, historiador e filósofo que há décadas tem reflexões sobre consciência histórica, pensamento histórico, da cultura histórica trazendo em seu curriculum investigações nos campos da teoria e metodologia da história, da história da historiografia e da metodologia do ensino de história. Seu pensamento está relacionado a resposta aos desafios da história com um método próprio de compreensão e explicação para uma consciência histórica.

Professores de História e seus saberes: encontro com o campo de trabalho a partir do estágio supervisionado

Sheyla Jayane Tavares Silva (Graduação em História-UFAL - sheyla.silva@ichca.ufal.br)

Antônio Alves Bezerra (História-UFAL)

Os saberes docentes são aspectos instigantes de pesquisa e reflexão na formação inicial e continuada de professores, pois, muitas vezes ainda na formação inicial e nos primeiros anos do exercício docente indaga-se: o que precisamos saber para ser um/a professor(a) de História bem sucedido do ponto de vista pedagógico? Muitas são as respostas acerca desta inquietação, especialmente oriundas do campo da pedagogia e da psicologia e das áreas específicas do conhecimento. Partindo desta premissa, Caimi (2015, p.105) elenca “três principais conjuntos de saberes a serem mobilizados na docência em história”, destacando “os saberes a ensinar”, “os saberes para ensinar” e “os saberes do aprender”. Deste modo, autores como Tardif (2014) e Monteiro (2007), elencam e debatem acerca das subdivisões dos saberes docentes no âmbito do exercício da profissão. Para Monteiro, o saber docente seria uma categoria utilizada para “investigar e

compreender a ação docente, tendo por foco as suas relações com os saberes que dominam para poder ensinar e aqueles que ensinam”. Igualmente, Tardif (2014) busca dividir os saberes em: “saberes oriundos da formação profissional, saberes disciplinares, saberes curriculares e experienciais”. Assim, essas reflexões propostas encontram eco nos autores aqui referenciados dado que o projeto de pesquisa de Iniciação Científica intitulado: “O Saber e o Fazer dos Professores de História nas Escolas de Alagoas: Análise dos Relatórios de Estágio Supervisionado IV: 2017-2020” buscou analisar e refletir acerca das informações sobre os saberes dos professores observados e dos graduandos trazidas nos Relatórios de Estágio Supervisionado IV do curso de História – Licenciatura da UFAL. Contudo, é importante refletir que a acepção dos saberes sofrem influências desde o momento de socialização escolar do professor perpassando pela atuação dele no magistério e as relações de trabalho no âmbito da docência. TARDIF & LESSARD (1996, p.79), anotam em outros escritos a dificuldade de professores não-efetivos (aqueles sem estabilidade) em interiorizar um saber contínuo, uma vez que a cada ano o trabalho se repete por não acompanhar de forma contínua as turmas nas quais atuaram anteriormente. Assim, de acordo com as informações dos relatos coletados, pudemos entender de forma explícita as razões desses professores. A título de exemplificação, a professora 26 que indicou não fazer uso de livros didáticos com suas turmas, justificando que o não uso deste instrumento de aprendizagem pelo fato de que seus alunos são oriundos de EJA, geralmente saem do trabalho direto para a escola, logo não poderiam passar o dia inteiro carregando os livros. Os Relatórios dos estagiários indicam que muitas são as justificativas dos professores em suas escolhas, pois, são experiências já testadas em suas práticas e saberes que formam a partir disso. Por outra perspectiva, nota-se também nos estagiários certa clareza no que tange às atribuições da docência e os métodos para ensinar História, e por vezes de forma implícita figuram questões que

marcam o papel de estudantes da Educação Básica naquilo que os estagiários têm expectativas ou representações nos professores com os quais estão realizando os estágios. Em muitos relatos é questionada a maneira e os recursos utilizados nas aulas de história pelos professores regentes; em outros, questiona-se a postura dos professores diante das realidades das salas de aulas. Para tanto, esses questionamentos se nutrem quando se busca a figura do eu-professor-ideal ali posto. Por fim, analisando os Relatórios de estágio supervisionado de trinta e dois licenciandos pudemos compreender algumas de suas questões e anseios quanto ao momento de aplicação e aprendizado contínuo de seus saberes para a docência, assim como refletir acerca das condições de trabalho, formação e o uso dos saberes dos professores de história em escolas públicas do estado de Alagoas.

A História de Alagoas na sala de aula: desafios, reflexões e propostas para o ensino básico

Felipe da Silva Barbosa (SEDUC-AL - felipebarboza41@gmail.com)

Este trabalho pretende ser uma contribuição para formação inicial e continuada de professores e professoras da rede público-privada do Estado de Alagoas que desejem trabalhar com a História de Alagoas na sala de aula. A partir da noção de Educação Histórica cujo objetivo é o exercício de uma Consciência Histórica entre estudantes e professores do Estado de Alagoas, procura-se promover não apenas uma reflexão acerca dos seus desafios, mas apontar algumas propostas de intervenção para o ensino básico. Para isso recorreremos às revistas do atual Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e dos clássicos da historiografia de Alagoas como material didático bibliográfico, aliado as contribuições teórico-metodológicas de Rösen (2007; 2015), Cerri (2010), Bittencourt (1997; 2005), Pinsky (1988), etc.

A arte musical e a produção do conhecimento histórico no contexto da pandemia e do negacionismo

Kerllen Pereira (Universidade Estadual da Paraíba-UEPB - kerllenpereira0@gmail.com)

Tallita Rosendo Barbosa (Universidade Estadual da Paraíba-UEPB)

Patrícia Cristina de Aragão (Universidade Estadual da Paraíba-UEPB)

O contexto atual em que se vivencia de um lado a pandemia do covid-19 e do outro o negacionismo em relação aos valores da ciência, a música emerge como uma arte que nos possibilita que vá se construindo uma crítica socialmente que permita assim novos olhares, espelhando uma realidade que visualize o âmbito no qual é adversa do espaço societário. A crítica representada na arte musical, nos permite desenvolver uma nova visão para compreender as mudanças que estão ocorrendo e como é possível pensar a produção do conhecimento histórico diante da pandemia do covid-19 e o negacionismo científico trazendo novas possibilidades de ensino de aprendizagem na história. Nossa proposta é problematizar o ensino de história no tempo do negacionismo, mas que influencia em sua análise do contexto social da pandemia do covid-19. Na perspectiva de orientar ao momento que estamos vivendo para não ser negada a cientificidade e a educação que terá o seu papel importante para discutir sobre as consequências de se negar a realidade e o conhecimento histórico, trazendo assim um olhar crítico para os alunos na sala de aula. Este artigo visa discutir a contribuição da música no campo do ensino de história focalizada a partir da interface entre as várias faces do negacionismo no Brasil e a pandemia provocada pela culminância do covid-19, que mudou todo o contexto e provocou mudanças em nossa sociedade. Este estudo utiliza a pesquisa bibliográfica e documental, em que partimos da análise de letras de músicas que versam sobre as questões sociais e se articulam com o contexto pandêmico e de negacionismo que estamos vivenciando. A música

foi utilizada, neste texto, como fonte para a discussão, pois, permite refletir acerca do contexto negacionista e genocida que está sendo exposto atualmente. Acreditamos que a produção de conhecimento histórico é importante para poder explicar este momento que atravessa a sociedade brasileira.

Precarização do trabalho docente: implicações na atuação político pedagógica dos professores/monitores de história das escolas da rede pública estadual de Alagoas no período de 2000 a 2018

Erica Mali Rosas Silva (SEDUC-AL - rosasmali.silva@gmail.com)

O projeto de pesquisa em tela nasce da minha reaproximação com a UFAL em 2014, participando dos encontros nacionais promovidos pelo curso de Licenciatura em História. Ele foca em pesquisar sobre as implicações na atuação político pedagógica dos professores de História a partir da precarização do trabalho de professores/monitores em regime de contrato temporário na Rede Estadual de Ensino de Alagoas, o que demanda pesquisar sobre PRECARIZAÇÃO DOCENTE, CONTRATO TEMPORÁRIO DE PROFESSORES E ATUAÇÃO POLÍTICO PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DE HISTÓRIA. O estudo prevê pesquisar o período de 2000 a 2018 e tem como sujeitos a serem pesquisados os professores de História em regime de contrato e efetivos que atuam em escolas públicas estaduais de Alagoas de Ensino Médio.

ST 07 – Formação Inicial e Continuada: a Educação Histórica como forma de construir a Consciência Histórica de Estudantes e Professores (as) do Estado de Alagoas

Lídia Baumgarten – História/UFAL

Marcelo Góes Tavares – História/UNEAL

Raquel Parmegiani – História/UFAL

Educação histórica em tempos de pandemia de Covid-19: ensino remoto, negacionismo científico, morte e estigma da doença

Francisca Márcia Costa de Souza

Este relato de experiência é um exercício que pretende puxar pela memória (dialética lembrar e esquecer) e tecer uma narrativa histórica em torno dos desafios e possibilidades da história ensinada no ensino médio, durante a pandemia de COVID-19, na modalidade remota, no período de 2020 e 2021, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (FMA), campus Buriticupu. Neste aspecto, a intenção é refletir sobre a educação histórica que é possível ensinar durante a pandemia, bem como flexionar a necessidade de construir consciência histórica, especialmente em um tempo marcado por extremismos, discurso de ódio, negacionismo científico, banalização da morte e o estigma da doença. Por fim, em uma relação passado-presente, pudemos problematizar questões do passado a partir do nosso presente, pois entendemos que a consciência histórica parte do entendimento de nossa própria condição de sujeitos históricos inseridos em um tempo e espaço.

A Didática em Transformação: A Relevância do Letramento Científico no Ensino Médio

Luanna Klíscia de Amorim Mendes

A presente proposta faz parte do projeto de iniciação científica Ead, onde nele pretendo fazer uma breve análise temática sobre o letramento científico no ensino médio, sendo este um tema de relevante desde a mudanças ocorridas no "novo ensino médio", sabemos que esse tema é de relevância dado ao seu agregamento de diversos conteúdo das ciências na vida dos discentes, com suas aplicações podendo ser enumeradas não apenas para o ensino como também nas questões pessoais, sociais e globais. Dessa forma, essa técnica é utilizada como uma ferramenta para a educação, auxiliando no desenvolvimento e aprendizagem, possibilitando o entendimento, não só nas diversas tipologias sociais como para torná-lo um cidadão consciente.

Aprendizagem Histórica e Ensino de História Medieval: Desmistificando o Medieval como um período histórico de obscurantismo e transição.

Fernando de Sá Oliveira Júnior

Esta comunicação intenciona discutir a dicotomia no ensino de história medieval, a periodização versus as questões históricas, de como é possível ainda enxergar: Antiguidade, Medieval e Época Moderna, embora sair dos estereótipos. A utilização da aprendizagem histórica permite transcender as ideias já concebidas de Idade Média como um período de Trevas, destacamos a importância na reflexão de outros eventos históricos presentes nesta sociedade, por exemplo, a criação das Universidades, recusando assim uma essência tradicional de medieval como meio, questionando as classificações existentes.

A narrativa cinematográfica e os espaços de ensino-aprendizagem: uma análise da vida prática dos discente de ensino fundamental II

Brena Sirelle Lira de Paula

O presente trabalho tem como objetivo analisar a narrativa cinematográfica e os espaços de ensino-aprendizagem. De modo que possa compreender os procedimentos desta relação com a vida prática dos discentes de Ensino Fundamental II, uma vez que a narrativa cinematográfica está presente no cotidiano dos alunos e dispõe de ferramentas intelectuais que possibilitam a aprendizagem histórica. Foi utilizado a filosofia da História de Jörn Rüsen (1992) e literacia histórica (LEE, 2006), entre outros autores. Este trabalho conduz uma discussão a respeito das competências de interpretação, presente na narrativa cinematográfica para a compreensão do passado, tanto na apreensão da aprendizagem histórica em sala de aula, como também no cotidiano dos discentes de Ensino Fundamental II. Mostrando assim, o sentido histórico que a narrativa cinematográfica apresenta e os seus benefícios para uma aprendizagem histórica inovadora e de qualidade.

Interculturalidade e consciência histórica no ensino da Temática Indígena: Currículo e prática em Alagoas

Jonathan Vieira da Silva

O presente texto, apresenta os resultados parciais da dissertação de mestrado, cujo título é “Interculturalidade e consciência histórica no ensino da temática indígena: Currículo e prática em Alagoas”. É desafiador escrever uma análise sobre uma proposta curricular, porém é necessário compreender esses documentos que são frutos de constantes disputas. O referencial curricular de Alagoas de 2010, foi um documento com uma proposta inovadora, ao tentar dialogar com autores críticos ao sistema capitalista, como Karl Marx, Paulo Freire e Henry Giroux. Contudo, a utilização de autores críticos ao sistema capitalista não é a incorporação de um currículo interétnico, e também não significa compreender o ensino de história como um nexos entre presente, passado e futuro. Então, para sintetizar os pontos principais da pesquisa, foram utilizados dois eixos: o primeiro é compreender como o ensino de

história é representado nos documentos oficiais emitidos pelo governo, com ênfase em dois pontos, História indígena e didática da História. O segundo, é o discurso produzido pelo currículo sobre a diversidade e a educação intercultural, como o ensino de história contribuiu ou não, para a educação histórica pautada na interculturalidade. A base teórica da pesquisa surge de um diálogo com os seguintes autores: John Rüsen (2010), Maria Auxiliadora Schmidt (2016), Isabel Barca (2018), Edson Silva (2012), (2008), Bodo Von Borries (2018), Ivor Goodson (1995) e Tomas Tadeu da Silva (2016)

Problematizar as questões étnico-raciais para promoção de uma educação antirracista: experiência e Ensino de História a partir do programa Residência Pedagógica no sertão de alagoas (2018-2020)

Maria Auzeni Gomes de Lima - Ayrton Matheus da Silva Nascimento - Gustavo Pereira Santos

O ensino/aprendizagem de História que pense a partir das questões étnico-raciais na promoção de uma educação antirracista tem sido uma principal ferramenta de desconstrução e combate as desigualdades sociais. Deste modo, buscamos elencar, com base nas nossas experiências de imersão no programa Residência Pedagógica, alguns apontamentos sobre as dificuldades, desafios e impasses bem como os caminhos tomados no enfrentamento no Alto Sertão de Alagoas para a formação da consciência histórica discente a partir da relação entre o ambiente escolar, a disciplina de história e os estudos decoloniais.

Quebrando as correntes: o letramento dos negros e escravizados no século XIX.

Maria Lidiane Santos Cardoso

O objetivo deste texto é discutir sobre o processo educacional da população negra e escravizada, que conseguiram acesso ao sistema

escolar de ensino na Província de Alagoas em meados do século XIX. Serão analisadas, as vivências e experiências cotidianas desses agentes históricos que viveram “acorrentados” ao sistema escravista oitocentista, para a partir disso, tecer observações teóricas e metodológicas necessárias acerca do estabelecimento da relação entre escravidão, educação e letramento. Entender como se deu o processo educacional do negro e escravizado que habitaram o Brasil do século XIX é abordar uma história de exclusão, desigualdades sociais, discriminações e subtração da cidadania. Os modelos excludentes predominante nesse período definiam o caráter excludente entre ricos e pobres, negros e brancos, escravizados e livres. Dessa forma, podemos perceber que nesse período, definiam-se os lugares de cada sujeito conforme a hierarquia social, onde se estabelecia e dividiam-se espaços segundo a cor da pele e posição social. Essa prática social dificultava o acesso e a ascensão social do negro, pois existia uma hierarquia dos lugares sociais. Cabe ressaltar, que essa hierarquia social não mudou muito nos dias atuais, uma vez que, a população negra ainda luta para ocupar um papel e lugar na sociedade. Para que se possa entender como essa população de “marginalizados” foi submersos no processo educacional brasileiro, é preciso compreender a sociedade oitocentista escravista e seus mecanismos educacionais arbitrários, bem como analisar o processo de Instrução Pública no Brasil a partir do decreto de 1827. É assim perceber o tipo de educação que era oferecida para aqueles que estavam à margem da sociedade na Província de Alagoas no século XIX. Não há como negar que a população menos favorecida economicamente ao longo da história ficou em segundo plano, tendo que lutar contra o sistema que o inferiorizava. Esse problema perpassa a escravidão, pois quando se acrescenta ao processo de exclusão social a questão étnica racial, o problema se agrava. Nesta perspectiva, frisamos que o mundo das letras para os negros e/ou escravizados se apresentam como uma forma de ascensão social, pois, à medida que se aprendia a ler, escrever e contar, esses sujeitos históricos migravam das áreas rurais para as áreas urbanas, isso possibilitava um trabalho diferenciado daquele do cativo. É dentro desse contexto de marginalização e humilhação que iremos

analisar como se deu as práticas de escolarização/educação dos negros e escravizados que habitaram a Província de Alagoas no século XIX.

Africanidade e formação docente: reflexões sobre o Ensino de História no Alto Sertão Alagoano

Tamires Vieira da Silva

O presente trabalho almeja realizar reflexões em torno da formação de professores de história no alto sertão alagoano, enfatizando o ensino de História da África e sua importância no processo de ensino e aprendizagem no âmbito escolar, ao mesmo em que destaca as formações continuadas que o Grupo de Cultura Negra do Sertão, Abí Axé Egbé promove na região. Considera-se a necessidade de pensar uma formação docente a partir de debates que se articulem valorizando a história da África e sua colaboração na formação da sociedade brasileira, coincidentemente, (des)construindo a visão sobre o povo africano. Como referencial teórico apresentamos Fonseca (2011) e Bittencourt (2011) e Lamosa (2014) que nos ajudam a pensar sobre o surgimento da disciplina História e o processo de formação formação docente a partir de debates que se articulem valorizando a história da África e sua colaboração na formação da sociedade brasileira, coincidentemente, (des)construindo a visão sobre o povo africano. Como referencial teórico apresentamos Fonseca (2011) e Bittencourt (2011) e Lamosa (2014) que nos ajudam a pensar sobre o surgimento da disciplina História e o processo de formação docente; para discutir a Lei 10.639/03 e as mudanças no ensino de História utilizamos Alves; Silva e Lima (2019) e Paula; Guimarães (2014); e por fim, Gomes (2019) que apresenta como ocorre a formação continuada para professores de História, objetivando o ensino de História e cultura africana no sertão alagoano desde 2013. Observou a importância de incluir no contexto da sala de aula uma historiografia que dá ênfase a História e cultura africana, além de uma formação continuada que priorize conteúdos sobre a temática.

Reflexões acerca das percepções dos(as) estudantes sobre a disciplina de História e as suas relações com a vida prática

Lidia Baumgarten

A presente pesquisa apresenta algumas reflexões acerca das percepções sobre a disciplina de História, suas relações entre passado e presente e com a vida cotidiana de estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio do estado de Alagoas. A atividade consistiu em aplicação de um questionário com oito perguntas, sendo apenas uma delas objetiva e as demais subjetivas e abertas. Foram utilizados como base teórica as reflexões de Schmidt (2004), Cainelli (2006), Rüsen (1992), Barca (2018), Gago (2020) e Lee (2006). Como resultados, se evidencia que o ensino de História precisa levar em conta os conhecimentos prévios e se relacionar com a vida prática dos (as) estudantes, levando a elaborar uma nova narrativa histórica, propiciando assim, a formação da Consciência Histórica Crítico-Genética (Rüsen, 1992).

ST 08 – Mulheres, raça e classe: história e abordagens intelectuais, luta por direitos e organizações sociais

Ana Paula Palamartchuk – História/UFAL

Iracélli da Cruz Alves – IFBA

Sandra Catarina de Sena – Egressa PPGH/UFAL

Mulheres indígenas, corpos e agentes do SPI: notas sobre tutela, autoritarismo e violências em postos indígenas no Pará (1945-1950)

Benedito Emílio da Silva Ribeiro (Museu Paraense Emílio Goeldi - emiliosilvaribeiro20@gmail.com)

O trabalho analisou a documentação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e voltou-se para casos de violência sexual contra mulheres indígenas – maiores e, principalmente, menores de idade – sob a “proteção” tutelar de postos da 2ª Inspeção Regional. Os episódios revelam práticas de agressão corporal e psicológica que incidiam sobre esses corpos duplamente violentados, assinalando para contextos de violência estrutural e autoritarismo no bojo do SPI no curso do século XX. Logo, essas violências institucionalizadas nos permitem entender os “paradoxos da tutela” do Estado-nação brasileiro e problematizar as ações dúbias do SPI quanto à gestão dos povos indígenas e de seus corpos-territórios.

Violência contra a mulher indígena na Ditadura Militar brasileira: uma análise do Relatório Figueiredo

Bianca de Lima Bondioli (Graduanda - História UEL - biancalimab13@gmail.com)

Pretende-se analisar a violência cometida contra as mulheres indígenas durante o período da ditadura militar brasileira. Tal

intuito tem como objetivo avançar na compreensão do funcionamento do regime autoritário, bem como, demonstrar que os abusos e as arbitrariedades feriram identidades e corpos de mulheres até então pouco lembradas pela historiografia. Utilizamos como fonte do nosso trabalho o Relatório Figueiredo e seguimos os pressupostos teóricos de Mariana Joffily e Andréa Smith para o encaminhamento das reflexões.

As mulheres indígenas na cidade de Garanhuns - PE

Verônica Araújo Mendes (CESA - historia.veronica96@gmail.com)

O presente trabalho objetiva se debruçar na problemática dos chamados “índios urbanos” a partir de um recorte de gênero geograficamente localizado. Nesse sentido, pretende-se refletir acerca das experiências de vida de mulheres indígenas habitantes da cidade de Garanhuns – PE. Trata-se de um estudo envolto numa acentuada invisibilidade inserida na tríplice “mulher-índia-cidade”. Para tanto, o trabalho buscou se respaldar na história oral, bem como suas possibilidades de uso para o trabalho com a história indígena na contemporaneidade.

A marginalização da pobreza e o cotidiano das mulheres no início do pós abolição em Maceió

Sandra Catarina de Sena (UFAL - sandrasena2@gmail.com)

A moralização e a marginalização da vida pública maceioense “caminharam juntas” no início do período pós abolição. Sua notoriedade esteve expressa diariamente nas páginas de jornais locais. E apesar do elevado índice de analfabetismo nesse período, os meios de comunicação mais tradicionais obtiveram maior espaços na definição das “regras sociais” da capital alagoana, que por sua vez contrastavam nitidamente com os costumes da maior parcela da população. E no que diz respeito aos “modos”

reservados às mulheres neste período, eram instruídas as atividades delicadas e voltadas ao espaço privado da casa e da igreja. O que este trabalho discute é a presença de dezenas de mulheres e crianças negras, recém libertas oficialmente da instituição escravista, que ocuparam parte significativa do mundo do trabalho, que por sua vez tem por definição as lógicas da divisão sexual e racial deste.

As relações de gênero e a luta pela cidadania: uma reflexão sobre o sufrágio feminino e a importância da mulher na construção política brasileira

Alessandro Lopes Campelo (UERN alessandrolopes1@live.com)

Este trabalho tem por objetivo apresentar uma reflexão teórica acerca das relações históricas e sociais de gênero, que diz respeito à luta das mulheres nas reivindicações de seus direitos civis e políticos, buscando assim refletir sobre a importância da conquista do voto feminino e da participação das mulheres nos espaços políticos, evidenciando do mesmo modo como a participação feminina na esfera pública é importante para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa entre homens e mulheres. Nessa perspectiva, a problemática deste trabalho reside na análise do cenário político republicano tendo como figura central as mulheres que protagonizaram a luta pelos seus direitos e defesa de seus ideais, ressaltando os principais desafios enfrentados por estas, e como as conquistas alcançadas foram essenciais para o progresso feminino nessa trajetória de luta, dessa forma as reflexões aqui apresentadas buscam contribuir para o reconhecimento da luta feminina por justiça social com equidade de gênero.

Trabalho, violência e feminismo para o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

Caroline Gonzaga (carolinegloeden@gmail.com)

O presente trabalho tem como objetivo analisar o livro “Feminismo camponês popular: Reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas” a partir de três eixos temáticos: trabalho, violência e feminismo. Este livro, publicado em 2020, contém 13 textos e foi organizado a partir de um esforço coletivo das militantes e pesquisadoras do MMC – movimento fundado em 2004 a partir da união de vários movimentos de mulheres no campo. Objetiva-se com isso compreender uma parte das visões de mundo que permeiam o Movimento de Mulheres Camponesas no Brasil.

Feminismo e ecofeminismo: a marcha pela vida das mulheres e pela agroecologia – PB

Lais de Oliveira Neves (Universidade Federal da Paraíba - lais_oliveiraneves@hotmail.com)

Nas últimas décadas, muitas mulheres têm se organizado em marchas pelas cidades do Brasil contra as violências de gênero, raça e classe. A Marcha pela Vida das Mulheres e Pela Agroecologia - PB, realizada convencionalmente no dia 8 de março, iniciada nos anos 2010, é organizada pelas mulheres do Polo da Borborema e ASPTA - Agricultura Familiar e Agroecologia, com propósito de reivindicar autonomia, igualdade, equidade e justiça no combate ao feminicídio das mulheres rurais. Sendo assim, este texto tem o objetivo de apresentar debates sócio-históricos junto ao feminismo decolonial e ao ecofeminismo, através da luta de mulheres rurais nesta marcha, seguindo o suporte teórico e metodológico de autoras como Cecilia Toledo, Heleieth Saffioti, Vandana Shiva, María Lugones, Emma Siliprandi, entre outras referências que fazem parte do corpo deste trabalho, evidenciando a importância da união dos feminismos com movimentos sociais agroecológicos na construção de uma sociedade mais equânime no respeito à vida e a todos os seres.

“A bíblia não é a Constituição”: a militância lésbica em tempos sombrios de conservadorismo no Brasil

Jéfferson Luiz Balbino Lourenço da Silva (jeffersonbalbino@bol.com.br)

A presente comunicação propõe discutir as reflexões de uma militante lésbica, no caso, Ana Lúcia, do município de Jacarezinho (PR) diante das representações da homossexualidade na teledramaturgia da TV Globo, fundamentada nas telenovelas América (2005), Amor à Vida (2013-2014) e Babilônia (2015), a partir de sua recepção/percepção tanto no escopo ficcional quanto no da vida real. Isto é, verificaremos como uma mulher negra, lésbica, pobre de um pequeno município de um país de proporção continental como o Brasil enfrenta diariamente questões envoltas de preconceito no grupo social da qual está inserida. E a respectiva análise que a mesma faz da lesbiandade representada na televisão que difere – e muito – da que a mesma vivência nas ruas de sua cidade. Concomitantemente a isso analisaremos – sob a ótica da depoente – a necessária (e urgente) importância da militância em todas as esferas sociais a fim de coibir práticas de violência de gênero. Como suporte teórico, uma vez que faremos uso da metodologia da História Oral, utilizaremos as teorias de Alessandro Portelli (2010). Em suma, a pesquisa intenciona explicar como uma mulher circunscrita numa minoria social consegue evidenciar a si própria um protagonismo ao defender seu direito de amar outra mulher e a garantia de fazer de seu corpo suas próprias regras.

A mulher como sujeito silenciado na sociedade

Diana Melo Silva (PPGH/UFAL - dianamelos.97@gmail.com)

O presente artigo tem como objetivo analisar qual o sujeito que a história descrevia em sua escrita, que dentre seus silenciados, tem

a mulher, que por alguma razão não aparece bem representada na escrita da história e na sociedade. Buscou-se ao longo desse artigo, revisitar obras de historiadores como: Bloch, Burke, Albuquerque, dentre outros, tendo como finalidade observar a forma como esses autores citam as mulheres em suas obras, como descrevem o conceito de história e de que maneira essas informações se mesclam com a estrutura social que temos. Como resultado, descobriu-se que as narrações historiográficas têm uma escrita voltada ao gênero masculino. Tais omissões ao gênero se encontra representadas na escrita da história mediada pelos historiadores através dos vestígios socioeconômicos, políticos e culturais que regem o lugar social no qual residimos. Conclui-se que essa representação/narrativa da mulher, como sujeito silenciado, ainda interfere na sociedade, no que diz respeito ao forte enraizamento do machismo, patriarcado, e os vários tipos de violência ao gênero feminino, o que acaba por impossibilitar a mulher de gozar de sua liberdade, do seu direito de fala, de ser digna de respeito, de ser julgada por suas escolhas, suas falhas e não pelo simples fato de ser mulher.

Eu vejo você

Maria Adriana Pereira dos Santos (PPGH/UFS - adrielisa1@academico.ufs.br)

Este texto tem como objetivo geral identificar e refletir a respeito da invisibilidade de autores(as) descolonizadores(as) que passaram despercebidos(as) no processo educacional brasileiro. Este estudo possuiu uma abordagem de natureza qualitativa utilizando como métodos e técnicas de coleta de dados, pesquisa bibliográfica e análise reflexiva descritiva. O que nos é permitido ver, quando temos uma estrutura racista em nosso país? Assim apresentamos foco em autores(as) que nos fazem enxergar um

universo descolonizador desassociado da opressão e hegemonia ocidental branca racista.

Las madres combativas: O discurso sobre maternidade e resistência revolucionária espanhola na Revista Mujeres Libres (1936-1938)

Luana Pimentel (UERJ - luanafpimentel@gmail.com)

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a construção do discurso sobre maternidade presente na revista Mujeres Libres (ML) a partir do seu projeto político revolucionário voltado para a educação e formação política das mulheres trabalhadoras em um contexto de tensões ideológicas que culminou na Guerra Civil Espanhola. Buscaremos identificar como a maternidade se fez presente na propaganda e na mobilização política anarcossindicalista. O recorte histórico da pesquisa será delimitado pelos anos em que esta se manteve em atividade, ou seja, de 1936 até 1938.

Consideradas “comparadas a europeus”: cidadania, racismo e gênero em Moçambique (1917-1961)

Matheus Serva Pereira (Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa matheusservapereira@gmail.com)

A comunicação tem como objetivo apresentar os passos iniciais de uma pesquisa sobre cidadania, racismo e gênero no contexto colonial português em Moçambique. Pretendo analisar a hierarquização da cidadania portuguesa baseada em critérios raciais e as solicitações para a obtenção do estatuto de “assimilado” realizadas por mulheres, entre 1917 e 1961, localizadas no Arquivo Histórico de Moçambique. Espera-se problematizar as práticas de negociação e resistência no trato cotidiano com variados modelos de dominação masculina, tanto locais, como exógenos/coloniais.

Gênero, raça e colonialidade: a escrita feminina dos *Cadernos Negros* em uma perspectiva histórica

Maria Clara Martins Cavalcanti (Doutoranda/UERJ - mamartinscavalcanti@gmail.com)

Os *Cadernos Negros* surgiram na década de 1970, período de intensa movimentação política, onde efervesciam organizações do movimento negro que denunciavam o mito da democracia racial e combatiam a discriminação do povo negro. Se nos primeiros anos de publicação eram poucas as autoras, a participação feminina cresceu significativamente com o passar do tempo. Este trabalho espera analisar historicamente a escrita feminina nos *Cadernos Negros*, especialmente interessado nos discursos sobre gênero e raça que atravessam essa literatura. Essa análise busca não apenas historicizar essa produção negrofeminina, como também pensar as contribuições intelectuais destas escritoras na construção de narrativas que são também históricas e epistemológicas. Parte, portanto, do diálogo entre história e literatura e das perspectivas dos femininos negros e decoloniais, inspirado em autoras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Esmeralda Ribeiro, Conceição Evaristo, Miriam Alves, dentre outras.

Lélia Gonzalez como uma intérprete do Brasil

Gabriel Nascimento Santos (UFRGS - gabsnascimento.013@gmail.com)

Neste trabalho procuramos debater as ideias da socióloga Lélia Gonzalez sobre a formação sócio-histórica do Brasil. Usando a sua leitura do desenvolvimento desigual e dependente do modo de produção capitalista no país, buscaremos traçar diálogos desta com outros intérpretes do Brasil, mostrando como Gonzalez, sua

leitura sobre o Brasil e a interconexão entre classe, raça e gênero contribui para uma interpretação que incorpora sujeitos excluídos da historiografia em grande parte do século XX.

Feminismo e historiografia da primeira república: uma reflexão a partir de H. Saffioti

Cristiana Schettini (CONICET/UNSAM - cschettini@hotmail.com) Fabiane Popinigis (UFRRJ - fpopinigis@gmail.com)

Esta apresentação se propõe a revisitar a obra pioneira de Heleieth Saffioti, *A Mulher na Sociedade de Classes*, publicada originalmente em 1967, à luz da historiografia sobre primeira república desenvolvida ao longo das últimas décadas. Mais que suas interpretações históricas sobre as condições de vida das mulheres brasileiras, sua contribuição mais persistente entre as autoras interessadas na história do feminismo no Brasil foi sua categorização do movimento feminista brasileiro em termos de uma dicotomia entre feminismo pequeno-burguês e feminismo esquerdizante. Argumenta que os debates atuais no campo da história social da primeira república, em particular aqueles voltados à experiência da classe trabalhadora, sua luta por direitos e sua participação política, permitem revisar algumas dessas persistências conceituais e analíticas na história do feminismo no Brasil. Para isso, percorre um caminho em dois tempos: em primeiro lugar, busca contextualizar a obra de Saffioti nas condições materiais, intelectuais, profissionais e políticas dos primeiros anos da ditadura militar brasileira iniciada em 1964. Em segundo lugar, reconstrói algumas das principais linhas de debate sobre a primeira república. Finalmente, tece algumas considerações sobre o lugar que ocupou nessa historiografia renovada, a partir da década de 1980 as indagações sobre a história social das mulheres e a perspectiva de gênero.

Feminismo e política – História das mulheres comuns na luta por direitos

Gláucia Cristina Candian Fraccaro (UFSC - glauucia.fraccaro@ufsc.br)

Essa comunicação tem o objetivo de apresentar trajetórias de mulheres comuns na luta por direitos. Trata-se de alguns dos resultados de pesquisa que, reunidos em síntese, apresentam uma proposta analítica: a de que o feminismo é um campo político. Nome conhecidos do feminismo brasileiro como Leolinda Daltro, Bertha Lutz, Patrícia Galvão, Maria Lacerda de Moura, Maria Antônia Soares e Carlota Pereira de Queiroz geralmente são entendidas como trajetórias isoladas, como excepcionalidades. No entanto, as histórias dessas mulheres podem ser compreendidas, a partir de suas disputas e no conjunto.

Comunofeminismo e trabalho: interconexões entre gênero e raça

Iracélli da Cruz Alves (IFBA/Campus Ilhéus - iracellialves.1@gmail.com)

Na comunicação pretendo analisar o debate sobre mulheres, trabalho e relações de gênero, raça/classe promovido pelo movimento feminista de orientação comunista entre as décadas de 1940 e 1970. No período, o grupo se organizou através de várias frentes, como o Instituto Feminino de Serviço Construtivo (IFSC), fundado em 1946, mantendo-se em atividade até 1949; o jornal Momento Feminino, que surgiu em 1947 e circulou até 1956; e a Federação de Mulheres do Brasil (FMB), que existiu de 1949 até 1975. Além dos meios convencionais, a literatura também foi mobilizada politicamente por mulheres que o construíram. Partindo dessas diferentes experiências políticas, o objetivo central é analisar as discussões sobre as mulheres trabalhadoras que, no Brasil, têm sido majoritariamente negras.

Direitos Humanos: violência contra a mulher e relações raciais nas páginas do *Mulherio* (1980-1988)

Maria Carolina Lins da Costa Silva (História/UFAL - mcarolinalinsc@gmail.com)

Na década 1970, noções feministas eram bastante propagadas pela Europa e Estados Unidos e a respeito disso a declaração da ONU como o Ano Internacional da Mulher em 1975, favoreceu as discussões acerca da condição feminina no cenário internacional. Tal declaração repercutiu no Brasil e feministas organizaram-se através de entidades em universidades, desencadeando uma produção científica. Nesse cenário, nasce o jornal *Mulherio* com o propósito de investigar a condição da mulher no Brasil. Mas que mulheres são essas? É possível observar inclinação para temáticas que não contemplam a realidade de todas as mulheres brasileiras. Nesse sentido, busco investigar como a violência contra a mulher e as relações raciais são entendidas pelo *Mulherio*.

***Mulherio*: feminismo, gênero e direitos humanos na agenda da Fundação Ford no Brasil (1979-1988)**

Ana Paula Palamartchuk (História/GP História Social e Política/UFAL - paula.tchuk@gmail.com)

A proposta desta comunicação é mostrar como a construção de uma agenda dos direitos humanos como direitos das mulheres no Brasil está articulada às relações que os movimentos feministas estabeleceram com organismos internacionais. No Brasil, essas questões emergem no contexto em que estudos e pesquisas sobre as mulheres brasileiras têm início, como parte dessa agenda internacional e que são coordenados e, em grande medida, iniciados na Fundação Carlos Chagas (FCC), que por sua vez,

recebe aporte financeiro da Fundação Ford (FF). Assim, do final dos anos 1970, durante a “transição” política para a democracia, ao surgimento do jornal feminista *Mulherio* (nascido do Coletivo de Mulheres da FCC) em 1981, é período privilegiado para entender as relações que a FF estabeleceu na formação de uma agenda de direitos das mulheres na “transição democrática” e junto ao movimento feminista.

Debate para a Constituinte sobre os Direitos Humanos nas páginas do *Mulherio* (1980-1988)

Caroline Gomes de Alcantara Ferrari (História/UFAL - caroline.ferrari@ichca.ufal.br)

Os direitos humanos que surgem como discordância ao poder, foram usados à proteção do poder. A Fundação Ford financiou as ciências políticas e sociais do Brasil, então os conceitos e ideais que conhecemos hoje são projetos e agendas que foram implantadas, projetadas e pactuadas. Durante a Guerra Fria, com a ONU, cresce o movimento de reivindicações pelos direitos humanos. Havia uma agenda internacional de interesses que dedicou o ano de 1975 às demandas das mulheres e a década seguinte como o Ano Internacional e a Década Internacional da Mulher pela ONU. Nesse sentido, procuro analisar as discussões sobre direitos humanos para a Constituinte a partir das páginas de *Mulherio*.

A inserção da pauta das mulheres na esfera pública e a democratização brasileira

Glenda Lunardi (UDESC- glenlunardi@gmail.com)

A ausência das mulheres nos espaços de poder dentro da esfera pública demonstra que a constituição da democracia brasileira ainda não conta com um processo plenamente participativo.

Diante disso, pretende-se compreender como o campo feminista brasileiro tem lidado com a pauta da exclusão política desde o início dos anos 2000 até 2015. Nesse trabalho, faz-se discussões sobre práticas feministas dentro do campo político para compreender como as novas configurações vistas no feminismo jovem apresentam novas formas de articulação para dar continuidade a antigas reivindicações.

ST 09 – Territórios e Saberes Históricos: embates/debates*Arrisete Cleide Lemos Costa – História/UFAL**Luis Alberto Marques Alves – Universidade do Porto/Portugal**Matheus Carlos O. de Lima – Egresso PPGH/UFAL***Diversão e Poder: a organização da boemia na cidade de Boa Vista/RR na década de 1950**

Édla Sonaira Salazar de Oliveira (Universidade Federal de Roraima - sonairadeoliveira@gmail.com)

Ao lançarmos olhares para a cidade de Boa Vista/RR, podemos analisá-la das mais diversas formas, a escolhida neste trabalho é a compreensão da região a partir dos espaços boêmios da cidade na década de 1950. A cidade de Boa Vista, então capital do Território Federal do Rio Branco, em meados do século XX passa a ser pensada dentro da lógica urbana nas concepções das sociedades industriais. A partir desse período, com a sua nova organização espacial, apresenta uma fragmentação no seu território boêmio, de um lado a elite local, próximo das áreas centrais da cidade, e de outro os da boemia menos abastada posta à margem da cidade. Fato este que não ocorreu sem contendas, pois, esses espaços possuem múltiplos agentes portadores de diferentes práticas socioespaciais, as pessoas são entendidas aqui como construtores dos espaços mesmo na condição de excluídos. Com isso a cidade de Boa Vista/RR foi transformada em palco e reflexo das relações sociais. O debate aqui apresentado, parte na perspectiva da História Cultural urbana e torna-se relevante para a compreensão das transformações vivenciadas pela cidade de Boa Vista em seu percurso histórico, visto que os aspectos sociais estão diretamente conectados aos processos de urbanização efetivado nas construções arquitetônicas. Partindo das concepções do historiador Michel de Certeau e do geógrafo Milton Santos, o espaço urbano é tido nesta narrativa como cultura material que projeta as ações do presente e futuro dos sujeitos que o vivenciam,

moldando a dinâmica socioespacial hodierna da cidade e relacionando-se diretamente com políticas nacionais e ocidentais. Para tanto, utilizamos como nossas principais fontes o jornal *O Átomo* e os relatos de memorialistas e cronistas, dentre outras, partindo da pesquisa “A Zona do Morro: a marginalização do território da prostituição feminina na cidade de Boa Vista-RR na década de 1950”, realizada junto ao Curso de História da UFRR. Nosso objetivo, portanto, é discutir essa divisão dos territórios boêmios como reflexo das disputas de poder pelos espaços centrais da cidade e a forma como os territórios marginalizados se inserem na dinâmica socioespacial da nova cidade que surge com a modernização de Boa Vista.

Goiânia em Chão Vermelho: história do cotidiano da cidade por meio de Eli Brasiliense

Marcos Rossiny Leandro (Mestre UFG/Regional Catalão – marcosrossiny5@gmail.com)

Este trabalho teve como objetivo discutir o cotidiano das transformações da cidade de Goiânia durante a década de 1950, tendo como fonte principal e privilegiada o livro *Chão Vermelho*, escrito por Eli Brasiliense, publicado pela primeira vez em 1965. Pelos trechos selecionados da obra de Brasiliense, procuramos perceber qual ou quais foram os discursos e as visões produzidas sobre a cidade mirando compreender o processo de formação, constituição e transformação da mesma, atentando para a transformação expressa entre “progresso”, “desenvolvimento” econômico e as condições de vida e cultura de seus habitantes, os quais, em geral envolvem a construção histórica de tantas outras cidades, além de entender seu lugar e papel na formação do povo goiano. No trabalho, realizo um estudo sobre a vida e as obras de Eli Brasiliense, procurando inseri-las no contexto histórico que o autor viveu, escreveu e que fez referência no livro *Chão Vermelho*,

buscando situar o processo histórico que levou a transferência da capital do Estado de Goiás para Goiânia, realizando um levantamento histórico do movimento que parte dos discursos rumo à fundação e formação da cidade até chegarmos a década de 1950, momento abordado por Brasiliense. Procuo analisar aspectos como dadas marcações que indicam o período que a narrativa abarca, para em seguida deter em cenas do cotidiano dos personagens na cidade aclamada por sua modernidade; abordando questões como o crescimento populacional e os problemas sociais a ele atrelado, a preocupação e apologia ao trabalho em contraponto à marginalidade e, por fim, os conflitos ligados a terra e os lastros da cultura rural ainda presentes no dia a dia de seus personagens.

Os embates da memória da cultura popular no Centro Histórico de São Luís: algumas considerações sobre Tambor de Crioula

Hemily Rodrigues Vale (Universidade Estadual de Campinas – mlyrodriguesvale@gmail.com)

Esta pesquisa discutirá como o tambor de crioula, manifestação da cultura popular maranhense, foi impactado com a recentralização e perda de seus lugares de memória no Centro Histórico de São Luís. Trará a discussão sobre como os grupos resistem e travam um embate com o poder público na disputa da memória sobre a escolha dos espaços a serem preservados ao longo dos processos de reestruturação que o centro tem sofrido. Assim, esta pesquisa trará a importância dos lugares de memória da cultura popular ao passo que buscará compreender a dinâmica de apropriação dos lugares pelo poder público.

Memórias de Arraial do Cabo - RJ: uma história do tempo presente

Rayanne Dayse de Melo Lima (Graduanda em História UFAL – rayanne170409@gmail.com)

Esta comunicação objetiva apresentar um painel memorialístico composto por três tipos de fontes testemunhais: o curta-metragem “Arraial do Cabo” (1959), de Paulo César Sarraceni e o documentário “Xéreu-Memória do Arraial” (2012), de Patrícia Ramos Pinto; os depoimentos de moradores emblemáticos de Arraial do Cabo (RJ) e o relato da minha experiência pessoal (2014). Considerando que a memória social, assim como a memória individual são seletivas, precisamos identificar e analisar os seus princípios, observar suas variações no espaço e no tempo para a escrita da história do tempo presente (HALBWACHS, 1990; BURKE, 1992; POLLACK, 1989; HOBASBAWM, 1995). Objetivamos destacar as imagens em contraste, os valores em conflitos relacionados ao processo de modernização/industrialização e seus impactos socioambientais sobre a exuberância paisagística das praias cabenses.

Petrolândia: uma velha cidade submersa no Submédio do São Francisco pernambucano

Erica Gabriela Fonseca de Menezes (Mestranda PPGH-UFAL – erica.menezes@delmiro.ufal.br)

O presente artigo tem como objetivo resgatar a memória social e histórica da cidade de Petrolândia (PE), focando nas mudanças da paisagem urbana na construção da Usina e seus espaços construídos e modificados. Resgatar a história local também é uma forma de recuperar nossa história, nossas origens, permitindo lidar com uma simbologia para a cidade e seus habitantes, valorizando suas lembranças construindo a História Local através da Memória

Coletiva. Analisando as consequências e benefícios da construção da Usina Hidrelétrica - Luiz Gonzaga pela CHESF e a intervenção do Estado e sua relação com a população local no período entre 1940 a 1988, Petrolândia foi palco de vários empreendimentos ao longo dos anos como a estrada de ferro, implementação do projeto de irrigação contra a seca e a construção da Usina de Itaparica. A construção da Usina Hidrelétrica resultou na inundação da cidade velha pelo lago de Itaparica forçando a transferência dos habitantes com o discurso do progresso, para a presente cidade em 06 de março de 1988. Em virtude da construção da Usina, a cidade de Petrolândia, é um dos dez maiores arrecadadores de impostos e o mais importante município do Sertão do Submédio do Vale do São Francisco.

Um Resgate Sócio-histórico do Problema Mineral em Maceió-AL

Rikartiany Cardoso Tele (Universidade Federal de Pernambuco – rikartiany@gmail.com)

Este trabalho tem por escopo analisar o processo sócio histórico da implementação que resultou no atual conflito mineral ocorrente em Maceió-Alagoas, e que vem ocasionando diversas violações de direitos humanos contra os atingidos pela mineração, como o direito à cidade e o direito à moradia digna, decorrentes de um tal desastre ambiental. Atualmente, cinco bairros bastante populosos (quase 60 mil pessoas) encontram-se em estado de alerta e migração forçada ocasionada pela subsidência territorial perpetrada pela extração irresponsável de sal-gema, são centenas de casas, prédios, pontos comerciais e ruas interditadas pela defesa civil, por conta das rachaduras e riscos de desabamento. De um estado pouco conhecido devido à extração mineral, Alagoas se destaca nacionalmente com um dos maiores conflitos gerados a partir da extração mineral, em solo urbano na atualidade. Ocorre, que tal processo de subsidência territorial é resultado de um longo

percurso de extração irresponsável e predatória de recursos naturais, qual seja, o de sal-gema, em solo urbano. Assim, a indústria mineral alagoana possui raízes latifundiárias e de capital dependente, bem como nossa economia, dada a configuração latino-americana, invadida por europeus, tal contexto remete e nos faz pensar sobre a origem e processo que fez com que tantas moradas, empreendimentos e famílias fossem violados em todas as suas facetas, comunidades e bairros, templos e praças, espaços de convívio comunitário e recheados de histórias próprias atravessados voracidade do capital mineral. Nesse sentido, ancorado em base conceitual sobre território e conflito mineral vamos nos debruçar sobre um pouco da história que antecede o já considerado, maior desastre mineral em curso, no Brasil. A abordagem metodológica é de cunho quantitativo (com base na interpretação de pensadores da área).

Vidas e lares destruídos: território e memória, uma fotoetnografia dos objetos deixados para trás após a tragédia causada pela Braskem

Carlos Eduardo da Silva Lopes (Graduando em Sociologia – UFAL – eduardolopesdu14@gmail.com)

A pesquisa visa registrar os objetos que ficaram para trás pertencentes aos antigos moradores dos bairros atingidos após as consequências da extração de sal-gema feita pela empresa Braskem, os bairros atingidos até o momento foram, Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom parto e Farol, através da fotografia venho mostrar o quanto foi doloroso para as famílias saírem às pressas das suas residências e não poderem levar tudo que conquistou durante anos, no deixar para trás também ficou o território e as memórias.

Caminhante infamiliar: a importância das representações do espaço para uma imigração

Geovanne Otavio Ursulino (Questão de Humanas – geovanne.ursulino@ichca.ufal.br)

O espaço é dimensão dinâmica da vida humana. Representado conforme grupos de memória (HALBWACHS,1990), pode assumir diversos sentidos, criando diversas práticas. Reflito sobre como Riccardo Canesi, italiano nascido em 1943, se identifica com a imagem neoliberal, condicionando suas representações sobre o espaço, que identifico como infamiliar (FREUD, 2019), culminando com sua imigração a Maceió em 1991, após a morte de pessoas queridas. Proponho, assim, o debate sobre identificação com grupos de memória, suas representações (CHARTIER, 1990) sobre o espaço e como essas condicionaram um processo imigratório.

“No Coração do Mar”: Hércules navegante e a exploração em alto mar

Hebert Jonas de Ataíde Tojal (Graduando em História UFAL – hebert.ichca@gmail.com)

Esta comunicação objetiva apresentar o imaginário coletivo acerca da exploração marítima e ambiental no século XIX. A partir da fonte audiovisual “No Coração do Mar”, de Ron Howard (2015), cuja trama se passa em 1820 na Nova Inglaterra, analisada sob a ótica do método microanalítico, ponderarmos a construção do enredo, cenários, planos, protagonistas e diálogos que tratam do embate épico dos homens versus natureza. Assim como outros países, o Brasil caçou baleias entre os séculos XVI e XX, portanto, visamos construir um panorama do imaginário coletivo da época e demonstrar as bases da cultura de caça às baleias.

Quilombos Urbanos na Paraíba: A cultura, a resistência e a luta do povo preto paraibano.

Kynara Eduarda Gonçalves Santos (estudante da Universidade Federal da Paraíba-UFPB - kynara.santos@academico.ufpb.br)

Entendendo o quilombo urbano contemporâneo como um espaço de resistência onde os/as negros/negras podem desenvolver sua cultura e religiosidade por onde se fazem presentes no território brasileiro, e sendo a cidade de João Pessoa - PB constituída por 58% de pessoas pardas e 8% de pessoas pretas, a intenção deste trabalho é discorrer acerca dos quilombos urbanos pessoenses e entender sua trajetória e contribuição para a história, cultura e resistência negra paraibana. Para alcançar tais objetivos, a metodologia escolhida é de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica nas plataformas digitais.

Conflitos e(m) Discurso: os povos indígenas nas tramas das questões territoriais

Ivany Jovino dos Santos (UFAL - ivanyjovino@gmail.com; Ayrton Matheus da Silva Nascimento - UFS)

As questões territoriais concernentes aos povos indígenas perfazem um conflito que se estende em seus mais de quinhentos anos, em embates e resistências. Deste modo, o nosso objetivo consiste na análise do emprego do argumento da diversidade e nos seus usos a partir de falas recortadas de vídeos do *YouTube*. O método empregado consiste no materialismo histórico e a Análise de Discurso. Evidenciando o emprego argumentativo de compressão da pluralidade étnica, politicamente mobilizado na tentativa de (des)legitimar vozes que ressoam em relação a ideologia dominante.

As múmias Incas e os caçadores de cabeças: ritos fúnebres, epistemicídio e genocídio de populações americanas pré-colombianas

Eduardo Mangolim Brandani da Silva (Mestrando em História - Universidade Estadual de Maringá) - edu.magnusdomini@gmail.com

Coautores: Anelisa Mota Gregoleti e Gessica de Brito Bueno

O embalsamamento foi utilizado com diferentes propósitos no decorrer do tempo, inclusive para ritos fúnebres. Diferentes populações andinas e da bacia do Amazonas preservavam cadáveres com esse propósito. Esse trabalho visa expor o embalsamamento entre os Incas e o Jívaro ao lado de situar como a colonização espanhola gerou genocídio sobre essas populações entre os séculos XVI e XIX ao lado do epistemicídio em relação às múmias imperiais incas, processo esse que se deu em partes por meio de intolerância religiosa.

Nativos americanos e abundância da abundância da Mata Atlântica: a exploração das naus europeias

Anelisa Mota Gregoleti – (Doutoranda no PPH - UEM – agregoleti@gmail.com;

Coautores: Eduardo Mangolim Brandani da Silva; Gabrielle Legnaghi de Almeida; Nathália Moro

As expansões dos impérios coloniais de Portugal e Espanha nas grandes navegações do século XVI, colocaram os colonizadores em contato com novos povos e com novos ambientes e, progressivamente, deixou claro que a diversidade de plantas e animais era muito maior e, de certa forma, mais complexa do que os pensadores do Velho Mundo podiam supor. Diante disso, analisar as descrições feitas pelos colonizadores do Velho Mundo pode auxiliar na compreensão da Filosofia Natural daquele

período e, ter uma dimensão das consequências que geraram para o período contemporâneo. A Mata Atlântica, com toda sua exuberância, foi a primeira visão apresentada diante dos olhos europeus. Uma mistura de espanto e fascínio tomou conta dos colonizadores. Muitos, como o navegador italiano Américo Vespúcio (1454-1512), chegaram a questionar se não estariam diante do Éden. Logo houve a preocupação em analisar e catalogar a fauna e a flora do Novo Mundo. Por meio de crônicas, tratados e cartas, os europeus conseguiam provar que haviam chegado em novas terras e descrever aquilo que observavam e que mais lhes chamava a atenção. Naturalmente, entre a maior parte dessas descrições, encontravam-se os alimentos, tanto de origem vegetal quanto animal (FERRÃO, 1992, p. 10). No entanto, também não podemos desconsiderar que o grande impacto sobre a Mata Atlântica, como nos recorda Dean (1996, p. 59), teve início desde que os portugueses derrubaram a primeira árvore para construir uma cruz. Ao mesmo tempo em que encantava os naturalistas e colonizadores, a floresta também apresentava razões econômicas para a exploração e ocupação do Novo Mundo. Rapidamente os portugueses descobriram o potencial econômico atingido pelo pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) e deram início a exploração da Mata Atlântica (TONHASCA JUNIOR, 2005, p. 12).

Sacó hueste para yr contra los moros e contra Portugal”: a territorialidade e espacialidade dos combates da Crónica de Castilla (séc. XI a XIV)

Higor Soares de Melo (Mestrando PPGH – UFAL – higor_smelo@hotmail.com)

A segunda metade do século XI marca o início da expansão definitiva dos reinos cristãos da Península Ibérica rumo ao sul. Testemunhos de embates territoriais e proezas militares foram fartamente registradas em crônicas, escritas pela nobreza para comunicar às gerações seguintes as virtudes – inclusive militares –

desejadas nestas elites. Seguindo as discussões de GARCÍA FITZ & MONTEIRO (2018), propomos analisar o uso tático-estratégico da territorialidade e espacialidade nos combates descritos na Crónica de Castilla, fonte do século XIV que narra acontecimentos desde meados do século XI.

Paraíso destruído de Bartolomé de Las Casas: a denúncia do genocídio nativo americano na Era dos Descobrimentos

Gabrielle Legnaghi de Almeida (Universidade Estadual de Maringá – UEM – legnaghig@gmail.com)

O frade dominicano espanhol Bartolomé de Las Casas (1484-1566) produziu inúmeras narrativas envolvendo os mais diversos aspectos do processo de colonização espanhola no Novo Mundo. Dentre seus trabalhos incluem-se detalhados documentos sobre o cotidiano e trato com os nativos americanos, dos quais contribuíram para debates e questionamentos sobre a legitimação da escravidão indígena ainda no século XVI. Assim, buscaremos analisar seu discurso acerca do genocídio e barbárie nativa, principalmente a partir de sua obra *O paraíso destruído*: brevíssima relação da destruição das Índias, de 1552.

Genocídios indígenas na contemporaneidade

Henry Mähler-Nakashima – henry@ocarete.org.br

A apresentação tem como objetivo entender por que tão pouco se sabe sobre o genocídio indígena na contemporaneidade. Partindo das atuações das instituições indigenistas do Estado, o SPI e a FUNAI, de algumas leis, das investigações das CPI's de 1963 e 1967, ambas da Câmara dos Deputados, do Relatório Figueiredo (1967) e da Comissão Nacional da Verdade (2014), é possível identificar um padrão de comportamento genuinamente genocida por parte do Estado brasileiro para com os indígenas. Entretanto, sua

histórica condição de cristalizados em estereótipos, como selvagem, atrasado, bárbaro, etc, somada ao discurso desenvolvimentista e à indiferença da sociedade nacional contribuem para que permaneçam marginalizados, mesmo sofrendo genocídio durante toda história republicana brasileira.

A Educação Escolar Indígena em Alagoas: pedagogia para o enfrentamento à pandemia como prevenção ao genocídio (2020-2021)

Gilberto Geraldo Ferreira (SEDUC-AL; SEMED-Maceió – gilbertogeraldo2@gmail.com)

Rogério Rodrigues dos Santos – (PPGAS-UFAL – rogeriors2008@gmail.com)

Valdeck Gomes de Oliveira Junior – (SEDUC-AL – deck.historia@gmail.com)

O texto discute a educação escolar indígena em Alagoas no contexto da pandemia do Covid-19 entre os anos de 2020 e 2021, considerando o ensino como prática pedagógica significativa em situações adversas. O objetivo central do texto é refletir a educação como instrumento de resistência no fazer e refazer diário diante de quadros instrumentais tecnológicos escassos quanto ao acesso de professores e estudantes indígenas. Para elaboração, utilizamos prioritariamente questionários semiabertos com professores e coordenadores de duas escolas indígenas Xukuru-Kariri do Município de Palmeira dos Índios. As evidências apontam para um quase abandono assistencial da SEDUC-AL ao mesmo tempo em que indígenas constroem uma rede de apoio pedagógico (indígenas e indigenistas) em Alagoas e em âmbito nacional para implementação das aulas remotas.

Entre silêncios, negações e arbitrariedades: reflexões docentes sobre territórios indígenas na interface História, Antropologia e Direito Agrário

Sandra Regina A. Teixeira (ESMAC-SEDUC-SECULT – sandra.educacao@hotmail.com)

Este trabalho objetiva debater sobre as experiências de inserção da temática indígena no exercício da docência em IES (Instituição Particular de Ensino Superior) em Ananindeua - Pará, a partir da mudança do Plano de Curso da Disciplina Direito Agrário (Grade Curricular). O público alvo foram os acadêmicos de 9 semestres de Direito (2019 a 2021), no qual a partir da discussão doutrinária (termo utilizado aos clássicos autores de Direito Agraristas, tais como: Benedito Ferreira Marques e William Paiva Marques Junior) observou-se a ausência de conceitos e categorias analíticas, tais como: fronteiras, territórios e territorialidades pertencentes ao ethos e identidade dos povos originário, contudo, constatando-se que alguns doutrinadores (autores) denominam, apenas de “terrenos indígenas”. Destarte para sanar tal omissão concernente invisibilidade dos povos indígenas buscou-se trabalhar em uma perspectiva transdisciplinar, dialogando com Antropologia, Sociologia e História, além de analisar as produções de alguns pesquisadores do Direito (UFPA): José Heder Benatti, Wilson Rodrigues Ataíde Junior e Luly Fisher. A metodologia utilizada foi análise qualitativa das fontes tais como: legislações indigenistas, Tratados Internacionais, Convenção 169, Declaração Internacional dos Direitos Humanos, vídeos documentários e matérias jornalísticas de sites especializados. A importância desta temática é possibilitar aos acadêmicos futuros agentes sociais do Direito, refletirem criticamente sobre a hodierna situação dos povos indígenas com os direitos violados em pleno contexto da pandemia e votação da PL 490/2007 que altera a Lei 6.001, a qual não coaduna com reconhecimento do direito de territorialidade dos povos indígenas, além do respeito que deve ser garantido aos povos tradicionais, no qual permeia o dever do Estado em consultar os

povos originários em atividades que envolvam a intervenção ambiental em seus territórios, ouvindo as comunidades direta e indiretamente impactadas por projetos contribuindo para o aniquilamento do seu patrimônio e memória local.

Debate de História Ambiental: cultura e sustentabilidade ecológica nas Reservas Extrativistas Marinhas do Brasil (1990-2020)

Marcus Vinícius da Silva Santos (Pesquisador/Bolsista de Iniciação Científica Graduação em História - UFAL - marcus.santos@ichca.ufal.br)

Esta comunicação objetiva debater sobre às práticas de sustentabilidade de Comunidades Tradicionais nas Unidades de Conservação Marítimas do Brasil. Utilizamos fontes disponíveis na internet: site do ICMBio, site do ISA e dos Planos de Manejo – coletadas durante o período de pesquisa do Projeto PIBIC 2020-2021, intitulado: “Contribuições Etnohistóricas para a Cogestão de Áreas Marinhas Protegidas de Uso Sustentável do Brasil”. As informações sistematizadas foram submetidas à microanálise para destacarmos os elementos da cultura material e imaterial das comunidades extrativistas pesqueiras de Arraial do Cabo (RJ), Caeté-Taperaçu (PA), Cassurubá (BA), Corumbau (BA), Cururupu (MA) e Soure (PA). Diante das invasões territoriais e seus impactos multifatoriais, as Comunidades Tradicionais residentes nas Reservas Extrativistas acima citadas, empreendem uma permanente luta em defesa de suas autonomias e da sustentabilidade de seus bens comuns de forma ecológica e coexistente entre cultura e natureza.

Água mole, pedra dura, tanto bate até que afunda: a questão da mineração de sal-gema em Alagoas

Matheus Carlos Oliveira de Lima (Questão de Humanas - matheuscolima@gmail.com)

Pode-se dizer que um acontecimento é anunciado? A resposta positiva a esta pergunta implica na aceção de que um acontecimento não é, ou, pelo menos, nem sempre é, uma novidade. Então, um pesquisador do campo das Ciências Humanas ao trabalhar com um fato estaria dando sentido a este, tornando relevante, sendo assim, pertinente em algum sentido para uma dada comunidade. Diante disto, nesta etapa do processo de pesquisa, o enfoque está “no que o acontecimento se torna” (DOSSE apud CERTEAU, 2013), ou seja, qual a sua pertinência e relevância na constituição da dinâmica histórica? De um ponto de vista abstrato, é como se pensássemos numa via de mão dupla: onde se tem um caminho do tempo em que se faz a pesquisa em direção ao acontecimento estudado e outra via de onde se parte do fato ou acontecimento para o futuro. Para tanto, indaga-se: o deslocamento de milhares de famílias em quatro bairros de Maceió devido ao afundamento do solo provocado pela extração de sal-gema feita durante décadas pela Braskem foi um acontecimento anunciado? Como a comunidade alagoana reagiu ao processo de instalação, início das operações e de ampliação da capacidade de extração? Frente à estas questões, a presente proposta procura debater a hipótese de que o acontecimento relativo aos afundamentos de solo em Maceió era previsto e de que tal dano sócio-histórico-ambiental foi negligenciado frente ao lucro com expressão da disputa pelo uso do território, onde os sentidos do espaço se chocam entre aqueles que o exploram e aquele que o constituem, por isso, parte-se da emergência de uma História Territorial (MORAES, 2008) como forma de expressar historicamente a disputa pelo território, notando e dando voz àqueles que anunciavam esta diáspora.

Historiografia Ambiental: problemas, práticas científicas e combate pelos direitos comunais

Arrizete Cleide de Lemos Costa (UFAL- CITCEM/PT – arrizete@chla.ufal.br)

A proposição desta comunicação reside em questionar como os inúmeros tumultos, conflitos e riscos ambientais que estão causando impactos danosos à sobrevivência de um contingente populacional cada vez mais extenso têm se tornado visíveis aos historiadores. Como a historiografia tem abordado os problemas ambientais que nos desafiam de maneira tão “encarnada” (FEBVRE, 1949). Como conciliam às dimensões cognitivas plurais, os domínios, as abordagens e fontes? Quais são suas práticas científicas relacionadas à cultura, às interações comunitárias, à reprodução da vida, ao poder e à luta contra as multifacetadas formas de opressão? Há um campo epistemológico que instaure o combate pelos direitos comunitários historicamente inscritos em uma ecologia específica baseada no Conhecimento Tradicional? São algumas das questões inquietantes para as quais buscaremos respostas.

ST 10 – Narrativas Dissidentes: historiografia, gênero, interdisciplinaridade e interseccionalidade*Ana Cláudia Aymoré Martins – História/UFAL**Elias Ferreira Veras – História/UFAL***Índia e mameluca nas malhas do Santo Ofício português: as manhas e artimanhas de Maria Grega (Bahia, século XVI)**

Laise Souza dos Anjos Cardoso dos Santos (UFRB - laisesouza720@gmail.com)

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a história de Maria Grega, por meio do processo inquisitorial do seu marido Pêro Domingues, natural da Grécia e morador na Baía do Paraguaçu, Recôncavo da Bahia, o qual teria sido denunciado por ela, acusado pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição durante a primeira Visitação na Capitania da Bahia (1591-1592) por ter cometido sodomia com sua esposa. Por seu turno, buscamos nesse estudo analisar, por meio das ações de resistência perpetradas por Maria Grega frente às investidas de seu marido na tentativa de realizar o ato nefando de sodomia, a história dessa mulher “mestiça”. A vasta e rica documentação proveniente da ação do Tribunal do Santo Ofício, como confissões, denúncias, processos – consequência de suas visitas à América portuguesa – aliada à bibliografia, são fontes riquíssimas para compreender as minúcias das relações estabelecidas pelos indivíduos no período colonial em suas várias nuances, econômica, política, social e cultural. Em nossa pesquisa dispomos a princípio do processo inquisitorial movido contra Pêro Domingues, no site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. A abordagem da micro-história nos ajuda a pensar essa mulher “mameluca”, enquanto detentora de capacidade de escolha e negociação. As ações individuais podem ser apreendidas a partir da análise de nossa documentação, da qual emergem possibilidades que convergem com as análises da macro-história, que por abarcar uma história de longa duração, acaba por não contemplar temáticas como esta. Tendo em vista que nossa pesquisa tem como

ponto de partida a denúncia de Maria Grega; que denunciou seu marido ao visitador Heitor Furtado de Mendonça por ter com ela ajuntamento carnal ilícito, colocando seu membro no seu vaso traseiro. Sendo deflorada com o uso da mão e ameaçada caso resistisse ao ato nefando. Partindo desta permissa buscaremos analisar nessa comunicação a participação dos índios e mamelucos na história do Brasil colonial, dando destaque às mulheres mamelucas como agentes históricas que geralmente foram mantidas no papel de vítimas passivas. A relação dual de liberdade e dominação levou ao cerne da sociedade as relações de poder relativas ao sexo.

Os ventos de adivinhar de uma calundzeira: análise do processo inquisitorial de Luzia Pinta à luz dos estudos de gênero

Fernando de Sá Oliveira Júnior (fjunior.oli@hotmail.com)

Esta comunicação procura analisar o processo inquisitorial de Luzia Pinta, que em comparação a outros processos, ocorre com aguda rapidez. Luzia era praticante de ritos mágico-religiosos em Sabará no século XVIII, utilizamos a categoria de gênero no sentido de verificar os símbolos culturais femininos associados a Luzia, assim como as apropriações, destacamos a relevância de sua mediação simbólica entre tradições religiosas africanas e o catolicismo que ocasiona a elaboração de novas práticas na América Portuguesa.

Testamento e inventário de João Sinhá: a morte como testemunho da vida

Carlos Gilberto Pereira Dias (Professor de história da rede pública estadual - cgpdias@hotmail.com)

Em janeiro de 1897, João Sinhá foi brutalmente assassinado dentro de sua casa em Pelotas, Rio Grande do Sul. A vítima – João Pedro

dos Reis – era conhecida na cidade como João Sinhá e foi referido na imprensa da época como uma “aberração da natureza”, um “degenerado” que “fugia de suas funções masculinas”. O testamento e o inventário de João Sinhá produzidos no contexto de sua morte, nos ajudam a compor um retrato muito revelador de sua vida e da sociedade que o cercava, sugerindo o lugar semiclandestino que, via de regra, homossexuais como ele ocupavam naquela época.

Artistas indígenas na exposição “Vaivém”: memória e resistência

Ludimilla Alvarenga Fonseca (PPGAV/UF RJ - fonsecaludmilla@gmail.com)

Inaugurada em maio de 2019 no Centro Cultural Banco Brasil em São Paulo, a exposição “Vaivém”, com curadoria de Raphael Fonseca, investiga como as redes de dormir se tornaram símbolos de “brasilidade”: como essa tecnologia ameríndia foi passando por processos históricos de apropriação até se tornar um panteão da cultura nacional? O projeto conta com mais de 300 obras num arco temporal que vai do século XVI ao XXI, em diferentes suportes que vão desde o desenho, a pintura, a escultura, até instalação, vídeo e performance. A partir desse repertório (e como curadora assistente do projeto), proponho um recorte específico sobre a produção das artistas indígenas que participam da exposição. Este recorte propõe pensar, por um lado, como as artistas contemporâneas indígenas têm utilizado sua ancestralidade como expressão e resistência; e, por outro, refletir sobre como as mulheres indígenas, que são as detentoras do conhecimento sobre as técnicas de tecelagem, transmitem suas memórias e saberes de modo a mantê-los vivos. Serão apresentadas obras das artistas: Alzelina Luiza, Arissana Pataxó, Carmézia Emiliano, Duhigó, Noêmia Maxakali, Juvanil Kasaga, Kassia Borges, Rosilene Bismani & Sepi Shamãtxi, Mokini Waiãpi + Roselini Waiãpi + Xykyreu Waiãpi, Pakuiura Mehinako e Sallisa Rosa.

A representação da *domina* no afresco da Vila dos Mistérios, Pompeia (século I EC)

Irlan de Sousa Cotrim (irlancotrim@gmail.com)

Examinamos uma série de pinturas parietais que adornavam as paredes do *oecus* da *domus* Vila dos Mistérios em Pompeia, (séc. I EC) a partir dos conceitos de representação, de interseccionalidade e de performances de gênero. Analisamos a pintura mural a partir da espacialidade, da função do cômodo e das informações da historiografia. Defendemos que sendo o *oecus* um ambiente em que os *domini* poderiam oferecer banquetes a convidados oriundos da aristocracia, a pintura de temática báquica estava de acordo com o caráter da *domina* – proprietária de uma vinícola – que buscou ser representada como pia.

Dissidência, resistência e transgressão no espaço escolar: vozes trans, negras, indígenas e de pessoas com deficiência na encruzilhada epistêmica

Lucas Silva Dantas (Puc-SP - 4121lucas@gmail.com)

Como os corpos dissidentes conseguem resistir e transgredir o racismo, o capacitismo e o cis-heteropatriarcado no espaço escolar? Essa é a pergunta problema que direcionou a criação desta pesquisa, que tem como objetivo analisar as contribuições trazidas por pesquisadoras negras, transgêneras, indígenas e pessoas com deficiência, sobre resistência e transgressão na educação. Para realizar esta pesquisa foi criada a metodologia da encruzilhada epistêmica, com base em diferentes autores, que tem como objetivo analisar diversas epistemologias com o objetivo de descobrir seus pontos em comum. Para a escolha das autoras foi feito um levantamento bibliográfico que culminou na escolha de oito teses e dissertações, elaboradas nos últimos dez anos, que tem como ponto central a resistência do povo negro, indígena, pessoas LGBTQIAP+ e pessoas com deficiência na educação. Estas foram

analisadas através do método do fichamento, seguindo quatro critérios estabelecidos: trajetória autobiográfica, educação, práticas de resistência/transgressão e elaboração teórica. Como referencial teórico para este trabalho foram adotados a contribuição dos autores da teoria crítica da sociedade, expresso nos trabalhos de Adorno (1995), Horkheimer (1985) e Marcuse (1964), e a ferramenta analítica da interseccionalidade, trazidas pelas autoras Akotirene (2019) e Crenshaw (2002). A partir desta metodologia foi possível cruzar a produção das autoras dissidentes, os dados e estatísticas como forma de mapear a violência e opressão no espaço educacional, a ferramenta da interseccionalidade e o referencial teórico da pesquisa, para assim conectar todos os pontos desta encruzilhada epistêmica, com múltiplas avenidas identitárias e diferentes produções acadêmicas, com o objetivo de identificar como os corpos dissidentes conseguem resistir e transgredir no espaço escolar.

“Será o Benedito!” A educação patrimonial decolonial no ensino de história

Lucas William de Araújo Borges (lucasbkamei@gmail.com)

O presente trabalho propõe a elaboração de um modelo de inventário, tendo como base a Festa de São Benedito que ocorre em Poços de Caldas-MG, bem registrado como patrimônio imaterial municipal e, a partir dele, desenvolve três objetivos suplementares: refletir sobre o lugar do patrimônio no ensino de história; discutir uma prática educativa transformadora fazendo-se valer de uma pedagogia decolonial; desenvolver o inventário como ferramenta pedagógica para o ensino de história local na educação básica.

História de um vaqueiro que não era marca de gente e outras histórias

Alessandro Cerqueira Bastos (cerqueirasandro@hotmail.com)

Esta comunicação apresenta alguns achados da pesquisa de mestrado já finalizada. Nesta, busquei analisar os significados de

masculinidades contidas nas experiências de homens e mulheres pertencentes aos segmentos populares de Feira de Santana entre os anos 1960 e 1970. Feira de Santana é uma cidade do interior da Bahia com aspectos culturais sertanejos e que, no período enfocado, apresentava elementos da modernização propiciada pela crescente urbanização – processo vivenciado por diferentes cidades brasileiras nas últimas décadas do século XX. Mas, ressalto que, ao longo da pesquisa, encontramos referenciais culturais que sinalizavam o caráter ruralizado ou rural do próprio meio urbano, o que ajudou a matizar a rígida separação entre urbano e rural nos contextos interioranos nordestinos. Saliento que a principal questão da pesquisa foi saber se haveria uma masculinidade homogênea – isto é, sem diferenças – e hegemônica – expressa pelo poder masculino absoluto – em Feira de Santana no período em tela. Ao longo dos trabalhos empíricos, realizados a partir de fontes documentais muito diferentes entre si, a saber: processos-crimes, jornais, memorialistas, canções populares, passei a relativizar o caráter mais absoluto da noção de masculinidade hegemônica. Este exercício, em verdade, não ignorou as profundas desigualdades que marcam as relações de gêneros expressas pela violência física e simbólica. Mas, por outro lado, procuramos lançar luzes sobre a compreensão a-histórica, amplamente difundida até em meios acadêmicos progressistas, de que a violência seria um fator intrínseco às masculinidades de homens pobres e/ou negros por estes serem supostamente brutos e naturalmente agressivos. Como se trata de uma pesquisa histórica, verifiquei que, além da variação em função de aspectos individuais, a masculinidade depende dos ambientes culturais e sociais em que está situada. Desse modo, é sempre melhor falar em masculinidades no plural, já que estas se constituem enquanto arena de conflitos de gênero, raça, classe, sexualidade, região etc.

O vaqueiro na História do Brasil: masculinidades, nação e construção de si em *Fidalgos e vaqueiros*, de Eurico Alves Boaventura

Artur Vitor de Araújo Santana (Unicamp - avasantana@gmail.com)

Essa comunicação toma como objeto de investigação os escritos de Eurico Alves Boaventura, principalmente o seu ensaio *Fidalgos e vaqueiros*, espreitando o caráter autobiográfico da narrativa e as representações das masculinidades no livro, principalmente a figura do vaqueiro. Esse trabalho analisa a concepção de história adotada pelo ensaísta na construção da narrativa de si, que guia sua leitura da construção do Brasil, que é centralizada no sertão, e toma o vaqueano como protagonista da colonização e produção do espaço nacional, ou como ele chama, da “civilização do pastoreio” (BOAVENTURA, 1989).

Historiografia brasileira sobre a prostituição: gênero, raça e classe

Crislanne Maria dos Santos (crislannesanttos@gmail.com)

Este trabalho objetiva analisar a produção historiográfica sobre a prostituição no Brasil. Problematizando as obras de Rago (1990), Schettine (2002), Pereira (2004) e Vieira (2008). Metodologicamente me oriento pela perspectiva do feminismo negro e interseccionalidade (Gonzalez, 2020; Davis, 2017; Crenshaw, 2020), teoria queer (Butler,1980), estudos de gênero (Scoat, 1995; Nicholson, 2000), e a análise da sexualidade (Foucault, 2017), por meio dessas abordagens busco compreender como os estudos sobre prostituição no Brasil articularam os conceitos de raça, classe, gênero e sexualidade.

Trabalho sexual e resistência na praça Montepio dos Artistas (Maceió-AL): uma perspectiva subversiva em tempos de pandemia

Renata Maria da Conceição Batista (Ufal - reconceicaobatista18@gmail.com)

das trabalhadoras sexuais na praça Montepio dos Artistas (Maceió-Alagoas), trazendo uma reflexão sobre a atuação do grupo militante putaativista As Madalenas. A partir de entrevistas feitas com suas integrantes e de como estas desempenham sua profissão em tempos pandêmicos. Se buscou uma análise em torno da reivindicação pelos seus direitos trabalhistas e seu direito a humanidade. De modo a considerar, sob este viés, a abjeção de seus corpos no espaço da praça, enquanto fator de resistência à heteronorma. Levando em consideração um emaranhado de significâncias e significados acerca do que seria o trabalho sexual, sendo este atribuído por elas enquanto potencialidade política latente carente de uma representação pública que não as perceba de modo violento e pejorativo. Podemos perceber em suas narrativas e no modo como constroem uma identidade sexual subversiva (ligada ao trabalho) de profissional do sexo ou trabalhadora sexual. Nesse sentido, o presente texto busca trazer provocações acerca dos marcadores de gênero e sexualidade presentes nas falas das Madalenas e nas diversas problemáticas que perpassam as categorias mulher e puta.

Os desejos de Miriam (2017): uma análise sobre a mulher no cinema alagoano

Maria Viviane de Melo Silva (Professora EBTT do Ifal - Campus Batalha - viviane.melo@hotmail.com)

Roseane Monteiro Virgínio (Doutoranda em História - UFSC - rosemonteiro13@gmail.com)

Esta comunicação tem como objetivo analisar a representação da personagem Miriam e a construção fílmica dela enquanto protagonista do curta-metragem alagoano *Os Desejos de Miriam* (2017). A personagem é uma mulher branca, de classe média e casada que tem os seus desejos, suas vontades que divergem da sua classe social. Além de apresentarmos um breve panorama do contexto no qual o filme foi produzido e os caminhos para se chegar até ele, abordaremos como a película gera debates por uma

perspectiva interdisciplinar, sobre redes sociais, as relações interpessoais, o cinema e História.

Uma análise interseccional da Lei Maria da Penha sobre dados estatísticos em Maceió entre 2006 e 2016

Rafael Vieira de Britto Paulino (Mestrando no PPGH/Ufal - rafaelwarz3@gmail.com)

A partir da Lei 11.340/06 – Lei Maria da Penha –, promulgada em 07 de agosto, e da Diretoria de Estatística e Informática (DEINFO) – Tabelas sobre as denúncias de agressão e violência – entre 2002 e 2017, buscar compreender o que é a violência contra as mulheres, quais são os tipos mais comuns e o ambiente que estas ocorrem. Este trabalho, que ainda se encontra nos primeiros instantes do PPGH – Programa de Pós-Graduação em História – para uma futura dissertação de mestrado, construindo-se sob uma análise interseccional (Crenshaw, 2020), das relações de gênero (Scott, 1995) na cidade de Maceió.

Rosália Sandoval: feminismos e imprensa feminina em Maceió – AL

Roberta dos Santos Sodó (Ufal/UFSC - robertasodo7@gmail.com)

Esta comunicação é parte da pesquisa que tenho desenvolvido e que irá compor dissertação, a ser entregue ao PPGH/UFSC. Nela busco historizar a imprensa feminina e os feminismos em Maceió na segunda metade do século XIX. De acordo com Dulcília Buitoni (1981) e Constância Lima Duarte (2016), a imprensa feminina se define pelo sexo de suas consumidoras, partiu sempre da “compreensão” ou do “desejo” de corpos marcados pelo binarismo, sendo seu público e razão de ser o “feminino” (NICHOLSON, 2000). Esta divisão informa mais do que características anatômicas, corresponde ainda a disposições subjetivas de

aplicação universal, essencializadas, sempre referidas nos impressos (LOURO, 2000). Uma das mulheres a protagonizar a escrita feminina e os impressos destinados à “mulher” neste período, quando dos primeiros anos republicanos e da abolição institucional da escravatura no Brasil, foi a escritora maceioense Rita Rosália Souza de Abreu (1876-1956), ou simplesmente Rosália Sandoval, pseudônimo pelo qual ficou amplamente conhecida no país e no exterior (MADEIRA, 2015). Por meio de recortes de jornais que noticiam sua existência e criações literárias, analiso os discursos sobre os corpos vistos como femininos e os lugares que estes ocupam. Ao mesmo tempo, afirmo que a trajetória de Rosália Sandoval enquanto poetisa não branca, pobre, que nunca se casou, pode nos informar sobre a organização de gênero, raça, classe e sexualidade na cidade de Maceió. Isto é possível por um olhar interseccional, para compreender condições estruturais raciais, de classe, sexualidade e gênero que se inter cruzam (AKOTIRENE, 2018). Entendendo os feminismos como discursos de contestação dos poderes hegemônicos, busco mapear as disputas em torno da divisão sexual onde se faz presente a luta pela igualdade entre os sexos. Também aponto para o caráter performativo da feminilidade e da masculinidade agenciada na escrita de Rosália Sandoval e na imprensa feminina, o que não os exclui de ser, naquele momento, práticas de questionamento das normativas de gênero e sexualidade reguladoras do “normal” cis-hétero, com as quais constantemente tiveram de negociar (BUTLER, 2016; SILVA, 2020).

Narrativas nas margens: histórias e memórias de mulheres

Silvano Fidelis de Lira (UFPB – silvanohistoria@gmail.com)

O texto apresenta uma reflexão a partir das narrativas e das memórias de mulheres trabalhadoras dos campos e motores de agave no interior paraibano, o recorte temporal trabalhado é de 1950-1980, período auge da produção do agave. Através da História Oral tivemos acesso às narrativas dessas mulheres, e fomos

compreendendo que elas (re) inventaram seu cotidiano e forjaram práticas de sociabilidades naquele contexto, criando afetos e vivendo experiências dissidentes, tendo em vista que estavam inseridas dentro de espaço marcado pela dominação masculina (BOURDIEU, 2002).

A construção social da maternidade em Honduras, 1927-1954

Sulema Yamileth Antunez Vasquez (sulema_antunez@hotmail.com)

O objetivo deste projeto de pesquisa é propor e problematizar como a maternidade tem sido socialmente construída como identidade feminina em Honduras, o período de estudo é o século XX, 1927-1954.

Sexualidade feminina: entre tabus, mitos e verdades

Ingryd Damásio Ribeiro Tófani (Mestranda em História pela Universidade Estadual de Montes Claros - ingrydamasio@gmail.com)

A sexualidade feminina foi por muito tempo entendida como inexistente, por lhes atribuírem unicamente a função reprodutora. Apesar dos ideais de igualdade entre os gêneros e do espaço que a temática vem ganhando como algo que deve ser exposto e dialogado, a sexualidade feminina ainda se encontra permeada de mitos e tabus. Assim, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a história da sexualidade feminina no Brasil, suas transformações e evoluções em seu contexto social e cultural, buscando romper com padrões e conceitos errôneos.

Arco-íris em prosa: representação das homossexualidades e de travestis na Ditadura Civil-Militar em reportagens dos periódicos da década de 1970

Alana Albuquerque (UFPA - alanaalbc@hotmail.com)

O presente trabalho propõe, através de uma análise dos periódicos *paraenses A província do Pará, Folha Vespertina e O Liberal*, de que forma as questões relativas às homossexualidades e as travestis aparecem nesses jornais, se aparecem e de que forma são representados nessas notícias, nos editoriais ou mesmo em anúncios publicitários. Ressaltando a importância da década de 1970 para as sexualidades dissidentes e relacionando com o contexto de Ditadura que o país estava vivenciando na época.

Guerrilha Sexual: as esquerdas e as homossexualidades saem do exílio no *Lampião da Esquina* (1979)

Paulo Henrique dos Santos (Ufal - pauloaraujocw@gmail.com)

Esta comunicação pretende discutir a partir da entrevista do militante Fernando Gabeira, ao jornal *Lampião da Esquina* (1979), as ideias de renovação e libertação sexual que pairavam sob os movimentos sociais no Brasil no contexto da abertura (QUINALHA, 2019). Estabelecendo um diálogo com ideia da construção de uma sociedade socialista passar diretamente pelo reconhecimento das esquerdas, que os homossexuais fazem parte da classe trabalhadora, e as lutas para construção de uma nova política socioeconômica passam também pela construção de uma nova política sexual.

Olhar do cotidiano, olhar político: interações cotidianas e íntimas nas CEBs durante a Ditadura Civil-Militar

Gisele Oliveira de Lima (IFAL - giseleoliveiradelima@gmail.com)

O presente trabalho pretende discutir sobre as interações cotidianas e íntimas, principalmente entre as pessoas que não ocupam nenhum cargo representativo ou autoridade legitimada. Baseio-me em María Lugones, onde aponta sobre a importância da

relação subjetiva e intersubjetiva de libertação seja no processo de adaptação ou oposição. Segundo Lugones, a subjetividade que resiste se expressa muito mais vezes infrapoliticamente, ao invés de uma política do público. A partir desta perspectiva teórica, este trabalho irá iniciar a análise sobre a relação subjetiva e intersubjetiva de mulheres que atuaram nas Comunidades Eclesiais de Base - CEB na periferia de Salvador durante a Ditadura Civil-Militar. Estas entrevistas foram coletadas durante o doutorado, que tinha como foco a atuação política de um sacerdote que foi uma importante liderança religiosa nas CEBs na capital baiana. As entrevistas destas mulheres nortearam o trabalho deste pároco, no entanto acabam revelando muito sobre esta relação subjetiva e intersubjetiva de libertação expressada nas interações cotidianas e íntimas. Diante disto, a História Oral se mostra como um rico caminho onde pode tornar visível algo inicialmente subjetivo, demonstrando-se um campo importante e múltiplo de exploração para História e para Historiografia.

Onde está a memória LGBTQ+? O impacto do processo de reestruturação urbana nas memórias LGBTQ+

Ariella Silva Fernandes Oliveira (Puc-RS - ariellasilva@outlook.com)

Esta análise discutirá o impacto dos processos de reestruturação urbana, ocorridos no centro histórico, sobre os lugares de memória do grupo LGBTQ+. O centro histórico sendo um dos mais importantes territórios do grupo LGBTQ+ na cidade, ao longo das últimas décadas, passou por diversos processos que resultaram em novas centralidades. Devido a estas transformações socioespaciais resultantes dos processos de reestruturação o grupo perdeu inúmeros lugares importantes para sua historiografia. Será analisado onde estão as memórias do grupo e por que o apagamento dos lugares de memória do mesmo.

Nas malhas do poder gay: uma história da fundação do movimento homossexual em Sergipe (1969-1981)

Max Wesley Santos Cardoso (profmax.histexadrez@gmail.com)

Em 1978, foi fundado no eixo Rio-São Paulo o jornal *Lampião da Esquina* e logo depois ocorreu a formação do grupo Somos: Grupo de Afirmação Homossexual. Ambos os eventos se tornaram consagrados pela bibliografia especializada como marcos fundadores do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), servindo de modelo tanto para as organizações homossexuais e sua militância como para os pesquisadores do tema. Esse fenômeno foi possível pelo fato de que “MacRae (1985, publicado em 1990) e Trevisan (1986) tenham publicado materiais bastante detalhados sobre esse grupo, documentando suas atividades e examinando seu ideário e os conflitos entre seus participantes” (FACCHINI, 2005, p.93 e 94). As formulações feitas em torno do *Lampião* e Somos os tornaram como experiências sinônimos do Movimento Homossexual no Brasil, não se atentando às particularidades históricas, repetindo a tradição historiográfica brasileira de reduzir eventos que ocorreram na região Sudeste como nacionais, contribuindo para que somente se pensasse uma organização em defesa dos homossexuais no Brasil somente depois do *Lampião* e Somos, e tendo características organizativas similares. Assim, esta comunicação, pretende recompor o histórico do Movimento Homossexual Sergipano (MHS), seguindo os paradigmas teóricos dos Movimentos Sociais propostos por Maria da Glória Gohn (2007), pensando o Movimento em seus próprios termos, trazendo à baila a experiência de uma Comunidade Homossexual Católica em Aracaju que data do final da década de 1970, bem como o processo de surgimento do Grupo Dialogay de Sergipe (GDS), olhando para o grupo não como uma instituição que nasceu por influência do *Lampião* e Somos, mas que costurou uma malha de “conexões ativas” (CASTELLS, 2010) com várias outras organizações e jornais homossexuais do país.

Gueis subversivos, de uma ameaça à moral e aos bons costumes, a uma peste: “Cuidado! Eles podem estar morando na sua cidade.”

Wheber Mendes dos Santos (UNEAL - wheber@gmail.com)

O presente artigo busca analisar a dispersão do discurso de homossexualidade no Brasil (1930-1983), buscando entender como o controle da verdade sobre a homossexualidade é mediado pelas tecnologias do biopoder, buscando evidenciar os processos de resistências homossexuais ao biopoder. Para fomentar melhor essa discussão, busca-se realizar uma análise arqueogenealógica da história da homossexualidade no Brasil, conciliando enquanto conceitos analíticos o dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 2020) e o dispositivo racial (CARNEIRO, 2006). Este trabalho apresenta como objetivo, analisar o discurso das materialidades e construir a sua formação discursiva, buscando construir uma narrativa dentro das suas fragmentações e descontinuidades. O biopoder atua fazendo viver corpos dentro do que se concebe enquanto normalidade, e ao mesmo tempo faz morrer corpos que não a seguem, através de suas tecnologias do poder. Buscamos entender como homossexualidade é pensada pela sociedade brasileira durante o intervalo proposto, para isto recorreremos a história serial e a análise de discurso para a análise das fontes.

Homossexualidades e travestilidades na literatura capixaba dos anos 80: Discursos e representações.

Randas Gabriel Aguiar Freitas (UFES - randas.aguiar@live.com)

Francisco Ribeiro argumentou que na geração de escritores capixaba dos anos 1980 os discursos sobre as homossexualidades e travestilidades mudou. Se antes as sexualidades e gêneros dissidentes apareciam como xingamentos, ofensas ou em discursos rasos e estigmatizantes, nos anos 1970 e, especialmente nos anos 1980, alguns escritores capixabas abordaram questões sobre gays, lésbicas, bissexuais e travestis de forma complexa e na tentativa de

mostrar suas vivências e diversidades. Pensando representação com Roger Chartier e discurso com Michel Foucault, nos propomos a analisar quatro contos e crônicas produzidos por escritores capixabas que tematizavam lesbianidades e travestilidades.

Madame Satã: olhares transfeministas

Alexandre da Silva (Ufal - alexandre.silva@ichca.ufal.br)

Esta comunicação propõe compreender de maneira interseccional as dimensões de gênero, raça, classe e sexualidade em Madame Satã, a partir da perspectiva transfeminista (NASCIMENTO, 2021); (JESUS, 2019); (PRECIADO, 2019) e (BUTLER, 2015). Como Madame Satã embaralha o CISTema e a produção cis-heteronormativa sobre os corpos? Como ela se apropria e ressignifica enquadramentos de feminilidade e masculinidade? Como o corpo negro de Satã atua como espaço de trânsito das ressignificações performativas do gênero, raça, classe e sexualidade? Para pensar essas questões, analiso a obra *Memórias de Madame Satã*, de Sylvan Paezzo, publicada, originalmente, em 1972.

O lugar de um pesquisador cisgênero em uma epistemologia trans

Diogo de Souza Monteiro (Discente no Programa da Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da UFPB – diogomonteiro.adv@gmail.com)

Este texto tem por objetivo problematizar o lugar de um pesquisador cisgênero na produção de saberes acerca das experiências transexuais e travestis. Por lugar subentende-se o ponto de vista pelo qual este pesquisador observa um fenômeno que, por mais que se tenha certa familiaridade, como militante gay, jamais poderá ocupar o papel das sujeitas observadas. Operando

minha própria trajetória, ora enquanto ativista LGBT no estado do Pará, ora como pesquisador-militante, proponho uma intervenção a partir de uma posição que evidencie o protagonismo das sujeitas da pesquisa, a partir de suas próprias narrativas, bem como através da produção bibliográfica escrita por pesquisadoras travestis e transexuais, expressa pela potência dos estudos transfeministas.

Vidas trans importam! A série *Pose* numa análise histórica

Halberys Morais de Holanda (UPE - halberys.holanda@upe.br)

Rafaela Lima de Souza (UPE - rafaelalimadsouza@gmail.com)

O presente artigo tem por objetivo expor a realidade LGBTQIA+ entre as décadas de 1960 e 1990, a partir da análise das duas primeiras temporadas da série POSE, produzida pela emissora FX. A série é uma criação de Ryan Murphy, Brad Falchuk, e Steven Canals, onde podemos notar no decorrer de seus episódios uma estreita relação com o documentário *Paris is Burning*, que retrata a cultura dos bailes. Com um elenco constituído em sua maioria por negros e mulheres transexuais a série aponta sobre os preconceitos, a luta pelo respeito e por um lugar na sociedade, destacando problemas e questões que precisam ser discutidas, pois ainda se faz presente na contemporaneidade. Com isso, também trazemos sobre como trabalhar a série em sala de aula, tentando romper com as barreiras coloniais e fazer desse movimento um futuro diferente, utilizando autoras e autores que discutem Teoria Queer e Decolonialidade, pois sem o grito não há revolução.

Recuperando a noção de totalidade: uma síntese entre gênero, raça e classe

Juliana Renck Bimbi (UFRGS - jubimbi@gmail.com)

A partir do desenvolvimento da ideia de interseccionalidade e como o conceito se constrói ao longo dos anos a partir de

contribuições de Patricia Hill Collins, Angela Davis, Kimberlé Crenshaw e Lélia González, o intuito desse trabalho é mostrar como o estudo da interseccionalidade contribui para a noção de totalidade das relações sociais a partir de uma abordagem que cruza experiências de gênero, classe e raça. Dessa forma é possível construir uma leitura sobre fenômenos históricos que parta de uma visão de sujeitos que sofrem com a exclusão da leitura hegemônica na historiografia.

ST II – Dinâmicas religiosas na História*Irinéia Maria Franco dos Santos – História/UFAL**Pedro Lima Vasconcellos – PPGH-UFAL***“Passaram ao Senhor com opinião de Santos”: ideais de santidade franciscana na Goa dos séculos XVI e XVII**

Igor Santiago Costa (Graduando em História - UFBA, Bolsista de Iniciação Científica (UFBA/CNPq) - santiagoigorct@gmail.com)

A presente comunicação tem como objetivo trazer a luz os discursos espirituais da Ordem dos Frades Menores no processo de expansão ultramarina portuguesa, sobretudo no que se convencionou chamar Estado da Índia entre os séculos XVI e XVII. Através da análise de obras produzidas por esses frades sobre a atuação dos mesmos nesses territórios e em consonância com a ideia de Chartier (1998) de que devemos entender as motivações e as implicações que estão “por trás da aparente objetividade das narrativas”, analisaremos os “tópos” agenciados pela historiografia franciscana no tocante as suas supostas vivências devotas, atentando para os aspectos disciplinadores e doutrinantes. Além disso, para além do caráter informativo e defensivo exposto nas obras estudadas, foram examinados os ideais de santidade, as virtudes dos religiosos elencados, a mística envolvida entre estes e as suas práticas ascéticas. Um aspecto que nos interessa é entender como esses modelos circulavam não só entre os franciscanos que atuaram no Oriente, mas também em outras partes do globo no mesmo período.

“Uma boa administração da justiça” é “administrar os sacramentos necessários: poder local e o poder eclesiástico na Vila das Alagoas, 1751

Dermeval Santana de Oliveira (Mestrando - PPGH/UFAL - dermevalsantana@gmail.com)

As condições da “falta de casa da câmara, cadeia capaz, privilégios”, para certos agentes régios gerava um risco na ação da justiça e na administração das “almas”. Para eles no espaço “alagoano”, a Câmara da Bahia servia de modelo devido alguns “privilégios”. Quais privilégios? Que política era essa de enviar uma carta à coroa e pedir a presença episcopal como ajuda na administração naquele lugar? Talvez, o desfecho associa-se a uma carência de uma política igualitária religiosa. Este texto analisará essa prática e a viável mediação do bispo de Olinda, 1751, na carta dirigida à coroa portuguesa, pelo Conselho Ultramarino, para o gerenciamento episcopal e religioso em “terras alagoanas”.

Os luteranos das naus na América portuguesa setecentista e os vestígios da presença da “heresia protestante”

Jadson Ramos de Queiroz (Mestrando PPGH-UFAL - new.jadson@gmail.com)

A proposta da nossa exposição é demonstrar como um determinado grupo da vertente do cristianismo protestante, os luteranos das naus, ou seja, os sujeitos que aos olhos do catolicismo eram adeptos da “heresia luterana” e estavam envolvidos na navegação, em alguns momentos ao longo do século XVIII chegavam aos portos na América portuguesa em decorrência de intempéries da vida marítima e estabeleceram relações com a população local. Nosso objetivo é problematizar a presença desses indivíduos em território colonial português e apresentar as dinâmicas, e possíveis impactos, tanto nos aspectos econômicos quanto religiosos, com a chegada e circulação deles.

“Ou cismas, ou prisões, ou apostasia ou cadeia”: Administração das freguesias no contexto de embate entre o regalismo e o ultramontanismo em Alagoas (1869-1889)

Lydio Alfredo Rossiter Neto (Mestrando em História/Universidade Federal de Alagoas - UFAL -lydio.rossiter@gmail.com)

Esta comunicação tem como objetivo estudar as atuações dos membros do episcopado olindense e do clero Alagoano, sob a tutela do Padroado Régio, na gestão das freguesias de Alagoas e a restauração ultramontana enquanto representação de gradual reforma institucional no fim do segundo reinado. Em particular, observar de que forma os aspectos econômicos, políticos e sociais do período influenciaram a interiorização dos preceitos eclesiológicos, regalista e ultramontano na província.

Entre pesos e batinas: a participação do padre Ibiapina na revolta do Quebra-quilos

Wellington Luís de Albuquerque Espíndola (Mestrando pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG - wellingtonluispe@hotmail.com)

A revolta do Quebra-quilos ocorrida no início da década de 1870 em algumas províncias do Norte, teve como objetivo a não aceitação dos novos padrões de pesos e medidas que o governo imperial tentou implantar no Brasil, seguindo o modelo francês. Em várias províncias os populares se levantaram contra essas medidas. No caso específico desse estudo analisaremos essa revolta nas províncias da Paraíba e de Pernambuco, que além do levante social contra os novos padrões de medidas teve as questões religiosas que deram combustível a mais nessa revolta. Nessas duas províncias os populares assimilaram a Questão Religiosa e o Quebra-quilos como uma afronta do governo imperial contra a população. É nesse contexto que o padre Ibiapina após realizar

uma missão em Campina Grande/PB, à convite do seu amigo padre Calixto, em dezembro de 1873, realiza prédicas contra a Maçonaria e todo aquele universo da Questão Religiosa que estava ocorrendo. Para algumas autoridades do período essas prédicas foram as responsáveis pela ocorrência de tanta desordem. Com recusa do pagamento do imposto do chão tem início a revolta no povoado de Fagundes, lugar próximo a Campina Grande, e que rapidamente se alastra para outras áreas, com invasões as feiras, quebra dos pesos, destruição dos decretos anexados e gritos de morte aos maçons. Enquanto os ânimos estão a todo vapor em várias vilas da Paraíba, o padre Ibiapina se recolhe a Casa de Caridade de Santa Fé/PB, onde recebe notícias dos acontecimentos. O movimento se espalha para Pernambuco, mais precisamente na vila de Triunfo, onde missionários jesuítas iniciam um troca de cartas com o padre Ibiapina. Para as autoridades policiais era uma tentativa de extensão da "sedição maçônico-decimal", como chegou a afirmar o então Ministro da Justiça. Em cartas apreendidas existem várias referências entre dois jesuítas, que foram para Triunfo/PE cuidar de alguns assuntos do padre Ibiapina. Como tentativa de acabar com o movimento o governo de Pernambuco determina a expulsão dos jesuítas do seu território. E apesar da resistência tanto de alguns populares como dos padres jesuítas Antonio Onoratti e Antonio Anagnetti, eles se retiram de Triunfo/PE. Meses depois o padre Ibiapina realiza sua última viagem missionária para a vila de Triunfo/PE, existe um certo mistério qual seria o real objetivo dessa viagem. O fato é que a revolta do Quebra-quilos é controlado e o nome do padre Ibiapina aparece nos autos da investigação, chega-se inclusive a ser proferida sua prisão, porém isso não ocorre, pois as autoridades ficaram com receio de ocorrer um novo levante em defesa do padre que já naquela década de 1870 era venerado por muitos.

O caminho do Direito e o Sagrado no Ilê Asé Sogbô Aganjú da Yalorixá Zefinha de Aganjú

*Wellington Ricardo Felix dos Santos (Universidade de Pernambuco - UPE -
Campus Garanhuns - tontom1978@hotmail.com)*

Este artigo tem como tema o caminho do direito e o sagrado no Ilê Asé Sogbô Aganjú da Yalorixá Zefinha de Aganjú, é um estudo de cunho epistemológico sobre o Candomblé. O Ilê Asé Sogbô Aganjú está localizado no Município de Garanhuns – Pernambuco – Brasil. Trata-se de território que traz consigo a ideologia e rituais nos Ilês de Candomblé, como sua própria identidade através da linguagem tanto verbal quanto corporal, também nas suas zuelas, vestimentas, nos rituais de passagem e suas divindades, representadas pelos Exus, Pombogira, até os Orixás. Em meio a esta explanação surge a indagação: Como país dito “laico”, ainda hoje a intolerância religiosa é tão presente no meio social? Nessa perspectiva dar-se-á uma discursão teórica sobre o caminho do direito e o sagrado na Religião de Matriz Africana, mais precisamente o Candomblé. O campo metodológico deu através uma revisão bibliográfica, na busca de dialogar dentro da Religião de Matriz Africana no meio urbano, que almeja o respeito no exercício da cidadania. Sendo à mesma resguardada perante a Constituição brasileira o direito de ir e vir manifestando sua fé abertamente, seus preceitos, representações nas simbologias. Assim, como os outros segmentos religiosos são contemplados e reconhecido pela Constituição brasileira de 1988, no que refere-se a Resolução nº 36/55. A ONU em 1981, já havia proclamada a Declaração sobre a Eliminação de todas as formas de Intolerância e Discriminação com base em Religião ou Crença, reconhecendo dessa forma os povos da Religião de Matriz Africana, contudo grande são os desafios apresentados ao longo dos anos, principalmente com as perseguições religiosas, violência física e simbólica, vem colocando a Religião de Matriz Africana em situações de vulnerabilidade. Dessa forma, este artigo buscou realizar uma breve explanação sobre o espaço onde a cultura dos

negros escravizados permaneceu guardada, preservada e transmitida.

Líderes, devotos e clientes no xangô de Maceió-AL do imediato pós-abolição

Lilia Rose Ferreira (Universidade Federal Rural de Pernambuco - liliaf075@gmail.com)

Fundamentado na tradição oral e em algumas notas dos jornais da imprensa maceioense referentes ao episódio do “quebra de xangô-1912”, emergiu uma narrativa de fundação e desenvolvimento do “candomblé nagô” de Maceió atribuída quase que exclusivamente à personalidades como a mãe de santo Tia Marcelina. Nesse sentido, com base na historiografia pertinente e nas fontes, o objetivo deste trabalho se concentra em apresentar outros sujeitos, tão importantes quanto os pais e mães de santo, a exemplo dos devotos, clientes e líderes para a formação do xangô na capital alagoana, no imediato pós-abolição.

Notas a respeito de um "livrinho malê" (Bahia, 1835)

Pedro Lima Vasconcellos (Universidade Federal de Alagoas - plvascon@uol.com.br)

Expõem-se aqui alguns dados relativos a um "livrinho malê", objeto encontrado pendente ao pescoço de um participante da "rebelião malê" sufocada no dia 25 de janeiro de 1835 na "cidade da Bahia". Seu conteúdo, feito de maneira quase integral de passagens do Corão muçulmano, será aqui comentado, com particular atenção aos critérios que possam ter conduzido à seleção deste material e a sua significação na vida cotidiana e nos ambientes em meio a que e, a partir dos quais, este "patuá" foi produzido.

"Pela causa da boa imprensa": periodismo católico romano e o combate aos "males" da modernidade (1831 - 1875)

José Edson da Silva Santos Junior (Mestrando em História - PPGH-UFAL - edson21junior@yahoo.com.br)

Objetivo, por meio do presente estudo, apresentar o caminho histórico/historiográfico da chamada "boa imprensa", ou "imprensa católica", atuante no Brasil, desde a primeira metade do XIX, e, em Alagoas, a partir do último quartel deste mesmo século. A "boa imprensa" consistiu em um conceito que apontou para o combate, e a defesa, das doutrinas da Igreja Católica Romana, contra as correntes modernas, tidas como os "males" da época, em uma espécie de cruzada contra o protestantismo, o liberalismo, o maçonismo, o espiritismo, e, mais adiante, o comunismo. Para tal embarque serão utilizados, através do método de revisão bibliográfica, os aportes teóricos de DALMOLIN, 2012; KLAUCK, 2020; LUSTOSA, 1983; MARIN, 2020; SANTOS, 2019; e SILVEIRA, 2013; visando compreender não apenas este tentáculo de atuação do catolicismo, mas, sobretudo, para problematizar a contribuição do periodismo católico na formação da mentalidade ocidental, no caso específico da brasileira, bem como a sua hegemonia religiosa.

“A mulher sábia edifica a sua casa” – Imprensa maçônica, mulheres e o combate ao jesuitismo no periódico *Labarum* - Órgão da Maçonaria (1874-1875)

Marney Silva Garrido (Mestrando - PPGH-UFAL - marneygarrido@hotmail.com)

O presente artigo tem por objetivo identificar as motivações que levaram a imprensa maçônica, na província de Alagoas entre os anos de 1874 e 1875, a adotar um discurso que pretendeu alinhar as

mulheres e convertê-las a militância da causa maçônica. Tal intento teve como objetivo combater o avanço dos jesuítas (ultramontanos) que, segundo os maçons, era a principal causa da intolerância existente no império.

As mulheres na Irmandade do Bom Jesus dos Martyrios da Cidade das Alagoas (1851-1900)

Élida Kassia Vieira da Silva (Mestranda no PPGH/UFAL - elida.kassia.v@outlook.com)

O presente trabalho busca elaborar apontamentos iniciais sobre as relações entre gênero e religiosidade a partir da irmandade do Bom Jesus dos Martyrios, localizada na cidade das Alagoas (atual Marechal Deodoro), entre 1851 e 1900. A partir do livro de entrada da associação e de notas encontradas nos jornais circulantes em Alagoas no período proposto, pretende-se problematizar a presença feminina nos espaços de poder da irmandade, assim como estabelecer conexões entre o percentual de participação e o estado civil das associadas.

Conferências “espírito-batista” de Vianna de Carvalho, o maximalismo e o discurso antiespírita no jornal O Semeador em 1919

Vanessa Elisa da Silva Correia (Mestranda – PPGH-UFAL; LIER-UFAL - vanessa.correia@fale.ufal.br)

O fim do século XIX trouxe a pluralidade religiosa garantida pela legalidade da liberdade de crenças, terreno fértil para que novas e antigas ideias pudessem ser defendidas e adotadas livremente. Nesse contexto, o espiritismo buscou seu espaço em Alagoas, inicialmente adotado pelas camadas mais altas, com acesso às

leituras francesas e influências das grandes cidades. As primeiras décadas do século XX foram de oscilação no estabelecimento da doutrina espírita no estado, com registros de fechamentos de instituições, que não conseguiam solidez em suas atividades. A presença de figuras como a do Capitão Manuel Vianna de Carvalho foram essenciais para a reorganização do movimento espírita local, a partir da mobilização das lideranças e o incentivo à fundação de espaços. Através da análise do jornal *O Semeador* de 1919, período de permanência de Vianna de Carvalho em Alagoas e de intensa atividade espírita como palestras, conferências e publicações, buscaremos compreender um pouco mais sobre o campo religioso local, assim como os artifícios utilizados pelas lideranças católicas para afastar os alagoanos dos espaços doutrinários espíritas.

“Entrai na Falange Sagrada”: A Liga Contra o Protestantismo de Recife (1902 a 1908)

César Leandro Santos Gomes (Laboratório Interdisciplinar de Estudos das Religiões (LIER/UFAL) cesarl.gomes@hotmail.com)

A comunicação tem a finalidade de apresentar as reflexões preliminares de uma pesquisa com o objetivo de analisar os conflitos entre protestantes e católicos, durante as décadas iniciais do regime republicano, em Pernambuco e Alagoas. Tal período foi marcado pela separação entre a Igreja e Estado e pela instalação de leis que garantiam a liberdade de crença. Essa conjuntura levou ao acirramento de disputas entre grupos religiosos por determinados espaços na sociedade. Como por exemplo, indica-se a criação da Liga Antiprotestante de Recife (1902). Liderada pelos frades capuchinhos do Convento da Penha, a associação religiosa possuiu entre os sócios sujeitos de diferentes classes sociais (clero, políticos, intelectuais, militares, membros de famílias tradicionais e populares). Dessa forma, a verificação da sua atuação e dos conflitos desencadeados com missionários protestantes (estrangeiros e nacionais), por meio da Análise de Conteúdo

(BARDIN, 2011) e da consulta aos Jornais da Hemeroteca Digital Brasileira (BNDigital), permite a compreensão das rupturas e continuidades no campo religioso. Assim, como a verificação das estratégias adotadas pela Igreja Católica em alinhamento com a política ultramontana.

Algumas considerações acerca do processo de expansão territorial da Igreja Católica Apostólica Romana na região Nordeste do Brasil (1889-2017)

Jonas Balzan (Universidade de Passo Fundo – UPF – jonas_bz@hotmail.com)

Com o golpe militar de 15 de novembro de 1889 era Proclamada a República Brasileira, instaurando-se, assim, um Estado de feição laico. Neste sentido, com a extinção do padroado régio (Decreto 119-A), houvera a separação entre os poderes temporais e espirituais, fazendo com que a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) não tivesse mais apoio legal do Estado. O campo religioso passa a ser um espaço de disputas entre as variadas denominações religiosas e, assim sendo, a ICAR passou a (re)articular estratégias para se (re)aproximar da população brasileira. Como exemplo, podemos citar: implementação de visitas pastorais, construção de colégios católicos e dioceses, produção e divulgação das cartas pastorais e a elaboração da chamada “boa imprensa”. Dentre essas estratégias trabalharemos com a criação de circunscrições eclesiais pois, além de fazerem com que o poder simbólico da ICAR seja territorialmente materializado, é também por meio destas que melhor se pode administrar os serviços pastorais, auxiliando assim na evangelização e consolidação do catolicismo romano. O conceito de diocesanização surge, neste sentido, objetivando o estudo de tal processo de expansão territorial da ICAR, que no pós-1889, se configura em estratégia, no sentido certonianiano. Entretanto, os estudos em relação a esse processo se restringem a Primeira República, onde os autores, por mais que discordem quanto aos números, fazem questão de pontuar o

expressivo número de dioceses criadas no período. Neste sentido, nosso objetivo é “alargar” a periodização, a fim de visualizar que tal processo não se restringe a esse contexto, visto que a criação de novas dioceses continua nas décadas seguintes. Amparados na História Regional, propomos para esse trabalho reduzir a região dos estudos feitos até então, mostrando, por meio de dados, que na Região Nordeste do Brasil (Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão) esse processo teve seu ápice nas décadas de 1960 e 1970.

O processo de Diocesanização no Estado de Pernambuco: a instauração da Diocese de Nazareth (1918)

Vágner Hugo Calazans Silva (Universidade de Pernambuco (UPE) - Campus Mata Norte hugocalazans2015@hotmail.com)

A pesquisa se justifica, pela compreensão das diversas estratégias de organização institucional que a Igreja Católica perpassou na República do Brasil, no final do século XIX e início do século XX, tendo por base os conceitos teóricos e métodos da História Cultural das Religiões. Para tanto, escolhemos a cidade de Nazareth, na Zona da Mata Norte do Estado de Pernambuco, buscando identificar as transformações nos cenários culturais, econômicos, políticos, sociais e, principalmente, religiosos, considerando o processo de instauração de bispado, por reafirmar seu lugar numa sociedade em mudanças.

"A nossa história das religiões": da sala de aula à investigação das dinâmicas sociorreligiosas no médio-baixo Amazonas

Diego Omar da Silveira (Universidade do Estado do Amazonas - diegomarhistoria@yahoo.com.br)

Ao longo dos últimos anos, a produção de um conjunto relativamente amplo de dados tem nos permitido apontar os

processos de diversificação religiosa no interior da Amazônia, bem como identificar seus principais vetores e protagonistas sociais. Para além da mobilidade visível através dos números, o recurso à história oral e à etnografia ajudam a visibilizar as trajetórias de sujeitos e coletivos, na luta por mais espaço e reconhecimento, contra a discriminação e o preconceito. Esta comunicação apresenta um breve panorama de como a disciplina de História das Religiões tem servido de base para produzir inventários dos templos, grupos e movimentos religiosos em duas cidades – Parintins e Boa Vista do Ramos – uma forma de trabalho colaborativo, realizado em boa medida por discentes do curso de licenciatura em História da Universidade do Estado do Amazonas.

Devoções e práticas religiosas: 70 anos dos festejos de Nossa Senhora do Rosário em Delmiro Gouveia (Alagoas), 1951-2021

Thiego da Silva Barros (Mestrando PPGH/UFAL - thiego.barros@hotmail.com)

A presente proposta visa discutir as relações que se construíram a partir da realização dos festejos de Nossa Senhora do Rosário, no distrito de Vila da Pedra (atual Delmiro Gouveia). Os festejos foram iniciados em 1951, após a criação da sede paroquial do distrito. Este trabalho visa pensar as memórias e as identidades que se estabelecem no plano espacial, geradas na participação nesses festejos, a fim de compreender a formação da identidade histórica, local e práticas sociais. A celebração está associada à conquista da autonomia distrital, assim, este estudo em fase inicial, busca refletir sobre a ideia de pertencimento da comunidade com os festejos, refletindo as relações entre sujeitos, grupos e o mundo social de uma paisagem sertaneja. À luz dos referenciais teóricos como Maurice Halbwachs (memórias coletivas), Joel Candau (memória enquanto geradora de identidade), bem como, no diálogo com as fontes, na compreensão das memórias que vivenciam estes momentos de festividades e suas expressões no

campo social. Para além dos teóricos utilizados, a pesquisa fará uso de fontes orais, fontes visuais, livros de memórias que expõem aspectos do cotidiano na vertente social, cultural e política do município de Delmiro Gouveia, no sertão do São Francisco.

Entre o Rio de Janeiro e Cuiabá: articulações da elite católica em torno da política em Mato Grosso na década de 1930

Cândido Moreira Rodrigues (Universidade Federal de Mato Grosso - candidomr77@gmail.com)

Investigamos as articulações entre lideranças da elite hierárquica e intelectual católica do Rio de Janeiro, a partir de figuras como o Cardeal Dom Sebastião Leme e Alceu Amoroso Lima, e a Igreja Católica no Mato Grosso, esta liderada pelo então Arcebispo Dom Francisco de Aquino Correia. Mais particularmente a pesquisa investiga as articulações relativas a um dos projetos católicos voltados para a ação política entre 1932 e 1933, relativo à expansão da Liga Eleitoral Católica do Rio de Janeiro para Mato Grosso. Tais articulações giravam em torno do objetivo consolidar as relações de poder entre a Igreja Católica, o Estado e políticos em torno de pautas em maior escala de interesse da Igreja e que estariam na Constituinte de 1933 e respectiva Constituição de 1934. As fontes primárias para esta investigação constituem-se em primeiro lugar de correspondências trocadas entre Amoroso Lima, o Cardeal Leme e Dom Francisco de Aquino Correa e, em segundo lugar, do periódico A Cruz.

Catolicismo e política nos escritos de Plínio Corrêa de Oliveira em “O Legionário” (1930-1945)

Gisele Celestino Castilho (PIBIC - UFMT - gisele_celestinojuina@hotmail.com)

Esta pesquisa tem como objeto de estudo os escritos de Plínio Corrêa de Oliveira voltados à defesa do catolicismo e críticos ao

comunismo, liberalismo, e ainda que com ponderações, também o fascismo, tomando como fonte primária o periódico O Legionário. Analisaremos o referido jornal no período histórico de 1930 a 1945 e desenvolvemos a hipótese segundo a qual os escritos de Plínio Corrêa de Oliveira a respeito de tais temáticas elaboram progressivamente uma ideia de conspiração contra um pretenso caráter católico da nação brasileira.

Catolicismo, direitos humanos e democracia cristã nos escritos do filósofo Jacques Maritain (1940-1950)

Cristiane Escame de Oliveira (UFMT – Cuiabá – escame.cristiane@gmail.com)

No presente trabalho tenho como objeto de estudo investigar as bases que fomentam a construção de um pensamento diretamente ligado à fundamentação do conceito de democracia cristã por Jacques Maritain. Trabalhei com a hipótese de que o filósofo católico francês Jacques Maritain contribuiu diretamente para a fundamentação deste conceito por meio da articulação feita por ele em torno da tríade catolicismo, democracia e direitos humanos em suas obras produzidas entre 1940-1950. Para desenvolver a hipótese tomei como fontes primárias duas de suas obras: Os direitos do homem e a lei natural (1943) e Cristianismo de Democracia (1943). Para o estudo pretendido nesta pesquisa adotei, do ponto de vista teórico-metodológico, autores como Aline Coutrot, Pierre Bourdieu. Também utilizei Jean-François Sirinelli (definição de intelectual) e Serge Berstein (definição de geração). A investigação dessa pesquisa levou as conclusões sobre a sua elaboração de noção de democracia cristã diante o cenário de Segunda Guerra Mundial.

Manifesto à nação: Análise do documento de fundação da Igreja Católica Apostólica Brasileira em 1945

Fabrizia Santana da Silva Oliveira (Mestranda- Universidade Federal de Ouro Preto fabriziasantanaoliveira@gmail.com)

A Igreja Católica Apostólica Brasileira (ICAB) foi fundada em 1945 na cidade do Rio de Janeiro por Dom Carlos Duarte Costa (1888-1961), um bispo excomungado da Igreja Católica Romana. Com uma trajetória marcada por embates políticos de posicionamento contra movimentos totalitários da época e propostas de mudanças na doutrina da Santa Sé, Dom Duarte reage à publicação de sua excomunhão com a divulgação do “Manifesto à nação”. Este documento explicava os possíveis motivos de sua excomunhão, acusando o episcopado de compactuar com o fascismo e, entre outras coisas, pedia o arquivamento das encíclicas “Rerum Novarum (1891)”, “Quadragesimo Anno (1931)” e “Divini Redemptoris (1937)” por considerá-las desnecessárias no que ele defendia como processo de distribuição de justiça social. O manifesto argumentava, ainda, uma decadência na igreja católica romana nos últimos séculos e apresentava a ICAB como uma sociedade religiosa que concedia garantia absoluta de liberdade civil, política e filosófica, fazendo uma breve defesa de liberdade religiosa que acompanhasse as idéias de um Estado Laico. A instituição trazia como diferencial as questões como a abolição do celibatário e da confissão auricular e a aceitação de casamento de divorciados, além de ser pioneira na pregação da missa em língua vernácula, algo que só iria ser aderido na Igreja Católica quase vinte anos depois, no Concílio Vaticano II. Outro ponto marcante é a negação do dogma romano de infalibilidade papal, justificando a impossibilidade da intromissão clerical no governo das nações, devendo o Papa optar por ser chefe de uma religião ou ser um monarca. Ressaltando as contribuições da Nova História Política, em que se enfatiza a variedade de disciplinas, a longa duração e interdependência dos campos disciplinares, esta apresentação propõe analisar documentalmente o manifesto citado e discutir em

que pontos a ICAB se assemelha e diferencia em sua dissidência da igreja católica romana.

Igreja católica e ditadura militar em Alagoas: abordagens iniciais de um projeto de pesquisa em construção

Irineia Maria Franco dos Santos (História/Laboratório Interdisciplinar de Estudo das Religiões – UFAL - irineia.franco@ichca.ufal.br)

O objetivo da comunicação é apresentar as balizas teóricas e documentais iniciais do projeto de pesquisa "Agentes e movimentos católicos alagoanos nos arquivos do Serviço Nacional de Informação (SNI), 1964-1979" em andamento no Laboratório Interdisciplinar de Estudo das Religiões (LIER-UFAL). Tal projeto busca identificar a partir da documentação disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional e no acervo do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, problemáticas de pesquisa a serem aprofundadas sobre as tendências políticas e as ações concretas de movimentos e agentes católicos da Arquidiocese de Maceió, sob vigilância do Sistema Nacional de Informação (SNI), no período da Ditadura civil-militar, entre 1964 e 1979. Os movimentos e agentes católicos sob vigilância, em Alagoas, foram aqueles atuantes nas frentes de ação social da Igreja local, mais ou menos articulados nacionalmente com as tendências político-pastorais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do seu Regional Nordeste II. A ampla variedade de informações e dados levantados pelos "espíões" do regime militar a respeito de tais atividades, se por um lado, contribuem para uma análise mais apurada do impacto das ações católicas junto às demandas sociais, econômicas e de participação política, por outro, indicariam uma percepção esquemática das tendências ideológicas da instituição, utilizadas para o controle das relações entre Estado e Igreja no Brasil. O acesso a uma documentação ainda inédita para a historiografia social das religiões, em Alagoas, contribui para o

aprimoramento de uma produção de conhecimento crítica e socialmente referenciada, preocupada em avaliar os desafios no processo de consolidação dos direitos humanos e democráticos na sociedade brasileira.

Sacerdócio, ação social e repressão na implantação do regime civil militar: a trajetória de Humberto de Araújo Cavalcanti

Séfora Junqueira dos Santos (Graduação em História – LIER-UFAL - seforajunqueira@gmail.com)

O objetivo deste artigo é apresentar a pesquisa, em andamento, sobre o padre Humberto de Araújo Cavalcanti, com a qual se pretende investigar sua trajetória, através da análise de documentação do Serviço Nacional de Informações (SNI) disponível no Sistema do Arquivo Nacional e dos arquivos da Cúria Metropolitana de Maceió, a fim de melhor compreender o interesse dos agentes do sistema repressivo do regime civil militar nos sacerdotes brasileiros e, em especial, alagoanos, logo após a instalação do regime.

“Subversão para eles é tudo o que eles querem. Ou melhor tudo o que eles não querem”: relação entre Igreja Católica piauiense e regime militar no O DOMINICAL (1964-1972)

Mariana Rita de Paula (Universidade Federal do Piauí - marydpaula743@gmail.com)

O trabalho propõe-se a analisar como a Igreja Católica piauiense reforçava ou criticava o que era propagado pelo regime militar, através do jornal religioso O DOMINICAL. Pretende-se analisar através das fontes como o regime estabeleceu seu controle e repressão não só no campo das leis, mas no nível micro, nos discursos, nos comportamentos, no vestuário, nas manifestações

de gênero – entendidas através de Scott (1995) –, a partir da noção de Utopia Autoritária apresentada por Carlos Fico (2004). E como a Igreja Católica se posicionava quanto a esses discursos e intervenções.

A participação da Igreja Evangélica no processo de redemocratização do Brasil na década de 1980

Sidney César Oliveira e Silva Ferreira (Mestrando em História – PPGH-UFAL - sidneycezarferreira@hotmail.com)

O trabalho procura fazer uma análise sobre a participação da igreja evangélica no processo de redemocratização no Brasil da década de 1980. Essa busca incidirá especificamente sobre a igreja evangélica que se identifica com os seguimentos tradicionais-históricos, pentecostais e neopentecostais. O interesse se volta para o tempo em que essas igrejas procuraram interferir no processo político que vai da ruptura com o regime militar em 1985, adentrando o processo de redemocratização com a sua participação nas eleições parlamentares de 1986 e na própria atuação do grupo religioso eleito para desempenho das atividades na Constituinte em 1987-1988 e, finalmente, sua ação para a continuidade política representativa nas primeiras eleições diretas em 1989.

Os usos políticos da memória na constituição dos espaços religiosos: uma análise de seu funcionamento a partir do Templo de Salomão no Brás

Ayrton Matheus da Silva Nascimento (PROHIS/UFS - ayrtonmatheus2015@hotmail.com)

O caráter singular do espaço religioso e dos usos políticos da memória na sua constituição, manutenção e funcionamento é o objeto de interesse de nosso trabalho, recortando como lócus de

observação o templo de Salomão, "construído" pela terceira vez na história no bairro do Brás, cidade de São Paulo pela IURD entre os anos de 2010-2014. Deste modo, por meio dos estudos históricos e linguísticos-discursivos, percebemos que os usos políticos da memória, neste caso, é evocada enquanto demarcador significativo na produção de efeito de sentidos atrelados à sacralidade.

As guerras sexuais no Anglicanismo contemporâneo: um histórico das rupturas na Diocese Anglicana do Recife (2002-2018)

Wilton da Silva Rocha (Instituto Federal de Alagoas - Campus São Miguel dos Campos - wilton.silvarocha@outlook.com)

O presente estudo busca analisar o reconhecimento, ou não, das expressões não heterossexuais no ambiente religioso e a extensão do acesso aos ritos públicos da ordenação e do casamento no Anglicanismo brasileiro, particularmente a partir das disputas ocorridas nas últimas duas décadas na Diocese Anglicana do Recife. Como resultado dos embates/debates internos e da reconfiguração das forças políticas no Anglicanismo no Brasil, em 2018, é aprovado o casamento igualitário, ainda que em um cenário de crescente discurso autoafirmado como conservador nos segmentos políticos e religiosos.

Teologia e Secularização no Brasil Contemporâneo: Política e sociedade na teologia (neo)calvinista brasileira (2003-2019)

Dayvison Carlos Costa dos Santos (Universidade Federal de Mato Grosso - dayvison.santos@gmail.com)

A presente comunicação é a exposição do estado atual de nossa pesquisa de doutorado em história (PPGHIS/UFMT). Ela trata da investigação das recentes mudanças na teologia calvinista brasileira no tocante a questões políticas e sociais, que parecem

pretender legitimizar novos comportamentos de agentes evangélicos na sociedade e na política. Demonstramos como essa problemática faz parte do escopo da história do tempo presente, considerando tanto a história do campo religioso brasileiro, quanto a secularização do Brasil como fatores importantes para uma compreensão adequada de tal fenômeno.

Organização e Realização:

Comissão Organizadora

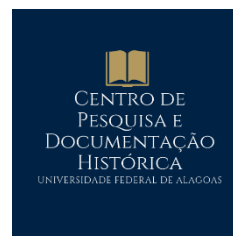
Ana Paula Palamartchuk
Anderson da Silva Almeida
Danilo Luiz Marques
Elias Ferreira Veras
Gian Carlo de Melo
Irinéia Maria Franco dos Santos
Lídia Baumgarten
Michelle Macedo
Raquel Parmegiani

Monitores:

Matheus Elifaz da Costa Ribeiro Cavalcanti
Paulo Henrique Araújo dos Santos



PPGH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA - UFAL



Apoio:

